

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FORMAÇÃO DOCENTE EM PRÁTICAS  
EDUCATIVAS

**ISABELA MENDES COSTA CAMPOS**

**PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:** análise da  
implementação na Universidade Federal do Maranhão, curso de Pedagogia, Campus  
Imperatriz

Imperatriz  
2021

**ISABELA MENDES COSTA CAMPOS**

**PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:** análise da  
implementação na Universidade Federal do Maranhão, curso de Pedagogia, Campus  
Imperatriz

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestra em Formação Docente em Práticas Educativas.

Orientador(a): Profº Drº Witembergue Gomes Zapparoli.

Imperatriz  
2021

**Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA**

Campos, Isabela Mendes Costa.

Programa Nacional de Assistência Estudantil: análise da implementação na Universidade Federal do Maranhão, curso de Pedagogia, Campus Imperatriz / Isabela Mendes Costa Campos. - 2021.

177 f.

Orientador(a): Witembergue Gomes Zaparoli.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Formação Docente em Práticas Educativas/ccsst, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA, 2021.

1. Assistência Estudantil. 2. Educação Superior. 3. PNAES. I. Zaparoli, Witembergue Gomes. II. Título.

**ISABELA MENDES COSTA CAMPOS**

**PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:** análise da  
implementação na Universidade Federal do Maranhão, curso de Pedagogia, Campus  
Imperatriz

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestra em Formação Docente em Práticas Educativas.

Aprovada em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profº Drº Witembergue Gomes Zaparoli (Orientador)**  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

---

**Profº Drº Carlos André de Sousa Dublante (Membro Titular)**  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

---

**Profª Drª Nádia Socorro Fialho Nascimento (Membro Titular)**  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

---

**Profª Drª Cristiana Costa Lima (Membro Suplente)**  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

---

**Profº Drº Antonio Sousa Alves (Membro Suplente)**  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Dedico a todos e todas que lutam diariamente pela Política de Assistência Estudantil como um direito e pela Educação pública, gratuita e de qualidade.

## **AGRADECIMENTOS**

A todos e todas que, de diferentes formas, compartilharam da minha caminhada e contribuíram para que fosse possível chegar à sua finalização. A vocês, a expressão da minha profunda gratidão.

Agradeço à Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz, pela oferta de uma pós-graduação gratuita e de qualidade. A todos que constroem o Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas (PPGFOPRED), pelo trabalho dedicado e sobretudo pelo esforço e determinação para formar a primeira turma de mestres e mestradas do programa. Ao meu orientador, Profº Drº Witembergue Gomes Zapparoli, pela excelência no cumprimento de suas atribuições, pela amizade, pela convivência repleta de aprendizados e por colocar tanta dedicação, afeto e leveza no exercício da orientação. Aos amigos da 1º Turma do PPGFOPRED pela troca, pelas generosidades e pela caminhada que foi desafiadora, mas significativa e enriquecedora.

Aos servidores do Serviço de Assistência Estudantil do campus de Imperatriz e da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAES), pela colaboração na participação da pesquisa, pela compreensão da minha ausência durante um período do mestrado, pelo apoio, amizade e incentivo. Agradeço também aos estudantes e egressos do curso de Pedagogia que concordaram em participar da pesquisa, pela solicitude e contribuição.

Gratidão aos avaliadores, Profº Drº Carlos Dublante e Profª Nádia Fialho, pela leitura dedicada que fizeram do texto e pelos importantes e sensíveis apontamentos para a materialização da nossa pesquisa.

Minha gratidão a Deus, por ser minha fortaleza e abastecer minhas energias quando mais precisei. Aos meus pais e minha irmã, que mais uma vez me apoiaram e que são exemplos de força, determinação, cuidado e sobretudo de amor. Ao meu esposo Antônio Flávio, que é companheiro, compreensivo e estimulador de sonhos, e que foi minha referência de otimismo nos momentos desafiadores. À minha sogra pela acolhida, carinho e suporte neste período. Aos meus amigos e amigas, cada um em sua particularidade, pelas palavras, mas especialmente pela escuta e pelas contribuições.

Seguimos juntos e juntas, na busca pela construção do conhecimento, pela superação dos desafios da educação brasileira e na luta pela consolidação dos direitos sociais.

## RESUMO

**Isabela Mendes Costa Campos, PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:** análise da implementação na Universidade Federal do Maranhão, curso de Pedagogia, Campus Imperatriz.

**Linha de Pesquisa:** Pluriculturalidade, Interculturalidade e Práticas Educativas Interdisciplinares

Esta pesquisa tem por objeto o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na particularidade do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia – CCSST, UFMA Imperatriz – MA. O programa está inserido em um cenário contemporâneo marcado pelo neoliberalismo e suas interferências nas políticas sociais públicas, com destaque para a política de Educação. O objetivo desta pesquisa é de analisar o desenvolvimento do PNAES na UFMA, campus Imperatriz, visto sua importância para a permanência e conclusão dos estudantes na Educação Superior, com foco para o atendimento aos estudantes do curso de Pedagogia. Nesse sentido, recorreu-se ao materialismo histórico-dialético, articulando pesquisa de natureza quanti-qualitativa. Além de análise documental, realizou-se entrevistas semiestruturadas com profissionais responsáveis pela execução da política de assistência estudantil na UFMA, bem como com estudantes do curso de pedagogia beneficiados pelas ações referentes ao PNAES. Como base para a pesquisa, utilizou-se de diversos autores como Saviani (2010); Magalhães (2012, 2013); Kowalski (2012); Betzek (2015); Radaelli (2013), produções a partir do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), entre outros. Os resultados evidenciam os desafios para o desenvolvimento do PNAES em face à conjuntura neoliberal na qual foi instituído. Apontam que as ações de assistência estudantil desenvolvidas na UFMA, campus Imperatriz, contribuem com a permanência e conclusão de curso dos estudantes de pedagogia que são beneficiados. Todavia, no que se refere a bolsas e auxílios, tem-se um atendimento limitado, considerando a demanda, o que denota a necessidade de maior abrangência. Como ações universalistas, as quais não têm caráter seletivo, destaca-se o apoio psicológico, que tem desempenhado papel fundamental para a trajetória acadêmica dos discentes. Os resultados da pesquisa expressam ainda a fragilidade do PNAES pela sua condição de decreto e não consolidação enquanto lei, pelo financiamento ainda insuficiente, além da necessidade de reafirmar a importância da manutenção da luta pelos direitos sociais no contexto neoliberal.

**Palavras-chave:** Educação Superior. PNAES. Assistência Estudantil.

## ABSTRACT

**Isabela Mendes Costa Campos, NATIONAL PROGRAM OF STUDENT ASSISTANCE: implementation analysis at the Federal University of Maranhão, Pedagogy course, Campus Imperatriz.**

**Line of research:** Pluriculturalism, Interculturality and Interdisciplinary Educational Practices.

This research has as its object the National Program of Student Assistance (PNAES) at the Federal University of Maranhão (UFMA), in the particularity of the Center of Social Sciences, Health and Technology – CCSST, UFMA Imperatriz – MA. The program is inserted in a contemporary scenario marked by neoliberalism and its interference in public social policies, with emphasis on Education policy. The objective of this research is to analyze the development of the PNAES at UFMA, Imperatriz campus, given its importance for the permanence and conclusion of College Education by students, with a focus on serving Pedagogy students. In this sense, we resorted to historical-dialectical materialism, articulating quantitative-qualitative research. In addition to document analysis, semi-structured interviews were conducted with professionals responsible for implementing the student assistance policy at UFMA, as well as with pedagogy students benefited by the actions related to the PNAES. As a basis for the research, we used several authors such as Saviani (2010); Magalhães (2012; 2013); Kowalski (2012); Betzek (2012); Radaelli (2013), productions from the National Forum of Deans of Community and Student Affairs (FONAPRACE), among others. The results show the challenges for the development of the PNAES in light of the neoliberal situation in which it was instituted. They point out that the student assistance actions developed at UFMA, Imperatriz campus, contribute to the permanence and completion of the course by pedagogy students who are benefited. However, with regard to scholarships and grants, there is a limited service, considering the demand, which denotes the need for greater coverage. As universalist actions, which do not have a selective character, psychological support stands out, which has played a fundamental role in the academic trajectory of students. The research results also express the fragility of the PNAES due to its status as a decree and non-consolidation as a law, due to its still insufficient funding, in addition to the need to reaffirm the importance of maintaining the struggle for social rights in the neoliberal context.

**Keywords:** College Education. PNAES. Student Assistance.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|          |                                                                                                                     |     |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1 | Linha do tempo dos principais acontecimentos para a institucionalização da Assistência Estudantil no Brasil.....    | 42  |
| Quadro 2 | Evolução do volume de recursos PNAES (2010 a 2020) – Brasil .....                                                   | 61  |
| Figura 1 | Mapa com a ilustração dos municípios de localização dos Campi da UFMA .....                                         | 65  |
| Quadro 3 | Principais documentos normativos da UFMA que dispõem sobre Assistência Estudantil.....                              | 67  |
| Quadro 4 | Objetivos, missão e visão da PROAES – UFMA.....                                                                     | 74  |
| Figura 2 | Organograma da PROAES .....                                                                                         | 78  |
| Quadro 5 | Recursos do PNAES – UFMA .....                                                                                      | 97  |
| Quadro 6 | Cursos ofertados no CCSST – Imperatriz .....                                                                        | 99  |
| Quadro 7 | Quadro técnico do serviço de Assistência Estudantil – CCSST.....                                                    | 105 |
| Quadro 8 | Quantitativo de inscrições e atendimentos de bolsas e auxílios no período de 2017 A 2020 – curso de Pedagogia ..... | 116 |
| Quadro 9 | Total de inscritos e beneficiados por semestre/ano .....                                                            | 116 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|           |                                                                                 |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------|
| ANDIFES   | Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior |
| ASCOM     | Assessoria de Comunicação                                                       |
| BIRD      | Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento                         |
| CA's      | Centros Acadêmicos                                                              |
| CEI       | Curso de Estudos e Idiomas                                                      |
| CF        | Constituição Federal                                                            |
| CONSEPE   | Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão                                         |
| CONSUN    | Conselho Universitário                                                          |
| CPC       | Centro Popular de Cultura                                                       |
| DAE       | Departamento de Assistência ao Estudante                                        |
| EAD       | Educação a Distância                                                            |
| ENEM      | Exame Nacional do Ensino Médio                                                  |
| FHC       | Fernando Henrique Cardoso                                                       |
| FIES      | Fundo de Financiamento Estudantil                                               |
| FMI       | Fundo Monetário Internacional                                                   |
| FONAPRACE | Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis            |
| FUM       | Fundação Universidade do Maranhão                                               |
| IES       | Instituições de Ensino Superior                                                 |
| IFES      | Instituições Federais de Ensino Superior                                        |
| LDB       | Lei de Diretrizes e Bases                                                       |
| MA        | Maranhão                                                                        |
| MEC       | Ministério da Educação                                                          |
| NAE       | Núcleo de Assuntos Estudantis                                                   |
| NAJUP     | Núcleo de Assessoria Jurídica Popular                                           |
| NAPPEDE   | Núcleo Pró-Acessibilidade e Permanência de Pessoas com Deficiência à Educação   |
| NAPSI     | Núcleo de Apoio Psicológico                                                     |
| NCL       | Núcleo de Cultura Linguística                                                   |
| PIBID     | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência                        |
| PNAES     | Programa Nacional de Assistência Estudantil                                     |
| PNE       | Plano Nacional de Educação                                                      |

|           |                                                       |
|-----------|-------------------------------------------------------|
| PPC       | Projeto Pedagógico do Curso                           |
| PREXAE    | Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis        |
| PROAES    | Pró-Reitoria de Assistência Estudantil                |
| PROEN     | Pró-Reitoria de Ensino                                |
| PROEX     | Pró-Reitoria de Extensão                              |
| PROMISAES | Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior    |
| PROUNI    | Programa Universidade Para Todos – PROUNI             |
| PSDB      | Partido da Social Democracia Brasileira               |
| PT        | Partido dos Trabalhadores                             |
| REUNI     | Programa de Reestruturação das Universidades Federais |
| RU        | Restaurante Universitário                             |
| SAPSI     | Serviço de Atendimento Psicopedagógico                |
| SIGAA     | Sistema Integrado de Gestão Atividades Acadêmicas     |
| SISU      | Sistema de Seleção Unificada                          |
| UFMA      | Universidade Federal do Maranhão                      |
| UNE       | União Nacional dos Estudantes                         |

## SUMÁRIO

|                |                                                                                                                                          |            |
|----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1</b>       | <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                                   | <b>12</b>  |
| <b>1.1</b>     | <b>Meus Caminhos.....</b>                                                                                                                | <b>14</b>  |
| <b>1.2</b>     | <b>Em busca da problematização .....</b>                                                                                                 | <b>17</b>  |
| <b>1.3</b>     | <b>Percurso metodológico .....</b>                                                                                                       | <b>19</b>  |
| <b>2</b>       | <b>A TRAJETÓRIA DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL<br/>E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....</b>                              | <b>27</b>  |
| <b>2.1</b>     | <b>A historicidade da Educação Superior no Brasil: alguns apontamentos .....</b>                                                         | <b>29</b>  |
| <b>2.2</b>     | <b>O percurso histórico da Política de Assistência Estudantil no Brasil .....</b>                                                        | <b>40</b>  |
| <b>2.2.1</b>   | <b>O Programa Nacional de Assistência Estudantil .....</b>                                                                               | <b>51</b>  |
| <b>2.2.1.1</b> | <b><i>O financiamento da Política de Assistência Estudantil via PNAES.....</i></b>                                                       | <b>57</b>  |
| <b>3</b>       | <b>ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO<br/>MARANHÃO (UFMA) .....</b>                                                       | <b>64</b>  |
| <b>3.1</b>     | <b>Contexto histórico da Assistência Estudantil na UFMA.....</b>                                                                         | <b>66</b>  |
| <b>3.1.1</b>   | <b>Assistência Estudantil e a criação da PROAES/UFMA .....</b>                                                                           | <b>72</b>  |
| <b>3.2</b>     | <b>Programas de Assistência Estudantil ofertados no âmbito da UFMA .....</b>                                                             | <b>80</b>  |
| <b>3.3</b>     | <b>O Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia – CCSST/ Imperatriz<br/>e o desenvolvimento do PNAES.....</b>                        | <b>98</b>  |
| <b>3.3.1</b>   | <b>A origem da Assistência Estudantil no CCSST em Imperatriz .....</b>                                                                   | <b>99</b>  |
| <b>3.3.2</b>   | <b>A equipe de Assistência Estudantil e os processos de trabalho.....</b>                                                                | <b>102</b> |
| <b>3.3.3</b>   | <b>Serviços ofertados no âmbito da Assistência Estudantil no CCSST .....</b>                                                             | <b>105</b> |
| <b>3.3.3.1</b> | <b><i>Núcleo de Apoio Psicológico – NAPSI.....</i></b>                                                                                   | <b>110</b> |
| <b>4</b>       | <b>O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO PNAES NO ATENDIMENTO<br/>AOS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CCSST<br/>EM IMPERATRIZ - MA.....</b> | <b>114</b> |
| <b>4.1</b>     | <b>Demanda e oferta de serviços da assistência estudantil no curso de<br/>pedagogia.....</b>                                             | <b>115</b> |
| <b>4.2</b>     | <b>Olhares sobre o desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil .....</b>                                                       | <b>118</b> |
| <b>4.3</b>     | <b>Os impactos das ações do PNAES na trajetória dos estudantes do curso de<br/>pedagogia .....</b>                                       | <b>128</b> |
| <b>4.3.1</b>   | <b>Os desafios identificados .....</b>                                                                                                   | <b>139</b> |
| <b>4.4</b>     | <b>O produto da pesquisa.....</b>                                                                                                        | <b>141</b> |
| <b>4.4.1</b>   | <b>Vídeo 1: O Programa Nacional de Assistência Estudantil e a oferta de serviços</b>                                                     |            |

|                                                                                                                                                                |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| no CCSST1 .....                                                                                                                                                | 143        |
| 4.4.2 Vídeo 2: Os procedimentos para seleção de bolsas e auxílios.....                                                                                         | 144        |
| <b>5 CONCLUSÃO .....</b>                                                                                                                                       | <b>147</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                                                        | <b>152</b> |
| <b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b><br><b>.....</b>                                                                                 | <b>164</b> |
| <b>APÊNDICE B – TERMO DE ANUÊNCIA DA PRÓ-REITOR DE ASSISTÊNCIA</b><br><b>ESTUDANTIL (PROAES) .....</b>                                                         | <b>165</b> |
| <b>APÊNDICE C – ROTEIRO COM PERGUNTAS SEMIESTRUTURADAS</b><br><b>PARA ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DA</b><br><b>ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – UFMA .....</b>        | <b>166</b> |
| <b>APÊNDICE D – ROTEIRO COM PERGUNTAS SEMIESTRUTURADAS</b><br><b>PARA ENTREVISTAS COM PROFISSIONAIS</b><br><b>DA ASSISTÊNCIA DO CAMPUS DE IMPERATRIZ .....</b> | <b>167</b> |
| <b>APÊNDICE E – DIRECIONAMENTO PARA ENTREVISTA COM</b><br><b>OS BENEFICIADOS PELO PNAES .....</b>                                                              | <b>168</b> |
| <b>ANEXO A – DECRETO 7.234 DE 19 DE JULHO DE 2010.....</b>                                                                                                     | <b>170</b> |
| <b>ANEXO B – DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA PARA</b><br><b>DISCENTES .....</b>                                                                                     | <b>172</b> |
| <b>ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP .....</b>                                                                                                          | <b>175</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

As discussões em torno desta pesquisa apresentam o contexto da Educação Superior pública brasileira, com enfoque nas condições de permanência e conclusão de curso intermediadas pelas ações da Política de Assistência Estudantil, especialmente por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído por meio do Decreto 7.234 de 2010 e executado no âmbito do Ministério da Educação, o qual tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (BRASIL, 2010a).

Trata-se de destacar a discussão no campo de uma política social que emerge dentro da lógica de uma sociedade de classes, no sentido de atender a um público que adentra ao espaço acadêmico com demandas provenientes de contextos diversos e se depara com dificuldades de permanência e/ou conclusão de curso.

O acesso ao Ensino Superior no Brasil, historicamente elitista e seletista, se caracteriza como uma das expressões da desigualdade social no país, sendo uma das áreas em que essa problemática se reflete com nitidez. Apesar de ser marcada por muitos entraves, a trajetória de luta por uma educação enquanto direito social e universal refletiu em avanços significativos, com destaque às garantias legais. Embora com interesses contraditórios, apresentados no corpo deste trabalho, a universidade vem gradativamente se tornando um espaço aberto a processos de ampliação do acesso, refletindo, dentre outras questões, na mudança de perfil socioeconômico e cultural dos estudantes. Desse modo, trazemos à cena algumas problematizações acerca do conjunto de medidas propagandeadas como democratização da Educação Superior, mas que se materializam apenas como uma ampliação do acesso, reflexão que abordaremos ao longo deste trabalho.

A expansão da política de Educação Superior, sobretudo nas últimas décadas do século XXI, ampliou o acesso a pessoas advindas de todas as classes sociais. No entendimento de Magalhães (2012), as políticas de ações afirmativas para ingresso no Ensino Superior, existentes hoje na maioria das universidades públicas brasileiras, contribuíram significativamente para a referida mudança de perfil dos novos universitários (as).

É expressiva a presença de estudantes da classe trabalhadora, de diferentes segmentos étnicos e raciais e de pessoas com deficiência na universidade, o que demandou a elaboração de ações que garantissem não apenas o ingresso, mas uma vida acadêmica regular, favorável à permanência dos (as) estudantes na Educação Superior e sua conclusão de curso.

Desse modo, a Política de Assistência Estudantil, inserida no campo das Políticas Públicas de Educação Superior, busca responder às demandas dos estudantes que apresentam dificuldades de permanência na universidade, sobretudo em razão da insuficiência de condições financeiras. A definição encontrada em Nascimento (2014, p. 88) sobre a política de Assistência Estudantil é de que a mesma “integra o conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da educação com a finalidade de contribuir para o provimento das condições (materiais e imateriais) necessárias à permanência dos estudantes nas instituições educacionais.”

Cabe destacar que, embora a regulamentação da assistência estudantil, bem como a ampliação na oferta dos serviços, tenha se dado somente a partir do PNAES no ano de 2010, as ações voltadas ao apoio ao estudante são desenvolvidas nas universidades brasileiras desde o início do século XX. Nessa trajetória, a assistência estudantil foi inserida na dimensão de direito social, enquanto política que vislumbra a redução dos efeitos das desigualdades sociais. Rompendo, assim, com a prática assistencialista, da doação e do favor.

O PNAES, enquanto instrumento da Política de Assistência Estudantil no Brasil, foi então instituído no ano de 2007 por meio da Portaria nº 39 do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e em 2010, tornou-se Decreto Federal nº 7.234. Dentre os objetivos, temos: “I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior [...]” (BRASIL, 2010a, p. 1).

Para o alcance dos objetivos, o PNAES propõe o desenvolvimento de ações nos segmentos de moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010a).

O programa busca o atendimento aos estudantes de graduação presencial e estabelece como público prioritário àqueles oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. A perspectiva é de contribuir com os estudantes para a melhoria do desempenho acadêmico (na prevenção de retenção e evasão) e qualidade de vida. Embora destacando-se os avanços no âmbito da Política de Assistência Estudantil no Brasil, é necessário considerar que a mesma se encontra imbuída de contradições, pois ao passo que atende a uma demanda da classe trabalhadora, responde também a interesses neoliberais, tendo como reflexo ações focalizadas e seletivas, com uma permanente demanda reprimida.

O PNAES confere às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) a autonomia quanto ao desenvolvimento das ações, seus critérios e metodologias. Mas indica um perfil preferencial para o atendimento, sendo o fator da renda o de maior peso. Assim, a lógica de focalização reverbera no alcance do atendimento do programa, que não contempla a todos que dele necessitam.

A presente pesquisa desafia-se a analisar o desenvolvimento do PNAES na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Imperatriz, visto sua importância para a permanência e conclusão dos estudantes na Educação Superior, com foco para o atendimento aos estudantes do curso de Pedagogia. A escolha do tema é fruto de vivências da autora enquanto profissional do Serviço Social e sua atuação na Política de Assistência Estudantil no Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST/ UFMA- Imperatriz). A experiência profissional despertou inquietações que foram motoras para investigar este objeto de pesquisa, considerando a atuação nas ações ligadas ao PNAES na instituição.

### **1.1 Meus Caminhos**

Ao iniciar este memorial, a primeira coisa que pude perceber é que toda a história de uma vida é entrelaçada com a história de vida de outras pessoas. Desse modo, não haveria como contar uma trajetória pessoal e profissional sem mencionar as memórias mais tenras que, somadas às vivências mais atuais, compõem um processo dialético, contraditório e complexo que nos traz a experiência do que somos e do que buscamos.

O início dessa trajetória remonta às minhas origens no interior do estado, no município de Zé Doca (MA), localizado na microrregião de Pindaré e que compõe a mesorregião do Oeste Maranhense. A mãe professora e o pai que em grande parte da vida foi técnico agrícola, mas que já em minha infância me recordo de seu ofício de vigilante, sempre tiveram como prioridade o incentivo à educação das filhas – eu e minha irmã. E de tudo fizeram para que alcançássemos nossos objetivos educacionais.

Além do lugar especial da escola no cotidiano, nessa caminhada de vida e formação enquanto ser social, tive como marco pessoal a vivência na igreja católica, aqui destaco a inserção, ainda na adolescência, na Pastoral da Juventude que trabalhava temas sociais e a própria participação enquanto Comunidade Eclesial de Base (CEB's), onde me foi proporcionada uma compreensão e reflexão singular sobre o mundo e “o outro”. Advento desta vivência, ainda jovem, a construção e participação de formações sobre cidadania e política, as quais foram muito importantes nesse processo de desenvolvimento pessoal e coletivo.

Sobre tais bases, foi preciso sair e construir caminhos na capital do estado em busca de melhores condições educacionais, uma vez que não havia, na época, instituições de ensino superior em minha terra natal. Dentre os colegas do ensino médio, pouquíssimos conseguiram ingressar na Educação Superior e a ampla maioria não tentava o vestibular, pois não tinham como se manter em outra cidade. Eis que iniciava minha relação com a questão do acesso e permanência na universidade: um sonho de muitos, uma realidade de poucos. Com essa reflexão iniciei a Graduação em Serviço Social na UFMA em 2007.

A universidade, enquanto espaço de novos conhecimentos, ofereceu um solo fértil para o encontro com a pedagogia de Paulo Freire e participação em um Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (NAJUP) Negro Cosme - no qual tive a oportunidade de planejar e contribuir na execução do Projeto Trilhando Cidadania<sup>1</sup>, parte da Campanha Justiça Nos Trilhos<sup>2</sup>, em 2009 no município de Buriticupu - MA. Nossas atividades foram enriquecedoras e o processo de construção coletiva com a comunidade, a partir da educação popular, foi fundamental para a consolidação do compromisso com a transformação de realidades em que Direitos Humanos são diariamente violados. Participar do NAJUP Negro Cosme me mostrou, materialmente, que a universidade podia oferecer mais do que oferecia, incluir mais do que incluía.

A contradição da universidade enquanto instituição pública, mas não para todos, se tornou mais evidente quando conheci alguns estudantes que eram moradores da Residência Universitária. Ao me deparar com a estrutura do edifício da “Casa do Estudante”, com a situação de vulnerabilidade socioeconômica e a dificuldade dos estudantes do interior do estado em permanecer na universidade, ficou evidente que as ações de assistência estudantil eram insuficientes e limitadas. Mais à frente eu compreenderia que à época, por volta de 2007 a 2009, não havia uma política regulamentada a nível nacional nos moldes atuais e os recursos naquele período eram geridos conforme interesse da gestão.

Ao concluir a graduação em Serviço Social em 2011, percorri os caminhos do exercício profissional na política de Assistência Social. Retornando ao interior do estado, a experiência na Assistência Social me fez ter contato com vulnerabilidades de diferentes tipos e a questão do acesso ao Ensino Superior para jovens do interior permanecia complicada,

---

<sup>1</sup> Projeto desenvolvido em 2009 pelo NAJUP Negro Cosme em parceria com a Campanha Justiça nos Trilhos na Comunidade Presa de Porco, também conhecida como Vila Pindaré, no município de Buriticupu (MA). Na oportunidade se buscava estudar a realidade da comunidade e tentar um processo de mobilização com a população local para que esta estabelecesse uma conscientização e partir daí, reação aos impactos causados pela mineradora Vale.

<sup>2</sup> Campanha Internacional que tem como Missão “Fortalecer as comunidades ao longo do corredor Carajás e denunciar as violações aos direitos humanos e da natureza responsabilizando Vale e Estado, prevenindo novas violações e reafirmando os modos de vida e a autonomia das comunidades nos seus territórios”. (online: <https://justicanostrilhos.org/quem-somos/>).

principalmente os de baixa renda. Objetivamente, o acesso e permanência no Ensino Superior continuavam distante da maioria dos jovens de famílias que eu acompanhava. Todos esses sujeitos de direito, os quais partilhavam de suas histórias comigo, sem saberem, também construíam minha história, minha inquietação com o contexto.

Como formação continuada, optei por ingressar em um curso de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas, com o objetivo de reunir mais elementos sobre temáticas fundamentais para o exercício profissional. Meu retorno à UFMA aconteceu em 2017, desta vez como servidora no cargo de assistente social. Eis que me deparei com a síntese de minha inquietação, iniciada logo no meu primeiro contato com a Universidade no passado: trabalhar com a Assistência Estudantil, seus limites e possibilidades na atualidade.

Nesta atuação profissional pude conhecer o trabalho já realizado no âmbito do PNAES no Campus de Imperatriz, bem como as lacunas existentes, sobretudo pela limitação do quadro técnico profissional, que até então contava com 03 profissionais da área da Pedagogia com o cargo de Técnicos em Assuntos Educacionais e mais 02 profissionais recém-chegadas das áreas de Pedagogia e Psicologia. Assim, iniciamos um plano de trabalho considerando uma equipe multiprofissional e a necessidade de se trabalhar questões para além da concessão de auxílio financeiro aos estudantes de baixa renda. Nesse processo surgem outras inquietações a partir das experiências de cada seleção para auxílios e bolsas, no acompanhamento aos ingressantes, nos atendimentos realizados e nas ações coletivas desenvolvidas pela equipe.

Não demorei a encontrar uma ponte de ligação entre minhas experiências de vida e profissionais e a atuação enquanto assistente social no setor de assistência estudantil de uma universidade pública. Iniciava uma caminhada repleta de desafios que acabaram impulsionando as questões para uma pesquisa, opção que fiz enquanto discente do curso de Mestrado em Formação Docente em Práticas Educativas (PPG FOPRED).

Uma de minhas inquietações enquanto profissional é o não alcance do Programa a muitos estudantes que atendem ao perfil, mas não conseguem a inserção na bolsa/auxílio ou mesmo participam de outras ações desenvolvidas de caráter não seletista. Seja pelo número limitado de vagas ou pelo não entendimento quanto aos procedimentos necessários para o acesso, dificuldade identificada especialmente em estudantes em situação de vulnerabilidade mais extrema. Dessa forma, objetiva-se fazer uma análise do desenvolvimento da política de assistência estudantil na UFMA, Campus de Imperatriz, como forma de contribuir para a permanência e conclusão dos estudantes na Educação Superior

## 1.2 Em busca da problematização

A partir do entendimento da política de assistência estudantil como essencial no contexto da garantia de direitos dos estudantes, e reconhecendo as dificuldades que se estabelecem para a sua implementação, surgiu a questão de pesquisa: **Como tem se materializado a política de Assistência Estudantil no contexto de execução do PNAES na UFMA campus Imperatriz em favor dos estudantes do curso de pedagogia?**

Tendo como questões norteadoras:

- a) A política de ampliação do acesso ao Ensino Superior tem sido elemento importante para democratização da educação?
- b) Como é desenvolvida a implementação da política de assistência estudantil na UFMA?
- c) Quais são as ações desenvolvidas na UFMA campus Imperatriz para materialização do PNAES?
- d) Como viabilizar aos discentes da UFMA, campus Imperatriz, as orientações sobre a Política de Assistência Estudantil e as ações desenvolvidas no contexto local?

Nessa direção, temos como objetivo geral analisar o desenvolvimento do PNAES na UFMA, campus Imperatriz, visto sua importância para a permanência e conclusão dos estudantes na Educação Superior, com foco para o atendimento aos estudantes do curso de Pedagogia. Tendo como objetivos específicos:

- a) Apresentar a trajetória do acesso ao Ensino Superior no Brasil e a formulação da política de assistência estudantil com foco na construção do PNAES e sua flexibilidade institucional;
- b) Descrever a assistência estudantil no âmbito da UFMA: contexto histórico e sua ramificação ao CCSST - Campus Imperatriz - MA;
- c) Analisar o desenvolvimento das ações do PNAES no atendimento aos estudantes do curso de pedagogia contemplados pelas ações da assistência estudantil;
- d) Elaborar vídeos de curta duração (cartelados) com orientações aos estudantes sobre o acesso às políticas de assistência estudantil no CCSST - UFMA Imperatriz.

Ao ingressar na Educação Superior, o estudante se depara com um universo de informações, de possibilidades e desafios. Muitas vezes, são estudantes que não possuem hábito

de leitura e nem familiaridade com a linguagem acadêmica. Assim, a falta de contato com editais, projetos, orientações técnicas, dentre outros, dificulta o seu acesso aos benefícios concernentes à assistência estudantil, uma vez que as ações, no âmbito da UFMA, são implementadas por meio de editais. Tem-se, então, uma dependência significativa dos estudantes em relação aos profissionais ligados à assistência estudantil, caracterizando a ausência de uma autonomia necessária para a vida acadêmica.

É importante considerar também, que mesmo beneficiados, muitos discentes não entendem a concessão de um auxílio ou bolsa como um direito social, não conseguindo romper com a ideia do assistencialismo, da doação e do favor. Consideramos, então, que é preciso um trabalho que contemple as necessidades dos estudantes e que vislumbre a construção de uma política pública que contribua para um horizonte emancipatório.

Tem-se, então, a possibilidade de apreender sobre as ações desenvolvidas no contexto local, seus desafios, bem como seus principais avanços. Identificar e caracterizar tais experiências favorece propor um processo participativo de formação dos universitários no que tange à política de Assistência Estudantil desenvolvida na universidade, sobretudo no que se refere à tomada de consciência da realidade e de si próprio enquanto sujeito de direitos.

Observa-se que a produção de conhecimento sobre a temática em questão é ainda escassa no contexto da UFMA, especificamente no campus de Imperatriz. Ao entender os reflexos das ações da assistência estudantil no percurso acadêmico, os desafios e sua contribuição para a formação dos estudantes do curso de pedagogia, foi possível criar vídeos de animação como forma de esclarecimento das ações do PNAES no CCSST, os quais serão descritos ao longo deste trabalho.

A escolha pelos acadêmicos do curso de pedagogia para sujeitos da pesquisa justifica-se pela vinculação do PPG FOPRED com o referido curso, bem como pela sua relevância na formação de professores na região Tocantina<sup>3</sup> e na contribuição para formação de profissionais no campo da gestão.

---

<sup>3</sup> O Rio Tocantins, que atravessa os estados de Goiás, Tocantins, Pará e Maranhão, banha mais de 30 municípios, tem uma área de 803.200 quilômetros quadrados e uma extensão de 2.416 quilômetros (IBGE). Considerando que as características físicas, ambientais e sociais de um território auxiliam nos processos de regionalização, a Região Tocantina, possui como um dos critérios a inclusão dos municípios banhados por suas águas. Segundo o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC (2018), a Região de Desenvolvimento do Tocantins Maranhense abrange 17 municípios (Amarante do Maranhão, Buritirana, Campestre do Maranhão, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Governador Edison Lobão, Imperatriz, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Porto Franco, Ribamar Fiquene, São João do Paraíso, Senador La Rocque, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios). (INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICO E CARTOGRÁFICO, 2018).

O investimento em pesquisas nesta área pode contribuir efetivamente no aperfeiçoamento da política de assistência estudantil, além de lançar luz a novas questões de pesquisa e norteamientos para intervenções eficazes e modelos de gestão.

Para analisar as práticas desenvolvidas no âmbito do PNAES, seu entendimento e a viabilização aos estudantes do curso de pedagogia da UFMA, campus de Imperatriz, é necessário entender que, enquanto política pública, as ações do programa são compreendidas para além do atendimento às necessidades básicas do estudante, pois visa também contribuir com a formação ampliada no despertar da consciência crítica e cidadã. O desenvolvimento de programas e projetos no campo da saúde física e mental, esporte e lazer, cidadania e cultura entre outros, contribui também para o desempenho acadêmico e qualidade de vida do estudante universitário, previstos no âmbito do PNAES.

### **1.3 Percurso metodológico**

No percurso metodológico consideramos que o movimento de análise da problemática indicada exige, além do recurso de técnicas de pesquisa e análise de dados, o esforço teórico de leitura e compreensão do real, apreendido aí como uma totalidade de partes articuladas em processo num tempo e espaço determinados. De acordo com Souza e Kerbauy (2017, p. 23) “o entendimento do real exige a busca das relações e dos processos que são constitutivos dos acontecimentos, que expliquem a natureza de seu movimento.” Desse modo, a conjuntura sócio-histórica específica é fonte de produção de conhecimento e apreensão do real.

Nesta pesquisa, buscamos utilizar do materialismo histórico-dialético como método para nortear as análises. Tal enfoque se faz pertinente aos objetivos desse estudo, uma vez que consideramos, entre outros elementos, que o programa a ser investigado compõe uma totalidade, relacionando-se diretamente com a conjuntura da qual emergiu, em articulação e influência com outros fenômenos sociais. Conforme apontado por Stálin (1938, p. 2) “o método dialético considera que nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido se tomado isoladamente, desligado dos fenômenos circundantes”, assim pretendemos apoderar-nos dos pormenores do objeto diante de suas formas de desenvolvimento no decorrer do tempo.

Na perspectiva apontada por Frigotto (1994, p. 73):

[...] a dialética para ser materialista e histórica, não pode constituir-se numa “doutrina” ou numa espécie de suma teológica. Não se pode constituir numa camisa-de-força fundada sob categorias gerais não historicizadas. Para ser materialista e histórica tem que dar conta da totalidade, do específico, do singular e do particular.

A realidade concreta que envolve o PNAES, por ser resultado de diversos determinantes, exige um processo de análise crítica face à riqueza dos elementos que a compõe. Konder (2008, p. 35) afirma que “é a partir da visão do conjunto que podemos avaliar a dimensão de cada elemento do quadro”, mas, considerando que o movimento é dialético, sugere que essa abordagem não admite a totalidade como soma das partes. Pressupõe-se, assim, uma visão dinâmica, não esgotável, que não se dá a conhecer de uma única vez, pois está para além de sua forma aparente. Neste movimento de análise, consideramos que as categorias que possibilitam melhor apreensão do objeto de estudo são a contradição e a luta de classes, intrínsecas ao atual sistema de produção e reprodução social.

A contradição é imanente ao modo de produção capitalista e se instaura nos movimentos das lutas dos opostos. Konder (2008, p. 47) expõe que “a contradição é reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem.” As nuances contraditórias inerentes ao próprio PNAES se revelam diante de um cenário de instabilidade e cortes públicos, caracterizado por Melo (2019) como um precipício social. Segundo a autora, o arrocho fiscal e a materialização das políticas de austeridade escancaram relações de contradição entre a dinâmica capitalista e seu discurso de pretensa inclusão social por meio da educação. Dessa forma, embora objetive reduzir os efeitos das desigualdades sociais, o PNAES revela um projeto de medidas precárias e sem aceno para mudanças relevantes.

As discussões em torno da assistência estudantil não devem perder de vista a necessidade de analisá-la considerando a luta de classes, categoria fundamental para compreensão dessas relações. O conceito de classe social é central em Marx e Engels para análise das sociedades. Para os autores, “os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe.” (MARX; ENGELS, 1986, p. 84), tomando consciência do seu lugar social e possibilitando um ponto de partida para uma transformação social.

Marx e Engels (1982, p. 106) definem que “a história de todas as sociedades até o presente é a história das lutas de classes.” Tem-se em cada época histórica a luta entre opressores e oprimidos, dominantes e dominados. Assim, as classes surgem a partir da divisão social do trabalho que, no capitalismo, conduzem aos embates entre os que possuem apenas a força de trabalho, os trabalhadores assalariados, e os detentores dos meios de produção, os empresários capitalistas. Tais choques se transformam em lutas coletivas da classe trabalhadora, avançando na reivindicação por melhores condições de trabalho, de salários e também por direitos políticos.

Com o neoliberalismo, novos ordenamentos na luta de classes foram instaurados. A comercialização da educação, que marca a história da política educacional, caracteriza um movimento do capital em detrimento aos interesses da classe trabalhadora. Todavia, cabe dar mérito à luta de muitos trabalhadores pela conquista de direitos. O PNAES, embora imbuído no bojo das relações capitalistas, também é fruto da luta de estudantes e de trabalhadores pelo acesso e permanência na Educação Superior. Desse modo, entendemos que a contradição é imanente à sociedade capitalista e que não se pode desconsiderar tal conjuntura na análise de uma política como a de assistência estudantil.

Nesse processo, é possível vislumbrar um percurso metodológico para a realização da pesquisa a partir da natureza do problema ou do objeto que se deseja conhecer ou estudar. Assim, a opção pela técnica de pesquisa é condicionada pelo objeto de estudo. Segundo Ghedin e Franco (2011, p. 28-29), “quando se fala em abordagem de pesquisa, está-se fazendo uma reflexão sobre como se deve conduzir o olhar na direção de determinados objetos.” Para a análise do desenvolvimento do PNAES na UFMA, campus Imperatriz, e os fenômenos nele implicados, esta pesquisa perpassa por aspectos quantitativos e qualitativos, abrangendo elementos bibliográficos, documentais, coleta de dados quantitativos e realização de entrevistas semiestruturadas, com ênfase nas condições de acesso à universidade, permanência e conclusão de curso. De acordo com Bogdan e Biklen (1994), é possível incluir na pesquisa qualitativa dados quantitativos de modo descritivo. Os referidos autores apontam que “estes tipos de dados podem abrir novos caminhos a explorar e questões a responder.” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 194).

A escolha pela abordagem qualitativa partiu da necessidade de se aproximar das singularidades dos sujeitos envolvidos, no intuito de investigar e analisar dados que não podem ser mensurados numericamente, afirmando-se no âmbito da subjetividade. Conforme Minayo e Sanches (1993), a pesquisa qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, trabalhando com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Segundo os autores, a referida abordagem “adequa-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente.” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247).

Ao tempo que utilizamos a abordagem qualitativa, entendemos que caberia recorrer também à pesquisa quantitativa, no intuito de dialogar com os dados numéricos que contribuíram para apresentar resultados das experiências na execução da política de Assistência Estudantil na UFMA, campus Imperatriz. Para tanto, foram solicitados dados quantitativos

presentes no Sistema Integrado de Gestão Atividades Acadêmicas (SIGAA) referente ao curso de Pedagogia em um determinado recorte temporal (2017 a 2020), totalizando 90 solicitações atendidas no referido período. Os dados permitiram analisar o alcance do PNAES, em termos de atendimento quantitativo de bolsas e auxílios no contexto da realidade investigada, comparando com a demanda identificada, apresentada ao longo deste trabalho.

Ao expor o debate sobre a compatibilidade dos paradigmas quantitativo e qualitativo, Santos Filho (2013) traz a tese da unidade como a, epistemologicamente, mais defensável, pois propõe que os métodos quantitativo e qualitativo estão imbricados, podendo ser usados pelos pesquisadores sem caírem em contradição epistemológica. Gamboa (2013), por sua vez, ao tratar das categorias quantidade e qualidade no enfoque dialético, aponta o movimento em que as categorias se complementam e se transformam quando aplicadas a um mesmo fenômeno, não se opondo, mas mantendo uma inter-relação dentro de uma concepção dinâmica, na perspectiva da unidade de contrários. Dessa forma, entende-se as abordagens quantitativa e qualitativa não como opostas, mas como complementares.

Sobre os procedimentos metodológicos, no início da trajetória de pesquisa realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre a temática proposta, contando com as contribuições de diversos autores. Entende-se por este tipo de pesquisa, aquela que é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002). O referido autor destaca como vantagem da pesquisa bibliográfica o fato de permitir a cobertura de uma gama de fenômenos mais ampla do que a que o investigador poderia pesquisar diretamente.

Em um segundo momento, foram realizadas análises documentais acerca dos dispositivos fundamentais na construção da Política de Assistência Estudantil, como leis, decretos, portarias, relatórios institucionais e editais, com destaque para o Decreto 7.234/2010 que trata sobre a instituição do PNAES, além de documentos normativos da UFMA que versam sobre a assistência estudantil na universidade. Tal análise tornou-se relevante, uma vez que possibilitou identificar elementos que interferem na construção das políticas destinadas à Educação Superior, especialmente à Assistência Estudantil, suas possibilidades e limites de atuação, avanços, continuidades e descontinuidades.

A fim de melhor atender ao objetivo deste estudo, optamos por realizar entrevistas semiestruturadas com profissionais que atuam diretamente com a execução do PNAES na UFMA. Inicialmente foram realizadas duas entrevistas, as quais se tornaram fio condutor para as demais, no sentido de complementar as informações. Desse modo, realizamos entrevistas com cinco servidores.

A escolha dos servidores entrevistados foi baseada na experiência destes no contexto de construção da Política de Assistência Estudantil da UFMA. A *Servidora A*, foi a primeira profissional do seu cargo a atuar na Assistência Estudantil da universidade, campus São Luís, colaborando com esta pesquisa para o entendimento do histórico da política na instituição, a criação da Pró - Reitoria de Assistência Estudantil (PROAES) e a evolução dos serviços ofertados.

A entrevista com a *Servidora B*, contribuiu com esta pesquisa na perspectiva de esclarecer sobre a operacionalização do PNAES no contexto atual. A *Servidora C* atua no campus de Imperatriz, nosso lócus de pesquisa, o que possibilitou o melhor entendimento do desenvolvimento do PNAES em âmbito local.

Foi também realizada entrevista com o *Servidor D* no sentido de esclarecer sobre o financiamento da política e a execução orçamentária na UFMA. Realizamos ainda entrevista com a *Servidora E*, a qual relatou sobre o serviço de apoio psicológico desenvolvido no campus de Imperatriz. Para cada entrevista, foram utilizados roteiros semiestruturados diferentes, direcionados conforme o contexto de atuação dos servidores.

Para analisar o desenvolvimento das ações do PNAES no atendimento aos estudantes do curso de pedagogia no campus de Imperatriz, foram realizadas entrevistas com discentes e egressos, no intuito de identificar a percepção dos sujeitos sobre o desenvolvimento do PNAES na UFMA, objeto da presente investigação, e suas implicações para a permanência e conclusão de curso.

Como critério para seleção de estudantes entrevistados optamos por pelo menos 1 beneficiado de cada auxílio/bolsa dentre os graduandos e graduados do curso de pedagogia, totalizando 10 pessoas entrevistadas, destas, 06 graduandos e 04 graduados. Visto a condição de pandemia<sup>4</sup> que enfrentamos e a dificuldade de acesso aos estudantes, optamos por um número reduzido, entretanto abrangemos todos os auxílios e bolsas. Respeitando a necessidade de distanciamento social devido à pandemia, todas as entrevistas foram realizadas por videoconferência via *Google Meet*, ferramenta do Google que permite a realização de videochamada. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

O consentimento ético para a realização desta pesquisa se deu através da assinatura do Termo de Anuência pelo Pró-Reitor de Assistência Estudantil da UFMA (ver Apêndice A) e do termo de consentimento livre e esclarecido pelos sujeitos investigados (ver Apêndice B).

---

<sup>4</sup> A Universidade Federal do Maranhão, tendo em vista a pandemia do novo coronavírus (SARS-COV-2 /COVID-19), e considerando a prevenção da sua comunidade, mantém suspensas as atividades presenciais.

Acrescenta-se a isso, a submissão do projeto de pesquisa à Plataforma Brasil<sup>5</sup>, tendo gerado o número de Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 6807721.9.0000.5087<sup>6</sup> e emitido parecer consubstanciado do Conselho de Ética e Pesquisa (CEP). (Ver Anexo C).

Durante a pesquisa, foram analisados os dados referentes à concessão de bolsas e auxílios para os discentes do curso de pedagogia a partir de 2017, ano em que a universidade aprimorou o gerenciamento dos dados por meio do módulo de Assistência ao Estudante, implantado em 2016, vinculado ao SIGAA, tendo, portanto, maior facilidade para a disponibilização destes. A análise é referente aos quantitativos semestrais de estudantes do curso de pedagogia que solicitaram bolsas/auxílios no período de 2017 a 2020 e destes quantos foram beneficiados, no intuito de contribuir com o entendimento sobre o alcance do atendimento das bolsas e auxílios.

A pesquisa está estruturada em cinco capítulos. Esta introdução, que constitui o primeiro, apresenta o objeto de estudo e sua delimitação; a contextualização do tema; as motivações pessoais que impulsionaram à pesquisa; a problematização; os objetivos e justificativa; a metodologia utilizada e a descrição da estrutura do trabalho.

No segundo capítulo, intitulado “A trajetória do acesso à Educação Superior no Brasil e a Política de Assistência Estudantil”, discutimos sobre a Educação Superior no Brasil e a trajetória da Política de Assistência Estudantil. A expansão do Ensino Superior é um elemento fundamental no processo de construção da Assistência Estudantil. Buscou-se então, dialogar sobre o seu enredo histórico no intuito de compreender sobre as políticas de ampliação do acesso desenvolvidas ao longo do tempo e seus reflexos na mudança de perfil dos discentes. Na conjuntura da contextualização da expansão do Ensino Superior, abordamos as contradições e as perspectivas criadas a partir do aumento no número de vagas nas Instituições de Ensino Superior (IES).

As transformações nas políticas de acesso ao Ensino Superior, que traziam o discurso de democratização desse nível de ensino, fomentaram debates tanto na sociedade civil organizada, quanto nas próprias IES, as quais buscavam se adequar às novas demandas dos estudantes, cenário que demandou a implementação de ações que contribuíssem para a permanência dos estudantes nas universidades e para sua conclusão de curso.

Para entender o processo de desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil no Brasil, optou-se por contextualizar a sua trajetória histórica, partindo das primeiras ações

---

<sup>5</sup> Base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema Conselho de Ética e Pesquisa/ Conselho Nacional de Ética e Pesquisa (CEP/Conep).

<sup>6</sup> Número gerado para identificar o projeto de pesquisa aprovado para apreciação do CEP.

desenvolvidas até a configuração que se tem hoje. Neste exercício, evidenciamos alguns marcos considerados importantes, utilizando como referência a proposta formulada por Kowalski (2012) sobre as três fases históricas da Política de Assistência Estudantil no Brasil. Com isso, discorreremos sobre os processos sociais, históricos e políticos que foram essenciais para culminar na elaboração do PNAES.

À luz das considerações estabelecidas, realizamos neste mesmo capítulo a análise do PNAES, que representa um avanço no contexto das políticas de Educação Superior, pois atende a uma demanda histórica das IFES, as quais já executavam ações de assistência estudantil, mas passaram, a partir do PNAES, a contar com dotações orçamentárias próprias para este fim. Todavia, são trazidas algumas discussões sobre o reflexo do contexto neoliberal na formulação das políticas públicas, não estando a assistência estudantil alheia aos rebatimentos desta lógica.

O terceiro capítulo, “Assistência Estudantil na UFMA”, apresenta a experiência da UFMA no desenvolvimento do PNAES, condição fundamental para compreensão das ações implementadas no Campus de Imperatriz, considerando que o mesmo atende às orientações institucionais e constrói a política voltada à assistência ao estudante em consonância com os demais campi.

Ainda no terceiro capítulo, contextualizamos brevemente a UFMA e sua área de abrangência e apresentamos como se deu a consolidação da assistência estudantil na instituição. Para isto, foram analisados documentos normativos da universidade, os quais se tem registro disponibilizado, bem como as entrevistas com servidores que atuam na assistência estudantil. Buscamos, então, entender os processos que culminaram na configuração atual da política na instituição. Abordamos ainda neste capítulo sobre: a criação da PROAES; os programas ofertados no âmbito da UFMA, tanto os que são voltados para concessão de bolsas e auxílios, como auxílio transporte, moradia, alimentação, creche, bolsa aprimoramento acadêmico, bolsa foco acadêmico, bolsa atleta, dentre outros, detalhados ao longo do texto; como os serviços voltados ao apoio psicológico e pedagógico.

No quarto capítulo, intitulado “O desenvolvimento das ações do PNAES no atendimento aos estudantes do curso de Pedagogia do CCSST em Imperatriz -MA”, foi feita uma caracterização do curso de Pedagogia em Imperatriz, o qual teve sua gênese ligada à própria origem do campus de Imperatriz. Aqui realizamos uma análise acerca do alcance do PNAES aos estudantes do curso no período de 2017 a 2020.

Inicialmente é apresentada a relação entre os quantitativos de discentes que pleitearam auxílios e bolsas no período indicado e os que foram atendidos. A análise dos dados

quantitativos associada às contribuições de servidores entrevistados, bem como de estudantes beneficiados, permite a compreensão de possíveis elementos que estão imbricados no processo de atendimento das demandas estudantis, seja para os avanços ou limites no desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil na universidade.

No quarto capítulo também é feita a descrição do produto da pesquisa, que consiste em vídeos de curta duração, chamados de *motion graphics*, *designer* de animação ou *motion designer*, que se trata de um segmento que busca trazer movimento e vida a determinados elementos. Ao utilizar o design e cinema, atrai maior atenção ao seu expectador, trazendo sensações que objetos estáticos não proporcionam. A elaboração deste material será feita em forma de vídeos cartelados, que se caracterizam como um tipo de *motion designer*.

Os vídeos foram pensados enquanto uma forma de alcançar de maneira criativa e eficaz o público alvo do PNAES, tendo em vista a agilidade e facilidade que as mídias digitais proporcionam no alcance aos universitários. Desse modo, contribuirão para divulgação das ações desenvolvidas no âmbito da Assistência Estudantil e orientação sobre as formas de acessá-las. A divulgação será realizada em parceria com a Assessoria de Comunicação da UFMA (ASCOM) nos canais oficiais da instituição, redes sociais e site, além das atividades de recepção aos calouros.

Completa-se o presente estudo com a conclusão, seguida de referências, apêndices e anexos. Na conclusão, apresentamos aspectos que consideramos essenciais para a discussão em torno da política de assistência estudantil na UFMA, especialmente sobre o PNAES e a finalidade de democratizar e ampliar as condições de permanência dos jovens na Educação Superior pública federal.

## **2 A TRAJETÓRIA DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

O presente capítulo inicia-se com o objetivo de apresentar a trajetória do acesso ao Ensino Superior no Brasil, a formulação da Política de Assistência Estudantil com foco na construção do PNAES e sua flexibilidade institucional. É histórica a problemática da desigualdade social no Brasil, evidenciada a partir da concentração da riqueza socialmente produzida, resultando nas mais diversas expressões da questão social. Segundo Iamamoto (2012, p. 27):

A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

A desigualdade se reflete não apenas na pobreza econômica, mas também nas formas de acesso aos bens e aos direitos formalmente garantidos na Constituição, tais como o direito à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, dentre outros, realidade inerente ao modo de produção capitalista, que dita as condições das políticas brasileiras.

No cenário brasileiro, a educação, embora concebida como um direito social, ainda é uma das áreas em que a desigualdade se manifesta de forma significativa. Segundo Mészáros (2008), as determinações mais abrangentes do capital afetam profundamente cada âmbito particular da existência humana, tendo influência na educação, não somente nas instituições educacionais formais, considerando que estas estão estritamente integradas na totalidade dos processos sociais. Para funcionarem, adequadamente, as instituições precisam manter-se em sintonia com as determinações educacionais gerais da sociedade como um todo.

A educação abriga contradições próprias da dinâmica da sociedade capitalista. Nessa ótica, Nascimento (2013) aponta que os estudantes pertencentes à classe trabalhadora têm maiores dificuldades, tanto no que diz respeito ao acesso, como à permanência na escola, assim como grupos étnicos, raciais e pessoas com deficiência, o que requer que os processos de democratização alcancem as diversas variáveis que compõem a vida acadêmica. Desse modo o direito à educação não se pode efetivar apenas na ampliação das oportunidades de ingresso.

Em se tratando do Ensino Superior, tem-se o histórico de um processo elitista e seletista, onde as universidades formavam, em grande parte, pessoas pertencentes à classe dominante, e apenas uma minoria pertencente às classes subalternas. Sobre isso, Fávero (2000, p. 23) afirma que:

Não podemos ignorar as razões porque centenas de jovens entram na universidade a cada ano e milhões de outros não o conseguem. Esse fato se torna relevante por não se tratar apenas de um problema pedagógico que atinge os novos universitários. Constata-se, além disso, que contando com um sistema de 1º e 2º graus extremamente seletivo, são poucos os que chegaram ao 3º grau e tem possibilidade de aí obter um diploma.

Em consonância com a autora, registra-se que o sistema educacional se consolidou mediante uma estrutura social marcada por contrastes, e, portanto, excludentes. Nessa direção, é preciso agregar fatores de ordem econômica, política, social e cultural do Brasil em que emergem as políticas voltadas para a educação, contexto este orientado pela lógica do mercado e do capital. Assim, a discussão sobre a desigualdade educacional remete, necessariamente, à desigualdade social no país, enquanto um fenômeno complexo e de natureza multidimensional, a partir da compreensão do sistema de produção do capitalismo.

Não se pode analisar a educação deslocando-a das contradições, dos antagonismos de classe e da história. De acordo com Orso (2008, p. 51) “a educação tende a refletir a sociedade que a produz, pois, expressa o nível de compreensão dos que a fazem, permitida pela sociedade de cada época, de acordo com a etapa de desenvolvimento e das relações sociais.” Assim, o seu alcance vai depender não só da pressão da sociedade, mas também das necessidades do capital em cada época. Na compreensão de Orso (2008), a sociedade capitalista é que estabelece os limites e as possibilidades da educação.

No Brasil, um expressivo contingente populacional sempre se manteve às margens da Educação Superior. Tal conjuntura tem raízes na formação sócio-histórica da sociedade brasileira se considerarmos que a condução dos caminhos nunca esteve nas mãos dos trabalhadores. A hegemonia do desenvolvimento das forças capitalistas tornou-se uma forte característica do país, onde as relações são frutos do caráter concentrador e excludente dos modelos historicamente adotados, que se voltam para os interesses das elites do poder.

Nesse entendimento, Silva (2010) aponta que no Brasil a pobreza se aprofundou como consequência da concentração da riqueza que é produzida socialmente e dos espaços territoriais, a exemplo dos latifúndios no meio rural. Desse modo, é entendida como um fenômeno estrutural complexo, não se limitando à insuficiência de renda. Segundo a autora, a pobreza é:

Também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política. Esse entendimento permite desvelar valores e concepções inspiradoras das políticas públicas de intervenção nas situações de pobreza e as possibilidades de sua redução, superação ou apenas regulação. (SILVA, 2010, p. 157).

As matrizes históricas das relações de poder produzem ressonância na formulação de políticas sociais, e em se tratando das políticas educacionais do Ensino Superior é necessário destacar o contexto peculiar do Brasil, tendo em vista que se trata de um país que permaneceu por muito tempo com uma educação voltada para elite, estando o povo excluído desta realidade. Tal processo histórico teve implicações expressivas na universidade atual, a qual ainda busca alcançar um nível mais democrático de acesso e permanência de seus estudantes.

## **2.1 A historicidade da Educação Superior no Brasil: alguns apontamentos**

Para compreender os aspectos referentes à trajetória da Educação Superior no Brasil, somos compelidos a relacionar com o conjunto da vida histórica e social do país, sobretudo, na sua dimensão política. Alguns estudiosos consideram que o histórico de colonização motivou a origem tardia do ensino superior no país, uma vez que os portugueses não tinham interesse em nenhum nível de educação no Brasil colonial, demonstrando resistência (BETZEK, 2015). Experiência atípica se comparada aos demais países da América Latina colonizados pela Espanha. Cunha (2000, p. 152), afirma que:

Diferentemente da Espanha, que instalou universidades em suas colônias americanas já no século XVI, Portugal não só desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil. No seu lugar, a metrópole concedia bolsas para que um certo número de filhos de colonos fossem estudar em Coimbra, assim como permitia que estabelecimentos escolares jesuítas oferecessem cursos superiores de Filosofia e Teologia.

As primeiras tentativas de criação do Ensino Superior no Brasil surgem somente nos séculos XVIII e XIX (RADAELLI, 2013), emergindo de forma tardia em relação a outros países. Tratava-se de cursos superiores isolados, sem articulação no âmbito de universidades. Segundo Cunha (2000), não existiu no período colonial e nem no imperial nenhuma instituição com *status* de universidade. Somente no século XX é que se tem iniciativas de organização desta natureza. Saviani (2010) aponta que as universidades começaram a se organizar mais claramente em 1931, com o Decreto 19.851 que estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras. Na mesma data, surge o Decreto 19.852 que dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Nesse contexto, outras instituições foram sendo criadas, a exemplo da Universidade de São Paulo em 1934 e da Universidade do Distrito Federal, em 1935. Conforme destaca Cunha (2000), o Estatuto das Universidades Brasileiras estabeleceu padrões de organização para as instituições de Ensino Superior em todo o país, universitárias e não-universitárias.

Mesmo com a ampliação do número de universidades no Brasil, o ensino superior ainda permaneceu por um longo espaço de tempo restrito a um pequeno grupo, mantendo seu caráter elitista e uma demanda reprimida. Somente a partir dos anos 2000, com as medidas de expansão do acesso, foi que se abriu espaço para grupos que historicamente tiveram dificuldade de ingressar em uma universidade. Conforme apontado por Saviani (2010), a demanda por vagas no Ensino Superior ganhou grande visibilidade nos anos 60 em razão de jovens que, mesmo obtendo nota mínima de aprovação nos exames, não adentravam em razão da falta de vagas, ocasionando pressões populares pela garantia do acesso.

Segundo Saviani (2010), junto às reivindicações por parte dos jovens pelo acesso à universidade, a União Nacional dos Estudantes (UNE) liderou uma crescente mobilização no início dos anos 60, tomando por base a necessidade de uma Reforma Universitária no intuito de democratizar este nível de ensino. A proposta dos estudantes para a reforma visava alterar a composição social do público universitário, viabilizar melhorias nas diversas instalações dos campi, garantir a participação dos estudantes nos órgãos colegiados das universidades, ligar a reforma universitária às demais reivindicações populares pelas reformas de base, dentre outras lutas.

Sobre a pretendida Reforma Universitária, é necessário destacar que a UNE promoveu o I, II e III Seminário Nacional da Reforma Universitária, realizados respectivamente, em Salvador, em 1961; em Curitiba, em 1962; e em Belo Horizonte, em 1963 para discutir e elaborar um projeto de universidade. Rocha (2005) aponta que nestes Seminários foram produzidos documentos históricos e significativos para fundamentar a luta dos estudantes pela Reforma Universitária: “A Declaração da Bahia”, “Carta do Paraná” e a “Luta atual pela Reforma Universitária”. Segundo o autor, nestes documentos está expressa a compreensão da UNE sobre como as instituições educacionais de Ensino Superior deveriam ser organizadas.

A UNE, nos anos iniciais da década de 1960, realizou diversas campanhas, com destaque ao projeto UNE-volante<sup>7</sup>, caravana composta por dirigentes da entidade e por membros do Centro Popular de Cultura (CPC) que percorria o país utilizando a arte como instrumento de transformação social. Desse modo, a questão da universidade assumia uma dimensão social e política, sendo palco e alvo de lutas reformistas e de resistência manifesta ao sistema educacional de Ensino Superior no Brasil. Cunha (2000, p. 175) destaca que:

---

<sup>7</sup> A integração entre estudantes e artistas em prol da reforma universitária resultou no projeto UNE-volante, caravana que percorria as regiões brasileiras promovendo shows e exposições, apresentando peças teatrais e discutindo questões socioeconômicas em assembleias. (TORRES, 2016, p. 6).

[...] o projeto de uma reforma universitária, no sentido de democratização, nasceu e se desenvolveu no âmbito do movimento estudantil. Foi só às vésperas do golpe militar de 1964, quando a reforma universitária passou a integrar o rol das "reformas de bases", que um contingente significativo de professores assumiu tal projeto.

Com o golpe militar em 1964, os estudantes militantes da UNE foram vítimas da força repressora da ditadura militar, mas tiveram importante participação nesse contexto, uma vez que o cenário provocou no movimento estudantil o aguçamento dos mecanismos de pressão pela reforma universitária. Mesmo com a perseguição das atividades sindicais, políticas, e, sobretudo, do Movimento Operário e do Movimento Estudantil durante a ditadura militar (1964 a 1985), os estudantes em 1968, ainda que em número reduzido, prosseguiram com mobilizações no sentido de cobrar do Governo Militar a Reforma Universitária, exigindo mais vagas para o Ensino Superior.

Neste período, a iniciativa privada passou a ser considerada como a solução para a expansão da Educação Superior no Brasil diante da fragilidade do setor público em atender toda a demanda. Conforme analisou Fernandes (1989), tal expansão foi impulsionada pelo governo militar como um “milagre educacional” com a ilusão de uma “democratização do acesso”. Todavia, o que se tem é a ação do governo, por meio da Reforma de 1968, para atender aos anseios do grupo hegemônico, no intuito de adaptar a universidade às necessidades impostas pelo capital.

Conforme apontado por Maciel (2014, p. 20) as medidas adotadas neste período desencadearam o “crescimento das IES privadas, atendendo a questões mercadológicas e deixando em segundo plano a qualidade do ensino.” Tem-se, então, uma crescente transformação do Ensino Superior com investimento nas iniciativas privadas e a intensificação da repressão a entidades e movimentos sociais.

A Lei nº 5.540/1968, conhecida como Reforma Universitária, engendrada pela ditadura militar, concentrou-se, na perspectiva de Fernandes (1989), em sufocar o sentimento de contestação dos jovens, simulando a democratização das oportunidades educacionais no nível superior, no intuito de omitir que o processo se deu de forma combinada para o aumento significativo do setor privado na área educacional. Sobre o projeto de reforma universitária, Saviani (2010, p. 9) afirma que o mesmo:

Procurou responder a duas demandas contraditórias: de um lado, a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade; de outro lado, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar que buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional.

Nessa direção, tem-se a crescente privatização do Ensino Superior e o desinteresse do Estado em investir em educação pública, contrariando o teor das demandas estudantis. De acordo com Cunha (2000, p. 180) “as afinidades políticas eletivas entre os governos militares e os dirigentes de instituições privadas do ensino superior fizeram com que o Conselho Federal de Educação assumisse uma feição crescentemente privatista.” A privatização é, então, uma das principais características do campo da Educação Superior no Brasil. Em todo esse período de ditadura militar que se estendeu até a década de 1980, manteve-se um modelo de universidade caracterizado pela forte presença do Estado na sua organização e regulação, com expressivas ações de censura, falta de investimento em pesquisa e desvalorização de profissionais docentes e corpo técnico das universidades públicas.

Após árdua marcha da luta pela redemocratização do país, tem-se na década de 1980 um enfraquecimento do regime militar. Tal período é marcado pelo fortalecimento de vários movimentos sociais e aprovação da Constituição Federal de 1988. É nesse contexto que se reconhece a insustentabilidade política e social vivenciada na ditadura militar (1964-1985), e que se alarga a promoção dos direitos sociais, dentre eles, o direito à Educação. De acordo com Saviani (2010, p. 10):

A Constituição de 1988 incorporou várias das reivindicações relativas ao ensino superior. Consagrou a autonomia universitária, estabeleceu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garantiu a gratuidade nos estabelecimentos oficiais, assegurou o ingresso por concurso público e o regime jurídico único. Nesse contexto a demanda dos dirigentes de instituições de ensino superior públicas e de seu corpo docente encaminhou-se na direção de uma dotação orçamentária que viabilizasse o exercício pleno da autonomia e, da parte dos alunos e da sociedade, de modo geral, o que se passou a reivindicar foi a expansão das vagas das universidades públicas.

O acesso à universidade pública mostrou-se desigual desde suas origens, todavia, foram identificadas propostas que visavam a expansão da Educação Superior pública, embora nos limites do contexto regido pela lógica do capital. A sistematização das ações governamentais, nesse sentido, não considerava as reais necessidades da sociedade, e as políticas sociais que emergiam não se caracterizavam para atender uma demanda do povo e sim como estratégias da dinâmica do capitalismo.

É importante considerar que mesmo com os significativos avanços por meio da luta e da construção dos processos que consubstanciaram na Constituição de 1988, alguns elementos políticos não foram superados, considerando que se manteve a privatização e a distribuição de verba pública para o setor privado. Segundo Frigotto (2011), a política da melhoria mediante as parcerias do público e privado foi dominante na educação na década de 1990. Uma perspectiva que não foi superada, visto que as políticas de educação de cunho neoliberal no país

têm sido alimentadas por programas de ampliação do acesso ao Ensino Superior com financiamentos de bancos em parceria com o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)<sup>8</sup> e abonos fiscais aos grandes grupos educacionais em moeda de troca por adesão a programas como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI)<sup>9</sup>. Assim, “o processo de redemocratização não reverteu os efeitos da privatização da educação superior alcançados durante o regime militar, embora existiram iniciativas públicas para tentar reverter tal tendência.” (CORREIO, 2018, p. 46).

Conforme apontado por Radaelli (2013), o governo Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995 a 1998 e de 1999 a 2003) do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, considerava as universidades públicas improdutivas e justificava a necessidade de uma outra reforma. As universidades federais foram submetidas ao novo paradigma da administração pública, o qual tem como princípio uma gestão eficiente, orientada por resultados e pela racionalização dos recursos. Radaelli (2013, p. 7) afirma que:

As reformas educacionais implantadas no governo de FHC tiveram a finalidade de estabelecer uma nova concepção de educação, orientada como um serviço, portanto, regulada pelas leis do mercado. No ensino superior, em particular, esse processo ocorreu, de modo mais intenso, em duas frentes: racionalização dos recursos destinados às universidades públicas, induzindo estas instituições a buscarem fontes alternativas de financiamento e, conseqüentemente, aproximando-as da lógica do mercado, oferecendo, inclusive, serviços a empresas, na condição de contratada; e o fortalecimento da iniciativa privada, provendo financiamento público às atividades dessas instituições, por meio de bolsas de estudos, crédito educativo e isenção fiscal.

A década de 1990 foi, então, marcada pela consolidação do projeto neoliberal em alinhamento com a conjuntura econômica e política mundial. No Ensino Superior teve como foco a ausência de investimento nas universidades públicas e expansão na oferta de vagas predominantemente na iniciativa privada. Nesse sentido, as medidas adotadas pelo governo foram ao encontro das finalidades e diretrizes dos organismos internacionais, em especial o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)/Banco Mundial (BM), que receitavam a países como o Brasil a busca por equilíbrio orçamentário, sobretudo com a redução de gastos públicos.

O objetivo foi consolidar cada vez mais o Ensino Superior como um lucrativo campo de exploração para o capital, o que evidencia que neste período o sentido da expansão

---

<sup>8</sup> Sancionado pelo Governo FHC em 1999, instituído na forma de Lei em 2001 (Lei 10.260, de 12 de julho de 2001), alterado pela Lei 13.530, de 2017, o FIES destina-se a concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério, de acordo com regulamentação própria (BRASIL, 2017).

<sup>9</sup> Programa instituído pela Lei 11.096/2005, que regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências (BRASIL, 2005).

caminhou aceleradamente na direção da rede privada. Neste cenário, Chauí (2003) aponta que a educação, ao ser localizada no setor de serviços não exclusivos do Estado, deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço, o qual pode ser privado ou privatizado. Passando, dessa forma, da ideia de universidade como instituição social à sua definição enquanto prestadora de serviços.

De acordo com Oliveira (2011, p. 109), “a expansão ocorrida, em especial a partir da segunda metade da década de 1990, não foi capaz de democratizar, de modo mais efetivo, o acesso à Educação Superior, se considerarmos a qualidade da oferta.” Segundo o autor, a expansão privada fez-se acompanhar de uma gradativa diminuição dos recursos para manutenção das IFES, especialmente nas universidades federais, até o primeiro mandato do Governo Lula.

Após o estreitamento de laços entre a universidade e as demandas do mercado, destacam-se as expectativas de mudanças políticas vivenciadas no Brasil diante da gestão do primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva – Lula (2003 a 2006) do Partido dos Trabalhadores (PT), no sentido de garantir um comprometimento com as necessidades da sociedade. No tocante à educação, retomou-se o investimento nas universidades federais por meio da expansão de vagas. Todavia, não se deixou de lado a expansão das instituições privadas, fortalecendo o uso de recurso público nas relações público-privadas.

A bandeira da democratização do acesso à educação para a população brasileira foi levantada por meio de um conjunto de medidas adotadas no governo do PT, dentre as quais se destacam aqui: PROUNI e o Programa de Reestruturação das Universidades Federais – (REUNI) – a partir de 2007 e o FIES. Radaelli (2013, p. 9) afirma que “esse fenômeno é contraditório porque ao mesmo tempo em que atende aos interesses no âmbito dos movimentos sociais pelo ensino público, também tem levantado fortes laços que vinculam o público aos interesses privados.”

Em um primeiro momento, as ações governamentais foram direcionadas ao setor privado por meio da instituição do PROUNI, programa que consiste na oferta de bolsas de estudo em faculdades privadas a discentes de baixa renda, concedendo a estas instituições isenções de tributos fiscais. A considerada compra de vagas ociosas nas IES privadas reforça a manutenção da política de direcionar recursos públicos para estas instituições. Araújo (2017, p. 660) afirma que o PROUNI:

Retira o protagonismo estatal na oferta de uma educação para todas(os) em instituições públicas, na medida que direciona investimentos, com os recursos advindos dos impostos, para a esfera privada promover o Ensino Superior sob a lógica de gratuidade e democratização do acesso à universidade.

Cabe destacar que o programa não tem como foco viabilizar estratégias de permanência e conclusão de curso para os estudantes atendidos. Carvalho (2006, p. 996) questiona a sua efetividade afirmando que “a gratuidade integral ou parcial para estudar não é suficiente para seus beneficiários, os quais necessitam de assistência estudantil que apenas as instituições públicas ainda podem oferecer.”

As ações adotadas indicam que as políticas do Governo Lula não romperam com a concepção estrutural de educação do governo FHC.

Com o início do Governo Lula, o indicativo era de que não ocorreria ruptura com o quadro político-ideológico consolidado na gestão do presidente anterior, mas sim, de “transição” para um padrão que, de um lado, mantivesse os interesses da massa popular e, de outro, preservasse os interesses das burguesias nacional e internacional, reafirmando o compromisso de honrar os acordos mantidos com os organismos multilaterais. Isso significa que as políticas do Governo Lula não romperam com a concepção estrutural de educação do Governo FHC. (BETZEK, 2015, p. 51).

O direcionamento do investimento nas instituições privadas reforçou a lógica dos organismos internacionais como o BM e o FMI, caracterizando um processo político de alianças entre o público e o privado, marcado pela injeção de verba pública aos interesses dos grandes empresários da educação. Sobre a parceria público-privado, Araújo (2017, p. 659) afirma que “o Estado deixa de ser promotor da Educação Superior, para tutelar a oferta da mercadoria existente nas instituições privadas de ensino. Ou seja, o Estado tornar-se salvador, da falência eminente, de empresas educacionais. Esta postura está em harmonia com o raciocínio do BM.” Como apontado pela autora, o BM defende a premissa de que o Estado é parceiro, catalisador e facilitador do desenvolvimento econômico e social e não promotor direto.

No que se refere aos investimentos no setor público, as intenções do governo federal em relação à reestruturação das universidades públicas, tendo como centralidade objetivos expansionistas, culminaram na instituição REUNI por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, como medida de reforma da Educação Superior pública. Destaca-se que a emergência do programa foi sinalizada pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), grupo constituído ainda no início do governo Lula, o qual, segundo Trópia (2007) foi encarregado de analisar a situação do ensino superior no país e apresentar um plano de ação, que contemplasse a reestruturação, a expansão e a democratização das IFES. Neste diagnóstico, reconheceu-se a situação de crise da Educação Superior brasileira, especialmente das universidades federais.

Sobre o REUNI, seu objetivo, conforme estabelecido no Decreto que instituiu o programa, é de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.” (BRASIL, 2007a, p. 1). O REUNI objetivava um processo no sentido de consolidar uma política nacional de expansão do Ensino Superior. Neste período, houve um aumento significativo de vagas e matrículas nas IFES com a criação de novas universidades, descentralização de universidades já existentes, interiorização de cursos até então existentes apenas em grandes núcleos universitários e criação de novos cursos.

Destaca-se que a meta do REUNI tinha como pressuposto o direcionamento dos gastos públicos com educação por meio do aumento do número de concluintes e do número de discentes por professor, além de diversificar as modalidades de graduação. Nessa direção, o fomento ao ensino virtual ganhou destaque, movimentando modalidades de Educação a Distância no âmbito da graduação, pós-graduação a nível *latu sensu* e extensão, apresentando-se como discurso da democratização do acesso ao ensino superior. Observa-se que, dentre outras questões, o aumento das vagas e das matrículas no contexto de expansão da Educação Superior não tem sido proporcional ao aumento de recursos humanos e estruturais para abarcar a demanda.

O programa do Governo Lula para a Educação Superior teve continuidade na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011 a 2016), com destaque para o acréscimo no número de IFES, resultando na elevação do número de matrículas. Considerando a gestão do Governo do PT (2003 a 2015), observamos por meio do Censo da Educação Superior do MEC um crescimento de 22,4% nas IFES. No ano de 2003 havia cerca de 83 IFES no Brasil, ao passo que em 2015, este número passou para 107. Quanto ao número de matrículas na rede federal, em 2003 foram registradas 567.101 matrículas, já em 2015, foram matriculados 1.214.635 estudantes, o que representa um crescimento de 53,3%. Todavia, cabe ressaltar que o quantitativo de concluintes se mantém significativamente inferior ao número de matriculados (BRASIL, 2003). No ano de 2015, por exemplo, somente 134.447 estudantes concluíram o curso na rede federal (BRASIL, 2015), o que sugere as dificuldades de permanência no Ensino Superior.

Radaelli (2013) salienta que, apesar da expansão realizada, o REUNI tem recebido críticas de intelectuais e educadores no sentido de que ele foi um projeto planejado e aprovado sem a participação popular e que não significou necessariamente um compromisso com a qualidade do Ensino Superior. Entende-se que se por um lado atendeu as demandas de parte da população brasileira, que sempre esteve à margem do Ensino Superior, por outro, é necessário

problematizar sob que moldes se deu, considerando suas implicações no bojo das políticas neoliberais.

No entendimento de Souza (2019) o que se vislumbra é o favorecimento de uma expansão desordenada de educação superior a baixo custo, em que a educação é transformada em uma prioridade de mercado, tendo em vista que a reforma educacional manteve os delineamentos mais gerais dos organismos internacionais no âmbito de alianças estratégicas. Nessa direção, entende-se que no contexto neoliberal, a Educação Superior é vista como possibilidade de contribuir para o aumento da produtividade e competitividade no mundo do trabalho, exigindo principalmente mudanças quantitativas.

Identifica-se que as ações governamentais são implementadas enquanto estratégias para manutenção da dinâmica do capitalismo, que busca assegurar o consenso das classes por meio do desenvolvimento de políticas estatais, mas que na verdade, são implementadas conforme os interesses e da forma como pretendem as classes dominantes, sem a participação dos principais interessados, estudantes da classe trabalhadora.

Sobre isso, cabe destacar a elaboração de Mészáros (2008), ao afirmar que a educação formal não é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical e que uma de suas principais funções é produzir tanta conformidade e consenso quanto for capaz. O autor acrescenta ainda que é utopia esperar que a sociedade mercantilizada estimule as instituições de educação formal a abraçar a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da soberania da sobrevivência humana. Nesse sentido, infere-se que as classes dominantes utilizam a educação para, além de produzir consensos, criar uma força de trabalho qualificada para o capitalismo, porém apenas até o suficiente para não oferecer perigo às estruturas sociais, influenciando tanto no aspecto material quanto intelectual da sociedade.

Ao analisar os dados do Censo da Educação Superior (2003 a 2015), podemos observar que no ano de 2003 foram efetuadas 3.936.933 matrículas em IES no Brasil, ao passo que em 2015 o quantitativo foi de 8.027.297, resultando em um crescimento de 103,8%. As matrículas cresceram continuamente tanto nas IES públicas (65%), como nas IES privadas (120%), sendo mais expressivo a elevação na rede privada, o que denota uma implementação de políticas para a Educação Superior em consonância com a ordem do capital.

É importante destacar ainda que o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 apresenta 20 metas em sua proposta, dentre as quais três trataram diretamente da Educação Superior. Segundo Oliveira (2011), as temáticas privilegiadas nessas três metas são: expansão do acesso à

educação superior, qualidade da oferta e expansão do acesso à pós-graduação, conforme apresentado a seguir:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta [...].

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores. (OLIVEIRA, 2011, p. 129).

No tocante às metas, Oliveira (2011) aponta a preocupação com a ausência de indicação de percentual de matrículas nas instituições públicas, alertando sobre a predominância de matrículas nas IES privadas e sobre um necessário esforço governamental para inverter o processo de privatização da Educação Superior no Brasil. Além disso, não há indicadores mais efetivos de ampliação dos recursos públicos para as metas de Educação Superior. Em contrapartida, Oliveira (2011) sinaliza a existência de estratégias que reforçam o uso direto de recurso público para IES privadas, a exemplo da ampliação do FIES.

Ainda marcada por muitos embates, a democratização da educação pública, gratuita e de qualidade é uma demanda histórica da classe trabalhadora. Desse modo, embora se entenda que a proposta de expansão da Educação Superior estava articulada com os padrões requisitados pelo capitalismo, a mesma serviu enquanto instrumento de atenuação dos conflitos entre classes, pois oportunizou o acesso de diferentes segmentos sociais ao Ensino Superior. De acordo com Betzek (2015, p. 55):

O REUNI foi uma estratégia utilizada para fazer uso da confiança estabelecida pelo Governo Lula em que movimentos sociais observaram, na expansão, a possibilidade de atender às antigas reivindicações, haja vista o histórico recrudescimento dos orçamentos públicos das universidades federais. Desse modo, os recursos propostos pelo REUNI passaram a ser uma oportunidade para romper com a estagnação dos investimentos na educação superior, após um forte período de incentivo exclusivo ao ensino privado.

Com isso, não podemos desconsiderar a necessidade do Estado em articular interesses divergentes, pois embora sob influência direta das classes dominantes, a expansão da Educação Superior é também fruto da pressão de grupos e movimentos sociais, os quais tiveram importante participação nas problematizações, sobretudo no debate da desigualdade social e na definição das políticas públicas de ampliação por parte do Estado. A título de exemplo, Magalhães (2013) menciona que o debate iniciado sobre as Políticas de Ações Afirmativas

pelos movimentos sociais, com destaque para o Movimento Negro, abriu caminho para a inserção de estudantes de grupos desiguais no Ensino Superior.

Entende-se então que, a política de expansão da Educação Superior, assim como outras políticas sociais, surge como resultado das contradições engendradas pela luta de classes. Seu caráter contraditório se manifesta ao passo que possibilita que a demanda da classe trabalhadora seja atendida com o acesso a uma universidade, a despeito das demais intenções que as motivaram.

Contudo, Chauí (2003, p. 13) chama atenção sobre a necessidade de “desfazer a confusão atual entre democratização da educação superior e massificação.” Democratizar a Educação Superior não se limita ao aumento do acesso, expressivo e desordenado, mas na oferta de um ensino superior público articulado com os demais níveis de ensino, pois, segundo Chauí (2003), sem uma reforma radical na educação básica, a pretensa democratização da universidade será inócua. Além disso, a autora aponta para a necessidade de reforma de grades curriculares atuais, bem como para as “necessárias condições de trabalho: bibliotecas dignas do nome, laboratórios equipados, informatização, bolsas de estudo para estudantes de graduação, alojamentos estudantis, alimentação e atendimento à saúde.” (CHAUÍ, 2003, p. 13).

Entendemos assim, que o aumento do número de vagas no Ensino Superior público não garante a permanência do discente nessa modalidade. Parte-se então do pressuposto de que as políticas de democratização do acesso devem ser acompanhadas de ações que viabilizem a permanência, especialmente dos estudantes da classe trabalhadora.

Dessa forma, o crescimento no número de matrículas na Educação Superior trouxe à tona a questão da assistência estudantil, que embora não seja um fenômeno novo nas universidades públicas, assumiu novas determinações a partir deste contexto de ampliação desencadeado no governo do PT. Correio (2018) menciona que as melhorias identificadas na Educação Superior no que tange à expansão do acesso nos anos 2000 são resultados de investimentos realizados por meio dos programas efetivados, como também de políticas de ações afirmativas, interiorização das universidades e assistência estudantil.

Para a análise dessa temática e de seu desenvolvimento no âmbito de um programa nacional, objeto do presente estudo, consideramos necessária uma abordagem preliminar sobre a Política de Assistência Estudantil no Brasil, com o objetivo de apresentar como se deu a sua formulação, com foco na construção do PNAES e sua flexibilidade institucional.

## 2.2 O percurso histórico da Política de Assistência Estudantil no Brasil

As políticas de acesso e permanência no Ensino Superior são relativamente recentes na agenda de políticas públicas no Brasil. Mesmo que alguns estudos mencionem a existência de restaurantes, casas de estudantes e algumas outras ações desenvolvidas desde as primeiras universidades, Rêgo e Silva (2015, p. 2) apontam que:

Foi somente com a Constituição Federal em 1988, e demais legislações que se seguiram – Lei de Diretrizes e Bases em 1996, e o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, instituído pelo Ministério da Educação, por meio da Portaria Normativa nº 39/2007, sendo esta ratificada em 2010 - que a intervenção estatal em ações de promoção do acesso e permanência ao ensino superior passa a acontecer de forma sistemática nas Instituições de Ensino Superior – IES.

A política de Assistência Estudantil na Educação Superior no Brasil possui aspectos expressivos que permearam sua formação histórica até alcançar sua configuração atual enquanto política pública. Destaca-se o posicionamento que a temática veio ocupando na legislação brasileira ao longo do tempo, partindo de uma não identidade própria de política até a promulgação do Decreto 7.234/2010 que institui o PNAES, o consolidando como documento norteador das ações de assistência estudantil no país.

Na sua atual configuração, o PNAES prevê o atendimento no âmbito das necessidades básicas, tais como moradia, alimentação, transporte, dentre outros. Além disso, são previstas ações de caráter universal que atendam aos estudantes nas áreas da saúde, cultura, esporte, lazer, inclusão digital, ensino de línguas estrangeiras, acessibilidade e apoio pedagógico. Trata-se então, de um conjunto de ações executadas pelas IFES com base nas orientações estabelecidas no PNAES.

Ainda que a regulamentação da Assistência Estudantil em âmbito governamental seja uma conquista recente, o percurso histórico de sua institucionalização no Ensino Superior público brasileiro perpassa por diferentes contextos sócio-históricos. Nesse percurso, identificamos esforços significativos para a sistematização e operacionalização da assistência estudantil nas IFES. Todavia, cabe destacar que há muitos desafios, descontinuidades e contradições da Política de Assistência Estudantil em meio à conjuntura de desmonte das políticas públicas sociais no contexto neoliberal.

Conforme destacado por Rêgo e Silva (2015), a expansão do Ensino Superior, as políticas afirmativas e os programas de assistência estudantil ocorrem em meio ao tensionamento próprio do cenário político-econômico no qual estamos situados. Desse modo,

a assistência estudantil sofre rebatimentos de um contexto adverso e contraditório das políticas sociais.

Por meio da análise das produções do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), bem como de outras literaturas sobre o assunto, especialmente em Kowalski (2012) que apresenta em sua tese de doutorado uma síntese da constituição da assistência estudantil enquanto política pública de Educação Superior brasileira, identificamos a delimitação histórica em três fases distintas, conforme quadro 1 elaborado pela referida autora.

Quadro 1 - Linha do tempo dos principais acontecimentos para a institucionalização da Assistência Estudantil no Brasil

|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>PRIMEIRA FASE</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>– <b>1928:</b> Promoção, pelo presidente Washington Luis, da construção da “Casa do Estudante Brasileiro” que ficava em Paris.</li> <li>– <b>1930:</b> Abertura da “Casa do Estudante do Brasil” no RJ, acoplado ao RU.</li> <li>– <b>1931:</b> Marca de nascença da AE na universidade, instituída pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto nº 19851/1931.</li> <li>– <b>1934:</b> Integração da assistência estudantil passou na Constituição Federal no artigo 157. Previsão do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica</li> <li>– <b>1937:</b> Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).</li> <li>– <b>1946:</b> Promulgação da Constituição Federal, que estabelece a assistência educacional para alunos “necessitados” e também aborda mecanismo referente à saúde dos discentes.</li> <li>– <b>1961:</b> Aprovação da LDB que estabelecia a assistência social como um direito a ser garantido de forma igual a todos os estudantes.</li> <li>– <b>1970:</b> Criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), com ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico.</li> </ul>                                                                                                                                                                 |
| <b>SEGUNDA FASE</b>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>– <b>1987:</b> Criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), congregando os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil.</li> <li>– <b>1988:</b> Promulgação da Constituição Federal que gerou amadurecimento na discussão da política de assistência estudantil (acesso e permanência nas IFES).</li> <li>– <b>1990:</b> Limitação de recursos nacional para assistência estudantil; discussões sobre a PAE de forma fragmentada e restrita a algumas IFES.</li> <li>– <b>1996:</b> Aprovação da LDB, que “de costas para a assistência estudantil”, não menciona nenhum tipo de financiamento a PAE.</li> <li>– <b>1998:</b> Aprovação, na Conferência de Paris, da “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI”, que prevê a relevância social dos programas assistenciais oferecidos nas IFES.</li> <li>– <b>1999:</b> Criação do FIES, que propõe financiar os cursos de graduação para os estudantes nas IES <i>privadas</i>.</li> <li>– <b>2001:</b> Aprovação do PNE, que dispõe da política de diversificação das fontes de financiamento e gestão das IES.</li> <li>– <b>2004:</b> Criação do ProUni, que objetiva conceder bolsas de estudos para alunos de baixa renda em IES <i>privadas</i>.</li> </ul> |
| <b>TERCEIRA FASE</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>– <b>2007:</b> Criação do REUNI, que prevê a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil.</li> <li>– <b>2007:</b> criação do PNAES, cujo objetivo é dar subsídios para permanência de alunos de baixa renda nos cursos presenciais na IFES.</li> <li>– <b>2010:</b> Sanção, em 19 julho, do PNAES como Decreto Lei nº 7.234; assistência estudantil concebida como política pública de direito. Aprovação do Decreto Lei nº 7.233, que versa sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária. Aprovação, em 30/12/2010, do Decreto nº 7416, que regula bolsas de permanência para a promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica.</li> <li>– <b>2010/2011:</b> Lançamento do Projeto Lei do PNE para o decênio 2011-2020, o qual, de acordo com a Meta 12, visa desenvolver os programas de assistência estudantil para ampliar as taxas de acesso nas IFES.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |

Fonte: Kowalski (2012, p. 100).

A primeira fase da assistência estudantil corresponde a um longo período que vai desde a criação da primeira universidade (1930) e se estende até a redemocratização política do Brasil (1985). O nascedouro da Assistência Estudantil tem em sua gênese práticas que ensaiavam um amparo aos estudantes de cursos superiores ainda no final da década de 1920.

As primeiras manifestações de apoio ao estudante universitário se deram em 1928, no Governo de Washington Luís, com a criação da Casa do Estudante Brasileiro em Paris<sup>10</sup>, para onde iam os filhos das famílias ricas do país, tendo as despesas custeadas pelo governo brasileiro. Kowalski (2012) destaca que neste período histórico a assistência estudantil atendia as necessidades dos filhos da elite brasileira, uma vez que era esse o perfil que tinha acesso ao Ensino Superior. As ações vieram ao longo dos anos se desenvolvendo de forma pontual e desarticulada, não apresentando a ideia de assistência ao estudante enquanto direito social. É no Governo do presidente Getúlio Vargas que se propõe ações mais estruturadas.

No início dos anos 1930, já no Governo de Getúlio Vargas, emergiram programas de moradia universitária e alimentação com inauguração da Casa do Estudante do Brasil, localizada no Rio de Janeiro. O prédio era um casarão que contava com três andares, sendo que, em um deles, localizava-se o Restaurante Popular, frequentado pelos estudantes considerados carentes, bem como por membros da comunidade que se passavam por estudantes para fazerem uso do benefício. A Casa do Estudante era mantida por grandes doações do então presidente Getúlio Vargas (KOWALSKI, 2012).

Ainda no início da década de 1930 foi promulgado o Decreto 19.851/1931, denominado Lei Orgânica do Ensino Superior que versava sobre o Estatuto da Organização das Universidades Brasileiras. O referido decreto significava a primeira manifestação de reformar o Ensino Superior e, segundo Kowalski (2012), tratava-se também da primeira tentativa de regulamentar a assistência para estudantes nesse grau de ensino.

Nesse contexto de restrito acesso ao ensino superior, o Estatuto das Universidades Brasileiras, impondo o modelo universitário como preferencial, instituiu a assistência estudantil. Assim, a marca de nascença da assistência estudantil no Brasil advém do nascimento da universidade e será conservada em toda a história da educação superior brasileira, persistindo na estrutura universitária que incorpora as transformações impingidas por um contexto social em constante processo de transformação. (KOWALSKI, 2012, p. 88).

No Decreto 19.851/1931 são propostas medidas de providência e beneficência aos estudantes universitários, incluindo bolsas para os reconhecidamente pobres (BRASIL, 1931). Portanto, identifica-se a assistência ao estudante enquanto parte do projeto político de Getúlio

---

<sup>10</sup> O Governo brasileiro custeava os recursos necessários para edificação das estruturas, assim como para manutenção da casa e dos alunos (KOWALSKI, 2012).

Vargas para a educação brasileira, materializando-se na Constituição Federal de 1934, a qual preconizava em seu artigo 157, §2º, a aplicação de fundos em “auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e para vilegiaturas.” (BRASIL, 1934, p. 34). De acordo Silveira (2012) eram previstos recursos por meio de um fundo para possibilitar a oferta de auxílio aos discentes que dele necessitavam, sendo a primeira vez que se visualiza a existência de bolsas de estudo no Ensino Superior, existentes até os dias atuais.

Nesse contexto, o MEC incentivou a criação da UNE em 1937, a qual surge enquanto protagonista na representação dos interesses estudantis, tendo a Assistência Estudantil como uma bandeira de reivindicação. A Casa do Estudante do Brasil passa a ser a sede da referida entidade nacional, embora tal ligação tenha sido rompida durante o II Congresso Nacional dos Estudantes por divergências de opiniões. Sobre isso, Kowalski (2012) sugere a intencionalidade do governo em consubstanciar uma instituição de representatividade estudantil despolitizada, ou seja, alinhada aos seus interesses.

Para Silveira (2012), houve opiniões divergentes entre os estudantes sobre a criação da UNE, pois muitos consideram que a entidade foi criada, de fato, em 1938 no II Congresso Nacional dos Estudantes.

Nesse evento, foi aprovado um plano de reforma educacional que pretendia solucionar problemas educacionais, auxiliando os estudantes com dificuldades econômicas, o que sinalizava o início de uma conscientização por parte dos estudantes da importância que deve ser dada à assistência estudantil nas universidades brasileiras. (SILVEIRA, 2012, p. 55).

Posteriormente, nas Constituições Federais de 1946 e 1967, a educação passa a ser concebida como direito de todos e a Assistência Estudantil como um direito dos que dela necessitam. É importante lembrar que a Educação como direito aparece pela primeira vez na CF de 1934, Art. 149, (BRASIL, 1934) embora, isso se apresente de alguma forma na Constituição Imperial de 1824 (Art. 179) (BRASIL, 1824). Foi a partir da CF de 1946 que a Assistência Estudantil passa a ser garantida em caráter obrigatório em todos os níveis de ensino, da Educação Básica à Educação Superior, conforme consta em seu Art. 172, o qual estabelece que “cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.” (BRASIL, 1946, p. 37).

Após anos de vigência da CF de 1946, bem como outros decretos que incidiam nas questões sobre a educação nacional, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases de

1961 (Lei nº 4.024), a qual trazia aspectos relativos à assistência estudantil em seus artigos 90 e 91<sup>11</sup>, enquanto direito que deveria ser garantido de forma igual para todos os estudantes.

De acordo com Silva (2019) os avanços no âmbito da assistência ao estudante se davam em boa parte pela atuação da UNE, que compartilhava de um consensual levante em prol da Reforma Universitária. Desse modo, a UNE pautava a assistência estudantil nos debates sobre a Reforma, o que conferia maior visibilidade ao tema. Todavia, o país inicia nesse momento histórico um período de repressão política e social com a ditadura militar, momento em que a representatividade legal da UNE passa a ser suspensa, foi retirada legalmente a sua representatividade por meio da Lei Suplicy de Lacerda - Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964 e a entidade passou a atuar na ilegalidade.

Na Constituição de 1967 a educação é posta novamente como direito de todos e pela primeira vez é mencionado que deve ser assegurada a igualdade de oportunidades (BRASIL, 1967). Contudo, tratava-se de um período de hostilidade com a categoria estudantil, e conforme apontado por Kowalski (2012) as legislações sofreram sabotagem tanto na sua constituição como na sua implementação, não se efetivando da forma em que foram instituídas. Nesse cenário, a Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540/68) representou a contenção das manifestações de descontentamentos emergentes. Fernandes (1989, p. 106) aponta que a Reforma de 1968 veio significar, na verdade, uma “anti-reforma, na qual um dos elementos atacados foram os estudantes, os jovens, os professores, críticos e militantes.”

Na década de 1970, registra-se a criação, pelo Governo Federal, do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao MEC. O referido departamento objetivava manter ações de assistência estudantil para graduandos em nível nacional, sobretudo com programas de assistência médico-odontológica, moradia e alimentação. Conforme destaca Imperatori (2017), o DAE foi desativado em 1980 e as ações de assistência ao estudante ficaram fragmentadas em cada instituição de ensino.

Cabe destacar que a luta pela assistência estudantil foi marcada pela reativação da UNE no final da década de 1970. As ações até então desenvolvidas, mesmo que pontuais, tinham influência da pressão exercida pelo movimento estudantil. Neste cenário, destaca-se o I

---

<sup>11</sup> Art. 90. Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos.

Art. 91. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade (BRASIL, 1961).

Encontro de Casas de Estudantes realizado em 1976 no Rio de Janeiro, um marco representativo da luta em prol da moradia estudantil.

Diante do exposto, entende-se que a primeira fase da assistência estudantil no Brasil se deu desde a abertura das primeiras universidades, estendendo-se até os primeiros dispositivos legais da política de educação do período ditatorial. Silva (2019) aponta que a assistência estudantil foi sendo desenhada em um cenário em que a Educação Superior ainda buscava se consolidar em meio às tendências e interesses políticos vigentes. Conforme destacado por Silva (2019, p. 36):

Neste momento histórico, o acesso à educação superior era restrito e distinto para poucos, isto é, encontrava-se ainda concentrado nas mãos das classes mais abastadas, logo, a assistência estudantil imprime uma especificidade de caráter pontual, dado o atendimento único e exclusivo do público que acessava o ensino superior.

Nesta primeira fase da assistência estudantil, as ações desenvolvidas eram restritas e fragmentadas, considerando que a educação superior era privilégio dos filhos da elite brasileira, que tinham condições de subsidiarem as despesas com a universidade. Assim, a assistência estudantil cumpria a função de subsidiar custos adicionais destes estudantes. A presença de estudantes oriundos de famílias das classes trabalhadoras nas universidades era minoritária nesta época, período em que assistência estudantil não se caracterizava como uma política que repercutisse de forma expressiva na permanência dos estudantes nas universidades públicas entre as décadas de 1930 a 1980.

Com a insustentabilidade da ditadura militar, o país caminha rumo à redemocratização social e política, em direção a uma nova Constituição. A abertura política possibilitou condições favoráveis à criação e implementação de políticas sociais no país, fruto das lutas da sociedade civil organizada. É neste cenário que se inicia a segunda fase da política de assistência estudantil, que abrange o período entre 1985, com a redemocratização a 2007, com a criação do REUNI.

Cabe mencionar que nesta segunda fase, embora com uma democracia em vias de consolidação, tem-se um cenário marcado por consequências dos anos de ditadura. Dentre os problemas sociais que persistiam, destaca-se a desigualdade na educação superior decorrente das dificuldades de acesso e permanência. Surgem assim, grandes frentes políticas de discussões sobre as questões educacionais, em especial sobre questões relativas à assistência estudantil.

Os movimentos de disputas se convergem e provocam mudanças na agenda política, o que resulta em um sentimento de luta pela criação e fortalecimento de novas políticas públicas. Como observamos, “a falta de mecanismos regulatórios e institucionais em relação à

assistência estudantil não impossibilitou que tais ações fossem executadas desde os primórdios do século XX em grande parte das instituições públicas de ensino superior no Brasil.” (MOCELIN, 2019, p. 249). Contudo, havia a preocupação dos gestores com as políticas de promoção e apoio ao estudante, assim como a necessidade de definição de ações por parte do MEC.

As discussões sobre o acesso e permanência na educação superior ganham espaço nos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários/Estudantis e nas reuniões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)<sup>12</sup>. A experiência do debate pautado nestes ambientes foi condicionante para a criação, em 1987, do FONAPRACE<sup>13</sup>.

O FONAPRACE passou a representar oficialmente e de forma permanente os Pró-reitores da área, congregava responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil, encarregando-se de discutir, elaborar e propor ao MEC a política de Promoção e Apoio ao Estudante (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS, 2012). Tinha como pauta central a busca por mecanismos que viabilizassem a permanência do estudante nas IFES, defendia-se a ideia de redemocratização do ensino superior, sobretudo, com a incorporação de estudantes de baixa renda nas instituições.

Tais discussões ganharam forma com a promulgação da Constituição Federal de 1988, marco importante no contexto da política de Assistência Estudantil, uma vez que mediante a inclusão de reivindicações essenciais da sociedade civil para a área da educação, foi possibilitado um avanço do debate em relação ao direito dos estudantes ao acesso e à permanência no ensino superior.

Nesta segunda fase, o acesso ao Ensino Superior ganha uma maior atenção do governo e neste movimento a política de assistência estudantil também ingressa em uma fase mais madura em relação a programas de apoio estudantil, como por exemplo o investimento em moradias estudantis e restaurantes universitários. Todavia, cabe destacar que mesmo diante das expectativas de mudanças quanto ao fortalecimento de novas políticas públicas, este

---

<sup>12</sup> A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, criada em 23 de maio de 1989, é a representante oficial das universidades federais na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral. Ver: <http://www.andifes.org.br/institucional/andifes/>. Acesso em 14 de outubro de 2020.

<sup>13</sup> Criado em outubro de 1987, o FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis) congrega os pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IES públicas do Brasil. Ver: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/index.php/sobre/> Acesso em 14 de outubro de 2020.

processo é constituído no bojo de interesses contrários, pois se registra certa limitação dos recursos nacionais financeiros para as IFES.

No contexto de orçamentos restritos às IFES na década de 1990, as ações de assistência estudantil eram percebidas pelos atores governamentais como gastos adicionais. Silva (2019, p. 37) aponta que durante esta década, diferente da primeira fase, “não se tem um documento oficial indicando aporte financeiro para manutenção de programas socioeducativos.” Tal constatação é mais evidente quando se toma, por exemplo, o artigo 71 inciso IV, da Lei nº 9394, promulgada em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB):

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:  
(...)  
IV - Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social; [...]. (BRASIL, 1996, p. 47).

Desse modo, destaca-se a desresponsalização do Estado com o financiamento da assistência estudantil, conforme aponta Kowalski (2012), evidenciando um decréscimo nas questões de financiamento e orçamento das universidades públicas como um todo. A referida autora chama ainda atenção para o fato de que na década de 1990, as discussões sobre assistência estudantil aconteciam de forma fragmentada e restrita, impulsionadas, sobretudo, pelos movimentos estudantis.

Em contrapartida, tem-se a materialização de uma agenda de atenção ao âmbito privado do ensino superior. A instituição de programas como o FIES em 1999 e o ProUni em 2004, embora com interesses contraditórios, possibilitou a uma parcela de sujeitos historicamente excluídos deste processo, o ingresso na universidade. Conforme destacado por Silva (2019, p. 39) tais programas voltam sua atenção “somente a uma ‘assistência estudantil’ no aspecto da manutenção das mensalidades, escanteando, de forma geral, a sustentação destes nos aspectos mais amplos da trajetória acadêmica.” Dessa forma, as necessidades socioeconômicas dos estudantes, bem como quaisquer despesas para sua permanência na instituição universitária, não são preocupações centrais desses programas.

A segunda fase é caracterizada por um cenário de abertura democrática, em que as discussões em torno da assistência estudantil foram fortalecidas em meio à criação do FONAPRACE. Contudo, na década de 1990, não se identifica uma preocupação governamental no que tange a investimento nas instituições públicas de ensino superior, tendo como ponto central políticas assistenciais aos estudantes das instituições privadas.

Nesse contexto, Correio (2018) destaca o envolvimento dos estudantes na luta pela assistência estudantil nas universidades públicas. No ano de 2004, o Movimento Estudantil, por meio da UNE, “apresentou um manifesto a favor da elaboração de um Plano Nacional de Assistência Estudantil reforçando a ideia de que o acesso à educação superior não pode ser dissociado da permanência dos alunos nas instituições de ensino.” (CORREIO, 2018, p. 6). Em 2007, o FONAPRACE organizou o Plano Nacional de Assistência Estudantil, embasado em pesquisas realizadas junto aos estudantes.

A terceira fase da política de assistência estudantil é marcada pela expansão do Ensino Superior no Brasil com a reestruturação das IFES a partir de 2007, bem como pela regulamentação de uma Política Nacional de Assistência Estudantil. A referida fase se constitui a partir do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que ao criar condições para a ampliação do acesso ao ensino superior, converge com a necessidade de uma política nacional de assistência estudantil. Ainda em 2007, foi aprovado o PNAES por meio da Portaria Normativa nº 39 do MEC. De acordo com Vasconcelos (2012, p. 105), a promulgação do programa:

Representa um marco histórico e de importância fundamental para a questão da assistência estudantil, pois essa conquista foi fruto de esforços coletivos de dirigentes, docentes, técnicos-administrativos e discentes, e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público.

Nessa direção, é importante assinalar que o FONAPRACE junto aos movimentos sociais, foram protagonistas nas pautas nacionais sobre a importância da assistência estudantil ao longo da vida acadêmica, com destaque para a realização de pesquisas sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES nos anos de 1996 e 2004<sup>14</sup>. A pesquisa tinha como perspectiva indicar parâmetros para definir diretrizes para elaboração de programas e projetos a serem desenvolvidos nas instituições. Destaca-se que a proposição textual do documento do PNAES foi uma iniciativa do FONAPRACE.

A partir de 2008 e em atendimento às reivindicações das IFES e dos movimentos estudantis, o poder público passou a destinar recursos para a assistência estudantil por meio do PNAES. No ano de 2010, o então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva,

<sup>14</sup> A I Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras realizada no segundo semestre letivo de 1996, contou com a participação de 44 instituições, o equivalente a 84,62% das 52 IFES. Dentre outros dados relevantes, demonstrou que 44,29% dos estudantes apresentavam demanda potencial por assistência estudantil. A II Pesquisa foi realizada no período de novembro/2003 a março/2004 e obteve participação de 47 IFES, o equivalente a 88,68% do total de 53. Nesta pesquisa, destacou-se que 42,8% dos estudantes apresentavam uma situação de vulnerabilidade social, reafirmando a importância de financiamento para a Assistência Estudantil nas IFES (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS, 2012).

transformou o PNAES em Decreto-Lei nº7.234, convertendo-o no principal documento norteador das políticas de Assistência Estudantil no país.

A partir de então, e por meio de uma luta coletiva, a assistência estudantil é consolidada em âmbito institucional, tendo reconhecimento legal enquanto política pública da educação. Sobre a nova configuração da Assistência Estudantil, Pinto e Belo (2012) apontam para a apresentação das propostas de defesa da assistência estudantil como fundamental não só para permanência dos estudantes, mas também para o reconhecimento da Educação Superior Pública como um direito social.

Dessa forma, contraditoriamente, em uma conjuntura direcionada pelo processo de mundialização da economia, que promove o funcionamento precário das instituições através da redução de recursos, começa a se delinear um processo de efetivação do direito à Educação superior. (PINTO; BELO, 2012, p. 120).

Destaca-se, ainda na terceira fase, a instituição do Sistema de Seleção Unificada (SISU)<sup>15</sup>, por meio da Portaria MEC nº 02 de janeiro de 2010, regulamentada pela Portaria nº 21 de novembro de 2012, bem como a Lei 12.711 de agosto de 2011 - Lei de Cotas<sup>16</sup>, conjunto de ações que contribuiu com a ampliação do acesso de estudantes de classes populares nas IFES, modificando o perfil socioeconômico e cultural dos acadêmicos, o que demandou maiores estratégias de apoio à permanência estudantil. Faz parte desta fase ainda o Projeto de Lei do PNE para o decênio 2011-2020, o qual, de acordo com a Meta 12.5, visa desenvolver os programas de assistência estudantil para ampliar as taxas de acesso nas IFES:

Ampliar, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico. (BRASIL, 2010b, p. 11).

Nota-se que a terceira fase diferencia-se das anteriores especialmente por contar com um dispositivo legal de âmbito nacional voltado exclusivamente para a assistência estudantil. Silva (2019, p. 41), infere que:

<sup>15</sup> O SisU, instituído pela Portaria Normativa MEC nº 02 de janeiro de 2010, o qual passou a ser regido pela Portaria MEC nº 21 de 05 de novembro de 2012, é o sistema informatizado do Ministério da Educação através do qual as instituições públicas de Ensino Superior que dele participarem ofertam vagas para cursos de graduação a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O sistema de seleção ocorre duas vezes por ano.

<sup>16</sup> A Lei nº 12.711/2012 garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas Instituições Federais de Educação Superior a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas - metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado. (<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>).

As três fases são totalmente distintas e suas especificidades denotam haver uma ruptura da concepção de assistência estudantil na educação superior. Contudo, ao mesmo tempo, percebe-se uma certa continuidade reformulada e totalmente imbricada com o momento histórico vivenciado, sobretudo, no que tange às questões das políticas educacionais.

Embora sejam identificadas ações desde a década de 1930, a luta coletiva impulsionada pelos movimentos sociais, sociedade civil e FONAPRACE foi condicionante para as conquistas alcançadas em termos de ampliação do acesso à Educação Superior e implementação de uma política pública voltada para a permanência do estudante neste grau de ensino.

Nota-se que a política de assistência estudantil passou por períodos com características distintas, construindo um percurso histórico que por vezes perpassa por caminhos descontínuos, mas que contribui na formação e consolidação das políticas públicas para a educação brasileira. Entretanto, Kowalski (2012) alerta que a assistência estudantil está associada a rebatimentos da política econômica neoliberal, sendo tratada como um serviço e, portanto, passível de mercantilização.

Abordados aspectos significativos mais gerais do percurso histórico da política de assistência estudantil, passa-se a analisar no próximo tópico a sua configuração atual por meio do PNAES, atendendo ao objetivo exposto de apresentar como se deu a formulação da política de assistência estudantil com foco na construção do programa e sua flexibilidade institucional.

### 2.2.1 O Programa Nacional de Assistência Estudantil

O PNAES surge enquanto estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na Educação Superior pública federal e como objetivos:

I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; I - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010a, p. 1).

Em resposta às necessidades diversas dos estudantes, o programa busca promover recursos necessários para superação de empecilhos que possam interferir no seu desempenho acadêmico. Desse modo, o PNAES surge na perspectiva de garantir uma permanência no Ensino Superior público, em especial aos estudantes em condições socioeconômicas desfavoráveis, na tentativa de viabilizar a igualdade de oportunidades, bem como minimizar as

situações de repetência e evasão decorrentes das vulnerabilidades apresentadas. Carvalho (2016, p. 68) aponta que:

A construção do PNAES se sustentou a partir do cenário de expansão do acesso e identificação do surgimento de um novo perfil de estudante universitário, cujas características econômicas e sociais teriam se diversificado, diferindo-se daquelas que tradicionalmente estiveram presentes na universidade brasileira.

A necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, considerando a dificuldade das famílias para auxiliar na manutenção do estudante na universidade, somada às condições insuficientes de alimentação, saúde, transporte, moradia, material didático, dentre outras, podem contribuir para a evasão de muitos estudantes. Parte daí a essencialidade da assistência estudantil, enquanto política que surge em resposta às demandas por melhores condições de permanência no Ensino Superior e conclusão de curso.

O programa representou um marco histórico na área das políticas públicas para o Ensino Superior no Brasil, visto que foram anos de reivindicações dos movimentos sociais junto a diversos atores envolvidos com a educação brasileira, em especial o FONAPRACE, em prol do direito do estudante não só de acessar à Educação Superior, mas de ter condições de permanecer na universidade e concluir o curso. Reconhecemos, assim, que a luta concebida pela classe trabalhadora fez com que a temática tivesse uma maior atenção.

De acordo com Magalhães (2013, p. 70):

Embora a criação do PNAES faça parte do pacote de medidas criado pelo governo federal para efetivar a reforma educacional, em especial no âmbito da educação superior, a demanda por programas voltados à permanência dos estudantes de origem popular e dos grupos desiguais nas universidades públicas já vinha ocorrendo há muito tempo por diversos segmentos das Instituições Federais de Ensino Superior. Essa é uma contradição que vem permeando a construção desse processo de ampliação do acesso à educação superior pública e que está conformando a assistência estudantil em nível nacional.

A instituição de um programa específico veio consolidar o atendimento a uma demanda histórica das IFES, conferindo a estas a responsabilidade pela definição de metodologias para seleção dos estudantes a serem beneficiados. Como já mencionado, algumas instituições já desenvolviam ações de assistência estudantil. Todavia, não havia legislação que previa esse tipo de atendimento. Segundo Machado (2017, p. 249) “uma grande parte das IFES somente passou a fomentar ações, de forma sistemática, voltadas a permanência dos estudantes pobres quando isso se tornou uma política em nível nacional.” Foi a partir da criação do PNAES que o Governo Federal passou a atuar efetivamente no financiamento das ações, direcionando o seu desenvolvimento por meio de áreas estratégicas.

A política de assistência estudantil busca superar os obstáculos que geram impedimentos ao bom desempenho acadêmico e sua permanência na graduação, compreendendo ações que possibilitam provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante (moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros), bem como transita em outras áreas dos Direitos Humanos, tais como saúde, lazer, esporte, dentre outros.

As ações sugeridas pelo PNAES (Ver anexo A) deverão ter como parâmetro os seguintes segmentos, conforme disposto no Art. 3º § 1º do Decreto 7.234/2010:

I-moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010a, p. 1).

Embora com a indicação de áreas estratégicas específicas no programa, a autonomia das instituições deve ser considerada quanto à execução das ações. Segundo Imperatori (2017, p. 297), “apesar de o PNAES ser um programa no âmbito federal, sua execução é descentralizada. Cada universidade tem autonomia de gestão para utilizar os recursos disponibilizados, conforme as suas necessidades e especificidades locais [...]”. Considera-se então, as particularidades institucionais e a emergência de atender as necessidades identificadas junto ao corpo discente, que pode variar de acordo com o contexto espacial em que está inserido.

A instituição do PNAES em 2010, embora ainda como um Decreto e não uma Lei, consiste em uma peça fundamental para a Política de Educação Superior, visto que, como já mencionado, a democratização do Ensino Superior não se limita à ampliação das condições de acesso. De acordo com Magalhães (2013, p. 72):

As fragilidades econômicas, sociais e educacionais que uma parcela destes estudantes apresenta ao ingressar na universidade, aliadas às formas diversas de exclusão que irão encontrar no meio acadêmico, podem inviabilizar sua permanência e conclusão de seus cursos.

O PNAES, por meio da garantia de dotações orçamentárias próprias para a assistência estudantil, possibilita às instituições implementarem ações diversas, as quais devem ser organizadas e desenvolvidas de acordo com as principais diretrizes elencadas no Decreto, abrindo maior possibilidade para que as universidades públicas institucionalizem suas práticas de apoio à permanência dos estudantes, com vistas a atendê-los em meio às fragilidades que possam interferir no seu percurso acadêmico. É importante considerar que:

Cabe as IFES assumirem a Assistência Estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes, o que irá ter efeito educativo e, conseqüentemente, multiplicador. (FÓRUM NACIONAL DE PRO-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS, 2012, p. 66).

No ínterim, espera-se que as iniciativas das IFES sejam pautadas no entendimento de que a assistência estudantil é um espaço para além da concessão de bolsas e auxílios financeiros, perpassa também pelo desenvolvimento de práticas educativas e de construção do conhecimento. Assim, é fundamental articular as ações aos processos educativos, permeando as três dimensões do fazer acadêmico, o ensino, a pesquisa e a extensão.

A definição de critérios para concessão dos benefícios é determinada pelas IFES, respeitando os requisitos de renda e de origem escolar previstos no Art. 5º do Decreto, o qual apresenta como público prioritário do programa “[...] estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio [...].” (BRASIL, 2010a, p. 3).

A fixação de um perfil preferencial ao atendimento, conforme o Art. 5º mencionado, faz com que as IFES automaticamente ingressem na lógica da focalização e seletividade. (BRASIL, 2010a). Prioriza-se, assim, dentre os estudantes que pleiteiam os benefícios, aqueles que apresentam maior necessidade, conforme o critério de renda pré-estabelecido.

Conforme apontado por Rêgo e Silva (2015, p. 6):

Muito embora a assistência estudantil deva ser considerada estratégica no acesso à educação pública, portanto universal e dever do Estado; cai aqui em contradição quando no Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES são estabelecidos critérios de renda para que os alunos tenham direito a este direito.

Em observância a estes desafios, identificamos que a Política de Assistência Estudantil está situada em um terreno contraditório, que busca o reconhecimento e a efetivação de direitos, mas que também sofre com os reflexos de uma política neoliberal, a qual direciona o Estado para formulação de políticas públicas sociais seletivas. Operacionalizada dessa forma, as ações contrariam aspectos universalizantes e de promoção da justiça social.

A política da Educação não está alheia aos rebatimentos desta lógica. Carvalho (2016, p. 68) ressalta:

O caráter focalizado assumido pelo PNAES e o excedente de estudantes pertencentes à classe trabalhadora que, mesmo necessitando de auxílio do Estado para permanência na universidade, foge dos parâmetros de vulnerabilidade apresentados pelo governo através desse programa.

Este movimento contraditório, característico das políticas sociais, à medida que abre espaço a processos de ampliação do acesso a bens e serviços, também limita a ascensão da classe trabalhadora diante de políticas focalizadas. Rêgo e Silva (2015) destacam que as

políticas públicas sociais necessitam, desse modo, equilibrar-se num constante movimento de avanços e retrocessos.

O Decreto estabelece ainda que as IFES deverão fixar, além dos requisitos para a percepção de assistência estudantil, mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES, além de prestar todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo MEC (BRASIL, 2010a). Todavia, não estabelece, em seu texto, esclarecimentos a respeito dos processos de monitoramento e avaliação do programa, que segundo entendimento de Mendes (2019), fica a cargo das instituições de ensino a proposição dos mesmos. Neste quesito, tem-se então, uma lacuna no texto do decreto quanto às orientações e determinação destes procedimentos, pois não há sinalização alguma sobre a forma de avaliação.

Do ponto da efetivação de direitos, cabe destacar que a criação das políticas sociais é um processo longo e gradativo, marcado por contradições, descontinuidades e interesses diversos. Ao longo deste processo é pertinente reforçar o papel fundamental dos movimentos sociais, bem como de outros atores que historicamente reivindicam o acesso aos direitos à educação de qualidade. No contexto do PNAES, Magalhães (2013) enfatiza o envolvimento de dois segmentos no que se refere à mobilização em torno da temática há pelo menos duas décadas.

Um dos segmentos é o Movimento Negro<sup>17</sup>, que apresenta a questão do acesso à universidade e a implantação de políticas afirmativas como ponto central de discussão na sociedade. No entendimento de Gomes, Santos e Nunes (2013, p. 238), as políticas afirmativas fazem parte do “reconhecimento público do Estado brasileiro de que, para se fazer justiça social em um país tão diverso e ao mesmo tempo tão desigual, teremos que articular políticas públicas de igualdade e diversidade.” Tais mobilizações em torno das políticas de ações afirmativas, encabeçadas pelo Movimento Negro, fazem parte do engajamento e da luta social pela garantia do direito ao acesso à Educação Superior, culminando na necessidade de fortalecimento das políticas de permanência.

Como segundo segmento, Magalhães (2013) aponta os profissionais e dirigentes das universidades federais que compõem o FONAPRACE, que, desde o final da década de 80,

---

<sup>17</sup> A luta pela afirmação do negro no Brasil tem tradição e passado, com iniciativas que remontam à Primeira república (GOMES, 2012). Todavia, a militância brasileira cresceu nos anos 1970, década em que se registra a formação de entidades que buscavam denunciar o racismo e organizar a comunidade negra, tais como Grupo Palmares, criado em Porto Alegre em 1971; o Centro de Estudos e Arte Negra (Cecan), aberto em São Paulo em 1972; a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba), inaugurada no Rio de Janeiro em 1974, e o Bloco Afro Ilê Aiyê, fundado em Salvador também em 1974. Apesar da pluralidade de experiências entre os militantes do Movimento Negro e muitas vezes posições divergentes, todos tem por objetivo o combate ao racismo e a luta pela melhoria das condições de vida das populações negras (PEREIRA, 2010).

milita sobre o tema da assistência estudantil como foco de debate, tendo em vista que consideram a referida política como um mecanismo imprescindível para a efetivação do direito à Educação Superior.

O FONAPRACE, ganha destaque diante de sua atuação, especialmente quanto à sensibilização das autoridades, legisladores e comunidade universitária, sobre a importância da assistência estudantil como parte de um projeto acadêmico que tem a função de prover uma formação de qualidade aos cidadãos. Ocupa dessa forma, uma centralidade em relação à constituição do PNAES, contribuindo para que os estudantes possam dar continuidade aos estudos de forma eficaz, obtendo um bom aproveitamento acadêmico.

As pressões dos movimentos sociais e estudantis e as mobilizações de gestores e profissionais vinculados à política de Educação Superior, que reivindicavam a atuação do governo federal no sentido de promover ações que possibilitassem a permanência e conclusão nos cursos de graduação, foram fundamentais para alcançar a configuração atual da política de assistência estudantil, a qual é regulamentada por meio do PNAES.

O FONAPRACE afirma que a política de Assistência Estudantil está estruturada com base em um:

Conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das Instituições Federais de Educação Superior na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS, 2012, p. 63).

A perspectiva de inclusão social mencionada no PNAES diz respeito à viabilização das possibilidades de participação dos estudantes das classes populares nas atividades acadêmicas em condições de igualdade com os demais estudantes. Todavia, cabe destacar que a proliferação dos discursos acerca da inclusão social na sociedade capitalista traz à tona cenários contraditórios, uma vez que não há como conceber uma significativa transformação social na estrutura do sistema do capital.

Assim, as discussões em torno da inclusão social por meio da educação devem considerar uma educação modelada pelo capital. Mészáros (2008, p. 25) afirma que “uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social, no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança.”

Como já mencionado, foi em um cenário de desigualdade social que foi construída a base da educação no Brasil. Segundo Melo (2019, p. 71) “a proposta evidente nos discursos oficiais e nas políticas públicas, atualmente, para a quebra do ciclo da desigualdade e da pobreza, é o da inclusão social.” Entretanto, aponta que para a construção de uma educação pública, de qualidade, universal e gratuita, é necessária a promoção de uma efetiva inclusão social por meio da autonomia e da democratização, assim como da aplicação de recursos públicos nesta esfera, capaz de lutar contra as disparidades estruturais no país, o que ainda não corresponde a uma realidade consolidada no Brasil.

No entendimento de Melo (2019) o PNAES tal como é apresentado ainda é insuficiente para a promoção da inclusão social, considerando o contexto neoliberal em que está inserido, o qual se utiliza das políticas sociais não só para responder às demandas da classe trabalhadora, mas também para preservar o projeto hegemônico.

Em se tratando de financiamento, a criação do programa insere a assistência estudantil em uma nova perspectiva, sobretudo, por estabelecer destinação de recursos financeiros específicos para a realização dos programas existentes, bem como para a criação de novos, como veremos a seguir.

#### *2.2.1.1 O financiamento da Política de Assistência Estudantil via PNAES*

Os recursos destinados ao PNAES são provenientes do Tesouro Nacional via transferência direta às IFES. Estes recursos possibilitam que, pela primeira vez, esse setor conte com dotações específicas para este fim. No entendimento de Pinto e Belo (2012, p. 120):

A princípio o Programa se articula a uma tendência de atendimento de demandas advindas do aumento de vagas nas Universidades imposta pelo REUNI. A novidade desse processo é a garantia de dotações orçamentárias para a Assistência Estudantil, investidas diretamente no orçamento das IFES.

O repasse direto de recursos para as unidades orçamentárias das universidades federais conferiu relativa autonomia às instituições, o que caracteriza uma importante conquista para a Política de Assistência Estudantil, pois, conforme sinaliza Silva (2019), antes da institucionalização do PNAES, os financiamentos das ações vinculadas à assistência estudantil dependiam da sensibilidade da gestão das IFES com a temática, assim como da mobilização do Movimento Estudantil, pois não existia repasse de recursos financeiros específicos para tal finalidade.

Sobre o financiamento, o Art. 8º do Decreto 7.234/2010 discrimina que:

As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente. (BRASIL, 2010a, p. 3).

Como observado, no único artigo que trata sobre o financiamento da Política de Assistência Estudantil não é determinado percentual fixo a ser destinado ao programa, que se efetivará conforme a existência de dotação orçamentária, sendo seu alcance delimitado pela quantidade de recursos disponibilizados.

Em termos de procedimentos para o financiamento da assistência estudantil, este ocorre por meio da transferência direta do fundo público para as IFES, as quais são responsáveis pela implementação das ações. De acordo com Salvador (2012, p. 7) o “fundo público envolve toda capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia.” Behring (2010) explica que a realização do fundo público ocorre tanto pelo trabalho excedente, proveniente da mais-valia socialmente produzida<sup>18</sup> e destinado ao fundo público na forma de impostos, contribuições e taxas, quanto do trabalho necessário, a partir dos impostos pagos pelos próprios trabalhadores de forma direta e, sobretudo, indireta por meio do consumo de mercadorias.

Desse modo, para Behring (2010) a composição do fundo público se dá a partir da riqueza produzida pelo próprio trabalho humano expropriado do trabalhador, o qual retoma parte do seu trabalho na forma de políticas sociais ou de bens públicos de maneira geral. Todavia, disputa sua repartição em condições desiguais, considerando a correlação de forças na sociedade e no Estado. A ideia se completa a partir de Salvador (2012) o qual afirma que o fundo público está presente na reprodução do capital, já que a formação do capitalismo seria impensável sem a utilização dos recursos públicos.

Ao considerar os recursos destinados para o Ensino Superior via Fundo Público, entende-se que o acesso da classe trabalhadora à universidade se deu porque ela mesma, via exploração, formou a riqueza necessária para compor o Fundo Público que financia, embora de maneira residual, as políticas sociais (MACHADO, 2017).

A expressão mais objetiva do Fundo Público é o Orçamento Público, que por sua vez, é a peça que “garante concretude à ação planejada do Estado e espelha as prioridades das políticas públicas que serão priorizadas pelo governo.” (SALVADOR, 2012, p. 5). Trata-se, segundo o referido autor, de um elemento importante para compreender a política social, pois

---

<sup>18</sup> Parte do trabalho excedente que se metamorfoseou em lucro, juro ou renda da terra e que é apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções. (BEHRING, 2010, p. 20).

é uma peça técnica que vai além da estruturação contábil, refletindo a correlação de forças sociais e os interesses envolvidos da apropriação do recurso público.

Sobre a política de Assistência Estudantil, Machado (2017) aponta que o seu financiamento é feito via transferência de recursos na ação de código 4002 da peça orçamentária anual, chamada de Assistência ao Educando do Ensino de Graduação. A autora explica que os recursos da referida ação são destinados ao PNAES e a outros dois programas: o Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES)<sup>19</sup> e o Incluir (Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior)<sup>20</sup>.

A definição da quantia de recursos que serão disponibilizados na ação 4002 é delimitada por uma matriz de distribuição setorial, que atualmente considera os índices Estudante equivalente e índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Essa matriz é conhecida como Matriz PNAES, uma matriz setorial específica. (MACHADO, 2017, p. 245).

Segundo a autora, para cálculo do índice Estudante equivalente são considerados os seguintes indicadores: número de diplomados; duração média do curso; coeficiente de retenção; número de ingressantes, bônus por turno noturno; e bônus por curso fora da sede. Vê-se então, a prioridade aos aspectos e indicadores que valorizam o caráter produtivista da universidade na forma de distribuição de recursos para a matriz PNAES, em detrimento de um processo democratizante e participativo que considere as reais necessidades das instituições.

Sobre a distribuição dos recursos do PNAES para as IFES, o *Servidor D* aponta que:

*A Matriz Andifes é que determina como é a divisão dos recursos do PNAES entre as 64 Instituições Federais de Ensino Superior. Então isso já meio que tá tabelado, não é mais ou menos, é uma tabela de uma matriz que existe, que detém os percentuais em função do valor global que o governo propõe no PLOA e que depois é aprovado no orçamento do congresso, que ainda tem isso também, existe esse valor Global que é em função dessa Matriz né, que é gerada em função de vários indicadores: número de matrículas ativas... é bem complexo. E isso é bem centralizado no MEC, é uma questão também que é importante, a gente não participa desse debate, nem eu como Pró-Reitor e nem como coordenador do Fórum Regional, que atualmente sou. Então não existe esse debate se vai mais pra UFMA, pra UFC, não existe. É uma matriz que é usada há bastante tempo e se divide o valor Global entre as instituições de ensino superior [...] (Servidor D)*

Conforme relato do *Servidor D*, o debate sobre a distribuição do recurso PNAES é limitado, realizado no âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Planejamento (FOPLAD) e

<sup>19</sup> A Bolsa Promisaes concede auxílio financeiro no valor de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais) mensais durante 12 meses para alunos estrangeiros que participam do Programa de Estudantes - Convênio de Graduação (PEC-G).

<sup>20</sup> O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas IFES. (<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>).

executado pelos Pró-Reitores de Assistência Estudantil. Acrescentou que o recurso destinado para as IFES é direcionado para bolsas e auxílios, bem como para subsídio ao Restaurante Universitário, apoio às Residências Estudantis e outras atividades. Todavia, o recurso não é repassado de forma equilibrada ao longo do ano para execução, necessitando de uma organização e arranjos para manter os pagamentos nos primeiros meses do primeiro semestre, período em que se aguarda a aprovação da proposta orçamentária.

O *Servidor D* explica o orçamento proposto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) é condicionado a aprovações no Congresso, tendo 52% contingenciado até a aprovação. Assim, 48% do orçamento disponível é fatiado em 18 parcelas, 1/18 é a quantia recebida por mês no início do ano. Segundo o entrevistado, houve muita dificuldade para o gerenciamento do recurso na UFMA no início de 2021, considerando a ameaça de cortes e o contingenciamento do orçamento proposto, o que levou à suspensão de novas convocações para bolsas e auxílios neste período.

*[...] Desde o ano passado (2020) o Congresso está condicionando a liberação do orçamento a aprovações. Então esse orçamento ele vem contingenciado no PLOA, que é o Projeto de Lei Orçamentária Anual. Por exemplo, o PNAES no PLOA ele tá contingenciado 52% então, são 11.000.000, mas a realidade não são 11, porque 52% tá contingenciado, então só tá disponível 48% daquilo que tá no projeto de lei. Desses 48% divide por 18, 1/18 é a fatura que a gente recebe no mês. Para a universidade, 1/18 não cobre nem a nossa folha hoje de pagamento. [...] Então a gente recebe mais recursos no segundo semestre e menos recursos no primeiro por conta dessa burocracia do governo no sentido de aprovação do orçamento. (Servidor D).*

Há que se considerar que a criação do PNAES possibilitou um aumento progressivo dos recursos para a assistência estudantil, momento em que muitas IFES passaram a fomentar ações de forma mais sistemática. Todavia, em observância ao relato do *Servidor D*, identificamos que mesmo com um financiamento próprio para a assistência estudantil, as IFES ainda enfrentam dificuldades quanto ao atendimento das demandas, sobretudo se considerarmos a ameaça de cortes no orçamento.

Quanto aos recursos do PNAES, o Quadro 2, a seguir, revela a evolução orçamentária destinada ao programa desde sua instituição:

Quadro 2 – Evolução do volume de recursos PNAES (2010 a 2020) – Brasil

| Ano  | PNAES NACIONAL       |
|------|----------------------|
| 2008 | R\$ 125.300.000,00   |
| 2009 | R\$ 203.000.000,00   |
| 2010 | R\$ 304.000.000,00   |
| 2011 | R\$ 395.189.588,00   |
| 2012 | R\$ 503.843.628,00   |
| 2013 | R\$ 603.787.226,00   |
| 2014 | R\$ 742.720.249,00   |
| 2015 | R\$ 895.026.718,00   |
| 2016 | R\$ 1.030.037.000,00 |
| 2017 | R\$ 987.484.620,00   |
| 2018 | R\$ 957.178.952,00   |
| 2019 | R\$ 1.067.643.492,00 |

Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos das IFES (2018).

A trajetória do orçamento apresentado no Quadro 2 permite compreender que as dotações apresentaram crescimento expressivo a partir de 2008, período de implementação do REUNI e de fortalecimento das ações de Assistência Estudantil nas IFES. Machado (2017) aponta que antes do PNAES os recursos previstos para ação 4002 eram gerados pelas próprias instituições, sendo a quantia direcionada pra política de assistência estudantil significativamente inferior ao volume de recursos que passaram a ser destinados pela União com a criação do PNAES.

Em 2016, os recursos para a assistência estudantil ficaram na casa de 1 bilhão de reais, apresentando uma redução nos anos seguintes, 2017 e 2018. Segundo Da Ros (2020, p. 29) “no ano de 2017, o orçamento das IFES passou a se orientar pelas diretrizes contidas na Emenda Constitucional nº 95/2016<sup>21</sup>, de tal modo que o acréscimo no montante de recursos do PNAES foi corrigido de acordo com os índices de inflação.” O autor acrescenta que a Coordenação Regional do FONAPRACE, atuou em 2018 junto à ANDIFES na perspectiva de solicitar ao MEC uma recomposição do orçamento para o ano 2019, resultando no acréscimo de aproximadamente 10%.

Conforme apontado por Nascimento e Arcoverde (2012), embora se tenha percebido um aumento considerável no orçamento das IFES para os programas de Assistência Estudantil, este ainda não é suficiente para atender à crescente demanda que se soma à expansão de vagas.

<sup>21</sup> A Emenda Constitucional nº 95, de dezembro de 2016 altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.

Mesmo tendo ocorrido um aumento significativo das verbas para os programas de assistência ao estudante no orçamento das universidades, a demanda estudantil pelas ações assistenciais aumenta em proporções bem maiores, devido, sobretudo, ao processo de expansão e maior aproveitamento das vagas nas universidades com a implementação de novos processos seletivos - como o Exame Nacional do Ensino Médio/ENEM que garante uma maior rotatividade destas vagas. (NASCIMENTO; ARCOVERDE, 2012, p. 172).

Soma-se a isso, a previsão de cortes para as universidades federais em 2021. Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (2021), as instituições calculam uma redução de R\$ 1,2 bilhão no orçamento para este ano. O corte em 2021 pode reduzir substancialmente a capacidade de atendimento na assistência estudantil e levar ao aumento da evasão dos estudantes de graduação. Pois, calcula-se que os recursos do PNAES para 2021 terão cortes na ordem de 20%, mantendo-se em apenas R\$ 800 milhões.

Desse modo, a limitação do orçamento faz com que alguns desafios ganhem mais destaque no âmbito da execução do PNAES. Enfatiza-se aqui, para além da ampliação no quantitativo de bolsas e auxílios, a necessidade de fortalecimento dos programas, tais como a construção de novas residências universitárias em todos os campi e IFES, implantação de programas de assistência aos estudantes com deficiência, necessidades especiais e com habilidade de superdotação, atendimento às demandas de estudantes com filhos, a exemplo da estruturação de creches, ampliação de políticas de promoção e de assistência integral à saúde dos estudantes, dentre outros.

Além disso, faz-se necessária a composição e recomposição das equipes de profissionais para operacionalizar as ações nas IFES, que em muitos casos ainda é limitada, necessitando de aumento do quadro de assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, técnicos educacionais e técnicos administrativos. Ademais, destaca-se o fato de que o PNAES se configura em um Decreto, ao invés de uma Lei, detendo menos eficácia normativa por não passar pelo crivo do legislativo, visto que pode ser formatado e revogado pelo chefe do poder executivo a qualquer tempo. Segundo Pinto e Belo (2012, p. 121):

Esse ponto elucida os desafios e os limites da atual configuração da Assistência Estudantil nas IFES, uma vez que a inexistência de um aparato legal que torne obrigatória a intervenção do Estado na questão, o caminho está livre para que a lógica que dirige a Reforma da Educação Superior reduza ou elimine os recursos destinados às ações de Assistência Estudantil Universitária.

Infere-se que a manutenção do PNAES enquanto política pública para a garantia da permanência dos estudantes dependerá do modelo de Educação Superior pública que se afirmará e que se quer construir no Brasil. Melo (2019) aponta que embora o programa vislumbre pontos de democratização e inclusão social, necessita de bases mais concretas, uma

política mais segura e firme em conceitos, ações, diretrizes, monitoramento e princípios legais. A natureza do PNAES como Decreto intensifica os desafios na luta pela Educação Superior pública, tornando-se urgente a implementação efetiva do programa como Lei.

No próximo capítulo buscamos descrever a Assistência Estudantil na UFMA, seu contexto histórico e ramificação ao CCSST - Campus Imperatriz - MA. A análise foi realizada a partir de documentos oficiais e contribuição de profissionais que atuam na área, partindo das primeiras ações até sua dinâmica atual com a execução do PNAES.

### 3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)

A Assistência Estudantil é desenvolvida na UFMA tendo como referência o PNAES para a sistematização e implementação das ações e visa contribuir para permanência e conclusão dos estudantes da Educação Superior. A UFMA, conforme disposto em seu Estatuto<sup>22</sup> é uma:

Instituição oficial de ensino superior, pesquisa e extensão, estruturada sob a forma de fundação de direito público, mantida pela União, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, nos termos da Lei nº 5.152, de 21 de outubro de 1966<sup>23</sup>, tem sede e foro em São Luís, capital do Estado do Maranhão. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 1999, p. 4).

Assim, foi instituída pelo Governo Federal nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 (alterada pelo Decreto Lei nº 921, de 10/10/1969<sup>24</sup> e pela Lei nº 5.928, de 29/10/1973), a Fundação Universidade do Maranhão (FUM), com a finalidade de implantar a Universidade do Maranhão, que congregou progressivamente as faculdades de Direito (1918), a Escola de Farmácia e Odontologia (1922), a Faculdade de Filosofia (1952), a Escola de Serviço Social (1953), a Faculdade de Ciências Médicas (1957) e a Faculdade de Ciências Econômicas (1965), criou o curso de Biblioteconomia (1969) e em novembro de 1972 inaugurou a primeira unidade do Campus do Bacanga, na capital do estado.

Em sua configuração atual, a UFMA conta com 09 (nove) campi, distribuídos conforme apresentado na Figura 1, sendo a sede na cidade de São Luís (Cidade Universitária Dom Delgado) e os demais em cidades do interior do estado, denominados campi do Continente.

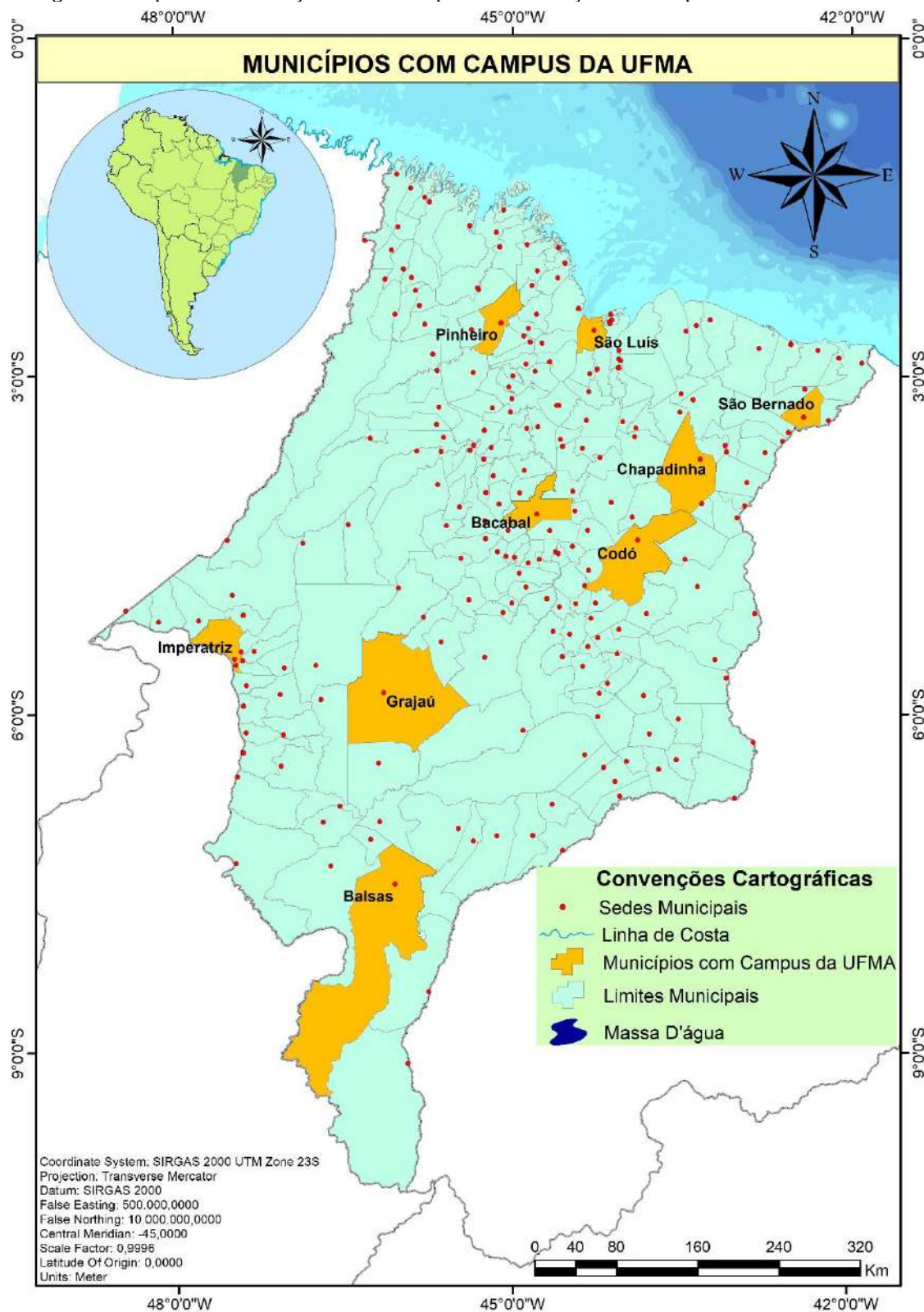
---

<sup>22</sup> Estatuto aprovado pela Resolução nº 17/98 do Conselho Universitário, de 22 de dezembro de 1998, pelo Parecer nº 472/99, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, pela Portaria Ministerial nº 1216-MEC, de 30 de julho de 1999, e publicado no D.O.U. de 27 de agosto de 1999.

<sup>23</sup> Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão e dá outras providências.

<sup>24</sup> Altera a Lei nº 5.152, de 21 de outubro de 1966, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão e dá outras providências.

Figura 1 - Mapa com a ilustração dos municípios de localização dos Campi da UFMA



Fonte: Elaboração da autora (2021), baseada no site da UFMA.

No que se refere à atuação no Continente, conforme dados disponíveis no site da universidade, a UFMA iniciou suas atividades na década de 1980 em Imperatriz (MA), lócus

desta pesquisa, por meio da política de expansão e interiorização da Universidade. Ampliando sua expansão, foram criados, em 1981, mais quatro centros de Educação Superior no interior do estado: nas cidades de Bacabal, Chapadinha, Pinheiro e Codó. Em 2010 foram implantados os campi de Grajaú e São Bernardo e, por último, o campus de Balsas, que iniciou suas atividades em 2013 em uma escola cedida pela Prefeitura Municipal e passou a funcionar em prédio próprio em 2020. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2020a).

Destaca-se que as ações de assistência estudantil são, na atualidade, desenvolvidas nos nove campi do continente, conduzidas por equipes multiprofissionais vinculadas à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAES), a qual planeja, implementa, acompanha e avalia o desenvolvimento da política na universidade.

Dado esse panorama, descreveremos a Política de Assistência Estudantil desenvolvida pela UFMA. Para tanto, a análise valeu-se de documentos oficiais identificados e da contribuição de profissionais da UFMA que atuam na área, o que permitiu vislumbrar o contexto histórico da política na universidade e a implementação dos programas pensados para atender às necessidades dos estudantes no âmbito da assistência estudantil.

### **3.1 Contexto histórico da Assistência Estudantil na UFMA**

As ações de Assistência Estudantil na UFMA eram vinculadas, até o ano de 2014, à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PREXAE), a qual contava com o Departamento de Assuntos Estudantis (DAE). De acordo com Silva (2020, p. 74):

A organização institucional da assistência estudantil implementou-se junto à extensão, o que poderia ter contribuído para a aproximação dessas duas áreas acadêmicas. Contudo, as iniciativas da Pró-Reitoria tendiam focar na área da extensão universitária.

A PREXAE tinha um departamento responsável pelos assuntos estudantis, abrangendo a assistência ao estudante, embora o foco maior fosse na área da extensão. Cabe destacar que os documentos normativos relacionados à assistência estudantil na UFMA não estão reunidos em apenas uma plataforma de domínio público ou disponibilizados *online*, o que dificulta o mapeamento da memória da política na universidade. Dessa forma, além dos documentos encontrados no site da instituição, utilizamos das informações obtidas por meio de entrevistas com profissionais que atuam na Política de Assistência Estudantil na UFMA.

Quadro 3 – Principais documentos normativos da UFMA que dispõem sobre Assistência Estudantil

| Ano - Documento Normativo                                                              | Descrição                                                                                                                                                                                                         |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>1990</b> - Resolução nº 41/90 – CONSEPE                                             | Dispõe sobre a concessão de bolsas de trabalho, de extensão e de monitoria no âmbito da Universidade Federal do Maranhão.                                                                                         |
| <b>1999</b> - Resolução nº 28/99 do Conselho Universitário, de 17 de dezembro de 1999. | Dispõe sobre o Regimento Geral da UFMA, que traz uma Seção denominada “Da Assistência, Apoio e Promoção ao Estudante”.                                                                                            |
| <b>2004</b> - Resolução nº 73 - CONSUN, de 2 de fevereiro de 2004.                     | Adequa a estrutura organizacional da Universidade Federal do Maranhão e dá outras providências, criando o Núcleo de Assuntos Estudantis (NAE) em substituição ao Departamento de Assuntos Estudantis              |
| <b>2007</b> - Resolução nº 104 - CONSUN de 30 de novembro de 2007.                     | Aprova a adesão da UFMA ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão da Universidade Brasileira (REUNI) e dá outras providências.                                                                   |
| <b>2007</b> - Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007.                     | Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.                                                                                                                                                   |
| <b>2009</b> - Resolução nº 121 – CONSUN, de 17 de dezembro de 2009.                    | Aprova a criação do Núcleo de Pró Acessibilidade e Permanência das Pessoas com Deficiência à Educação na UFMA.                                                                                                    |
| <b>2010</b> – Resolução nº 677 – CONSEPE, de 30 de abril de 2009                       | Efetiva a adesão da UFMA ao Sistema Nacional Unificado de Seleção para Ingresso no Ensino Superior (MEC/INEP/NOVO ENEM) como critério exclusivo de acesso aos seus cursos de graduação, e da outras providências. |
| <b>2010</b> - Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010.                                   | Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.                                                                                                                                               |
| <b>2012</b> – Plano de Metas UFMA 2012                                                 | Apresenta o planejamento das atividades para o referido ano e as metas quantitativas e qualitativas programadas. Faz menção à assistência estudantil.                                                             |
| <b>2013</b> - Resolução nº 192 CONSUN, de 13 de dezembro de 2013.                      | Cria a Residência Universitária, como Unidade Suplementar e órgão auxiliar da Reitoria, com sedes na Cidade Universitária do Campus do Bacanga e nos demais Campi do Continente.                                  |
| <b>2014</b> - Resolução nº 193 – CONSUN de 13 de fevereiro 2014.                       | Cria a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil como órgão executivo auxiliar da Reitoria.                                                                                                                          |
| <b>2015</b> – Resolução nº 226 – CONSUN, de 06 de abril de 2015                        | Aprova o Regimento Geral das Residências Universitárias da Universidade Federal do Maranhão.                                                                                                                      |

Fonte: Elaboração própria (2021) com base nos documentos normativos da UFMA.

Em termos de documentos normativos da UFMA para implantação de ações de assistência estudantil, têm-se a Resolução nº 41/1990 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) como uma das primeiras iniciativas das quais se tem registro. O documento diz respeito à concessão de bolsas de trabalho, de extensão e de monitoria no âmbito da UFMA, tendo como principais requisitos a disponibilidade de horário, um bom rendimento acadêmico e demais critérios específicos para cada tipo de bolsa.

Em 1999 é estabelecido o Regimento Geral da UFMA<sup>25</sup> que traz em seu Capítulo IV a Seção “Da Assistência, Apoio e Promoção ao Estudante”. Conforme disposto no Art. 300 situado na referida seção “a Universidade adotará medidas no sentido de proporcionar aos discentes a assistência, apoio e promoção necessárias ao desempenho normal de suas atividades, consignando recursos ao atendimento desse objetivo.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 1999, p. 60). Desse modo, é determinado no Art. 301 que a assistência será prestada de forma individual e coletiva:

§ 1º A assistência e apoio individual destinam-se aos alunos com situação socioeconômica insatisfatória e compreendem residência, alimentação, auxílio-transporte, saúde, bolsas e assistência jurídica, de acordo com critérios preestabelecidos, destinando-se exclusivamente a alunos regulares dos Cursos de Graduação.

§ 2º A assistência coletiva aos estudantes far-se-á através do apoio e promoção de eventos relacionados à formação acadêmica e profissional, bem como de iniciativas estudantis de natureza política, cultural e esportiva. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 1999, p. 60).

Em observância ao Regimento Geral (Resolução CONSUN nº 28/99), vale destacar a menção às ações de concessão de auxílio material individuais e seletivas, a exemplo de alimentação, transporte e moradia, as quais consideram o perfil dos estudantes, bem como as de caráter coletivo, que possuem maior abrangência (como as de natureza política, cultural e esportiva. Sobre isso, reafirma-se que a Política de Assistência Estudantil, diante da complexidade das necessidades do ser humano, não deve atender apenas às necessidades básicas. Mas atuar também em uma perspectiva de formação ampliada dos estudantes.

As ações de caráter universal podem ser realizadas por meio de Programas e Projetos de Atenção à Saúde Física e Mental; incentivo à Formação de Cidadania e à Cultura; Esporte e Lazer; Apoio Pedagógico, dentre outras atividades que podem colaborar no despertar da consciência crítica e cidadã, conforme destacado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (2012).

Em 2004, a PREXAE da UFMA foi redenominada para Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) por meio da Resolução do Conselho Universitário (CONSUN) nº 73/2004. A mesma resolução cria o Núcleo de Assuntos Estudantis (NAE) em substituição ao DAE. Vale destacar que se tratava de um período em que a política de Assistência Estudantil passou a ganhar maior notoriedade numa perspectiva de política governamental.

Segundo Kowalski (2012, p. 96), a partir dos anos 2000, “nas ações promovidas pelos governos, havia um esforço em inserir e manter um número cada vez mais expressivo de

---

<sup>25</sup> Resolução nº 28/99 do Conselho Universitário, de 17 de dezembro de 1999.

alunos na educação superior.” Assim, começam a ser atendidas as reivindicações em nível nacional para maior atuação do governo federal no âmbito da assistência estudantil, prevendo ações que possibilitassem a permanência e conclusão nos cursos de graduação.

Em 2007, foi aprovada, por meio da Resolução nº 104 - CONSUN, a adesão da UFMA ao REUNI, possibilitando a abertura de novos cursos e vagas, a criação de novos campi no interior do estado e consequentemente demandando maior abrangência das ações de assistência estudantil. De acordo com Carvalho (2016, p. 14) apesar das contradições, “o REUNI também abriu caminho para a realização de expectativas de políticos, movimentos sociais, sindicatos e sociedade civil organizada em geral: a interiorização de campi universitários.” Tal ação estatal articulou-se posteriormente com o PNAES no tocante à permanência dos estudantes nas IFES.

Ainda em 2007, foi promulgada a Portaria Normativa nº 2007 do MEC que institui o PNAES. A UFMA, assim como diversas universidades brasileiras, já desenvolvia ações de assistência estudantil. Todavia, como já mencionado, a formulação do documento teve uma importância expressiva para sistematização da política nacional, sobretudo no que se refere à responsabilização do MEC quanto ao financiamento das ações de forma específica. (BRASIL, 2007b).

Na UFMA, conforme apresentado no Relatório de Gestão de 2009, as ações de assistência estudantil consistiam na concessão de bolsas, a exemplo da Bolsa Trabalho, na assistência alimentar, incluindo a manutenção do Restaurante Universitário (Campus Bacanga); alojamento, incluindo a manutenção das Casas de Estudantes em São Luís; transporte; assistência médico-odontológica e psicológica; acompanhamento do desempenho acadêmico e apoio à participação em eventos acadêmicos, culturais e esportivos. Dentre as ações desenvolvidas pelo NAE, contava-se ainda com projeto para contribuir com o conhecimento de uma língua estrangeira a discentes em situação socioeconômica desfavorável através do Núcleo de Cultura Linguística (NCL).

Ainda no ano de 2009, foi instituído o Núcleo Pró-Acessibilidade e Permanência de Pessoas com Deficiência à Educação (NAPPEDE) da UFMA<sup>26</sup> com a finalidade de “garantir o acesso, o ingresso e a permanência de pessoas com deficiência, na Universidade Federal do Maranhão, através de suporte técnico e atendimento especializado.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2009, p. 2). Embora ligado à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), o referido Núcleo se caracteriza como parte do conjunto de ações que visam contribuir com a

---

<sup>26</sup> Resolução nº 121 – CONSUN, de 17 de dezembro de 2009.

permanência do estudante na Educação Superior, o que denota que assistência ao estudante na UFMA transcende limites setoriais. Todavia, a interação com a PROAES ainda é limitada.

No ano de 2010, a UFMA aderiu ao SISU<sup>27</sup> com a oferta de vagas nas duas edições da seleção, primeiro e segundo semestre. A partir de então a instituição extinguiu o vestibular no formato tradicional e utiliza o desempenho do candidato no ENEM para fins de processo seletivo por meio do SisU. Com a adesão ao SISU e ao ENEM, associada à política de cotas<sup>28</sup>, a universidade abre espaço para os processos de ampliação do acesso e consequentemente, mudança no perfil dos estudantes.

Ainda em 2010, o Governo Federal transformou o PNAES no Decreto nº 7.234, o qual passou a ser o principal documento norteador das políticas de Assistência Estudantil no país. Todavia, nota-se que a menção ao PNAES nos documentos institucionais da UFMA foi tardia, visto o não registro em documentos formais da instituição até então.

Em entrevista realizada com profissional que atua na política de Assistência Estudantil da UFMA, aqui identificada como *Servidora A*, a mesma informou que em sua concepção a adesão da UFMA ao PNAES em sua totalidade não se deu de forma imediata, mas sim gradativa, como é até hoje. Acrescentou que somente em 2012 foi dada maior atenção para a implementação do programa, pro estudo de suas diretrizes e então, passou a se pensar em uma política de assistência estudantil de forma mais objetiva.

Em 2012, o Plano de metas da UFMA apresenta como um dos objetivos do Eixo Assuntos Estudantis “Implementar a Política de Assistência Estudantil na UFMA”, tendo como uma das metas “aprovar nas instâncias acadêmicas deliberativas a Política de Assistência Estudantil da UFMA.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2012, p. 25). Cabe destacar ainda, a estratégia de expandir as ações de assistência estudantil aos estudantes dos campi do continente. Todavia, o Plano de Metas não faz referência ao Programa em si.

De acordo com a *Servidora A*, em 2012, embora o PNAES já estivesse sido instituído legalmente, as ações desenvolvidas no âmbito da UFMA ainda eram pontuais. Quando ingressou no NAE, as atividades desenvolvidas pelos técnicos limitavam-se à seleção de estudantes para as bolsas disponíveis naquele período: Restaurante Universitário, Residência Universitária, Bolsa Permanência e o Curso de Estudos e Idiomas (CEI).

A inexistência de uma regulamentação na execução da política neste período, assim como de critérios objetivos, resultava na manutenção da assistência estudantil por meio de ações

---

<sup>27</sup> Resolução nº 677 – CONSEPE, de 30 de abril de 2009.

<sup>28</sup> Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012: Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

isoladas e, possivelmente, ineficientes ao atendimento da demanda. Segundo a *Servidora A*, todo o processo de seleção era realizado de uma forma muito rudimentar. No seu entendimento, a própria forma de publicização das informações que norteavam a seleção era precária:

*[...] tinha muita... muita questão subjetiva envolvida na seleção e os instrumentos de seleção também eram bem rudimentares, eram feitas planilhas em papéis, entendeu? E depois, esses resultados, essas classificações não tinham um arquivamento adequado, então você não tinha como buscar informações passadas relacionadas a um seletivo de um, dois anos atrás. (Servidora A)*

A partir de 2012, com a ampliação da equipe, sobretudo com a chegada de assistentes sociais, iniciou-se o processo de buscar referências em sites de outras universidades, que já tinham uma assistência estudantil mais consolidada, sobretudo em relação aos programas disponibilizados, editais publicados, dentre outros. Conforme a *Servidora A*, a direção do NAE foi sensível às iniciativas e então foi possível implementar editais, elaborar o primeiro cadastro socioeconômico, levar as planilhas em papel para o Excel, e assim aprimorar os procedimentos para seleção. Ressalta-se também que neste período começou a se pensar em novos auxílios que atendessem às necessidades dos estudantes.

Em observância ao relato, identificamos que os procedimentos realizados até então, não eram sistematizados da forma que a demanda exigia. Tratava-se de atividades limitadas, com pouca discussão a respeito e de pouca abrangência. De acordo com a *Servidora A*, o próprio espaço físico destinado para o NAE era limitador, considerando a necessidade de um local adequado para realização de atendimentos individualizados.

No ano de 2013, houve a criação da Residência Universitária na UFMA como Unidade Suplementar e órgão auxiliar da Reitoria, com sedes na Cidade Universitária do Campus do Bacanga e nos demais Campi do Continente<sup>29</sup>. Ressalta-se que já eram concedidas vagas em moradia universitária a estudantes do campus de São Luís. Os referidos imóveis eram localizados no centro da cidade, sendo uma Casa de Estudante feminina e outra masculina.

A partir da Resolução CONSUN nº 192/2013, a UFMA passou a contar com uma Residência Universitária mista no interior da Cidade Universitária e manteve a Casa do Estudante masculina no centro de São Luís. Em 2015, foi publicada Resolução que aprova o Regimento Geral das Residências Universitárias da UFMA (Resolução 226- CONSUN de 06 de abril de 2015). Os Campi de Pinheiro e Codó também passaram a contar com Unidades Habitacionais. Todavia, em 2020, a casa do Estudante de Codó foi fechada e os estudantes atendidos passaram a receber o Auxílio Moradia na modalidade prestação pecuniária. Cabe

---

<sup>29</sup> Resolução nº 192 – CONSUN, de 13 de dezembro de 2013.

destacar que em relação ao Campus de Imperatriz, embora já se tenha cogitado a criação de Residência Universitária, o campus dispõe somente do Auxílio Moradia na modalidade prestação pecuniária.

Identificamos, então, uma gradativa melhoria no atendimento aos estudantes na universidade, sobretudo na forma de organização da execução do trabalho pela equipe multiprofissional. Todavia, a universidade ainda permanecia distante de uma Política de Assistência Estudantil consolidada, muitos discentes ainda apresentam dificuldades concretas para prosseguirem a vida acadêmica com qualidade.

Sobre a realidade dos estudantes que ingressam na universidade, Magalhães (2012, p. 95) destaca que é “fundamental o conhecimento e a análise, por parte dos profissionais ligados à assistência estudantil e das instâncias de decisão das universidades, das diversas determinações que compõem a desigualdade social.” Para além do conhecimento é necessário o efetivo envolvimento dos setores para a implementação de ações concretas, uma vez que as mudanças no perfil dos discentes, a partir do conjunto de ações para Expansão da Educação Superior, ensejaram uma reestruturação e adequação da universidade quanto às práticas voltadas à assistência estudantil.

Desse modo, é preciso considerar o conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais pauperizados para criação de mecanismos cada vez mais abrangentes, os quais viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que ingressam na universidade. A seguir, trataremos da alteração na estrutura organizacional da UFMA que cria a PROAES, tendo como motivação a expansão do corpo discente e a expressiva demanda de questões relacionadas à permanência na universidade.

### 3.1.1 Assistência Estudantil e a criação da PROAES/UFMA

As ações de assistência estudantil na UFMA eram conduzidas pelo NAE, e embora tenha sido identificado um avanço no que tange à organização das atividades, ainda não se tinha uma Pró-Reitoria própria. No ano de 2014, foi criada a PROAES por meio da Resolução nº 193 de 13 de fevereiro de 2014. Desse modo, os assuntos pertinentes à assistência estudantil foram retirados do âmbito da PROEX.

A referida Resolução destaca a expansão do corpo discente face à inserção da UFMA no Programa REUNI, o que possibilitou o aumento de vagas e consequentemente uma elevada demanda, inclusive relacionadas às questões socioeconômicas dos estudantes. A partir

da Resolução nº 193/2014, a PROAES constituiu-se em um órgão auxiliar da Reitoria da UFMA e tem por finalidade:

Propor, planejar, coordenar, executar e avaliar programas, projetos, serviços e ações que promovam a Assistência Estudantil na UFMA na perspectiva de garantir e ampliar as condições de permanência dos estudantes na Educação Superior pública federal, atuando, para tanto em articulação com as representações estudantis e demais setores da Universidade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2014, p. 1).

A criação da PROAES, em 2014, representou uma conquista para a universidade no que se refere ao desenvolvimento da Assistência Estudantil, assim como serviu de motivação para os técnicos que a executavam, sobretudo para propor, criar, implementar, emitir opinião profissional, dentre outras formas de autonomia. Destaca-se nesse período de transição de NAE para PROAES o avanço na sistematização das atividades e maior visibilidade das ações.

*A criação da Pró-Reitoria, eu considero, realmente, que foi um divisor de águas, assim, pra assistência estudantil na universidade como um todo, entendeu? Eu acho que realmente aquele momento, ele é um momento importante porque é onde se começa a avançar, entendeu? Em todos os termos, de equipe, de trabalho, de tudo. (Servidora A)*

Além do avanço nos processos de trabalho, o fato de existir uma Pró - Reitoria própria para planejar e executar as ações voltadas à assistência estudantil foi importante para a identidade e fortalecimento enquanto política pública, articulada ao movimento da realidade. Como destaca Rêgo e Silva (2015), embora não se tenha ainda alçado legitimidade enquanto política, insistimos em assim denominá-la, uma vez que pela nossa compreensão, esta não deve ser menos que política pública social.

O Quadro 4, a seguir, apresenta os objetivos da assistência estudantil da UFMA, a missão e a visão da PROAES.

Quadro 8 – Objetivos, missão e visão da PROAES - UFMA

| Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAES) – UFMA |                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|--------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Objetivos                                              | Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. |
| Missão                                                 | Contribuir para que todos os discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial da UFMA, com especial atenção para aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, realizem seu percurso acadêmico integrado em ações pertinentes à conclusão com êxito do seu curso.           |
| Visão                                                  | Ser referência no atendimento das demandas estudantis, especialmente para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.                                                                                                                                                                     |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados consultados no site da UFMA (2014).

Os objetivos, missão e visão, mencionados no Quadro 4, estão disponibilizados na página da Pró - Reitoria no site da UFMA. A Resolução que cria a PROAES é enxuta e se limita às motivações para a criação da Pró - Reitoria, não mencionando as atribuições ou demais particularidades.

Conforme observado no Quadro 4, os objetivos para a Assistência Estudantil da UFMA, definidos pela PROAES, são os mesmos objetivos do Brasil (2010a), o que denota consonância com a política nacional, porém não faz menção às especificidades da universidade, visto que o programa prevê flexibilização pelas diferentes instituições. Somente nos Editais que regulamentam a concessão de bolsas e auxílios da PROAES é que se consegue identificar algumas particularidades. Todavia, os editais são referentes às ações de caráter seletivo, ou seja, a benefícios concedidos por meio de critérios específicos de renda, não havendo, portanto, regulamentação para as demais ações. A missão da PROAES menciona a abrangência a todos os discentes matriculados, com prioridade para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O PNAES, por sua vez, limita o público alvo para jovens da Educação Superior pública federal<sup>30</sup> e menciona também o critério de renda como prioridade.

Silva (2020) aponta que a ênfase no texto do PNAES ao público jovem fortalece a concepção de assistência estudantil como investimento para o ingresso no mercado de trabalho, uma vez que se pressupõe que nesta faixa etária se tem uma preparação para a formação profissional, o que torna o programa mais seletivo e condizente com a lógica neoliberal.

<sup>30</sup> O PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (BRASIL, 2010a).

Entendemos que a abrangência à totalidade de estudantes, no que diz respeito à faixa etária, atende as peculiaridades da UFMA, considerando a diversidade da universidade. Neste ponto, a missão da UFMA se diferencia do atendimento para além da faixa etária.

A criação da PROAES foi considerada símbolo de conquista tanto para os estudantes, público-alvo das ações, como para os profissionais que atuam diretamente na política. O sentimento era de conquista e de autonomia para construir na universidade uma política imprimindo mais qualidade e que atendesse às necessidades dos discentes.

*Foi um momento assim de muita, de muita alegria, porque a gente tinha um compromisso muito grande de melhorar, sabe? De expandir, a gente tinha aquela vontade mesmo de fazer funcionar [...] e foi um momento que nós técnicos tivemos muita liberdade junto à direção da PROAES né, junto da Pró-Reitora e junto da diretora pra propor, pra implementar, pra... a gente tinha liberdade de expressar, de dar nossa opinião profissional a respeito do assunto e de criar coisas, de ser contra também, entendeu? (Servidora A).*

Em consonância com a fala da Servidora A, percebemos que a criação de uma Pró-Reitoria própria fomentou a intervenção crítica e propositiva dos profissionais frente às demandas dos universitários. Neste cenário, aprimorou-se um trabalho que já vinha sendo construído na universidade. Os impactos da criação da PROAES refletiram tanto na sede, quanto nos campi do Continente. Um dos pontos em que se concentraram esforços foi na ampliação e no diálogo com as equipes dos demais campi, uma vez que mesmo de forma gradativa, era uma relação que já se estreitava. Segundo a Servidora A, a conversa com o Continente era pontual e limitada à resolução de problemas. Buscava-se ainda pela ampliação das equipes, que contavam com um quantitativo mínimo de profissionais.

A tentativa era de garantir uma equipe própria de Assistência Estudantil em cada Campus, uma vez que, no Continente, as ações eram desenvolvidas de forma paralela a outras atividades, tais como matrículas dos ingressantes. As discussões giravam em torno da possibilidade de as equipes contarem com assistentes sociais, psicólogos e assistentes em administração em sua composição.

De acordo com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (2012), a composição e recomposição das equipes de profissionais para operacionalizar as ações da Política de Assistência Estudantil nas IFES é um dos temas elencados como desafios. A proposta é que fosse assegurada a “formação de equipes multiprofissionais construídas formal e exclusivamente para o desenvolvimento da Assistência Estudantil e cuja formação respeite a proporcionalidade estudante profissional e se dê por meio de concurso público.” (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS, 2012, p. 34).

No campus de Imperatriz, lócus da nossa pesquisa, os impactos da criação da PROAES foram notórios, conforme descrito pela *Servidora C*:

*Um outro avanço junto com a criação da PROAES foi a criação, de fato, de um setor no campus de Imperatriz para Assistência Estudantil. Como eu disse, né, inicialmente nós nem tínhamos essa nomenclatura, nós não nos enquadrávamos. Nós começamos a fazer um serviço sem nem saber, de fato, onde a gente tava enquadrado. Então a partir daí a gente ganhou uma identidade e isso foi muito importante. A gente ganhou essa identidade de assistência estudantil. (Servidora C).*

Em observância à fala, identificamos que a instituição da PROAES imprimiu uma maior organização e sistematização das atividades relacionadas à assistência estudantil. Em Imperatriz, as atividades do setor, até então denominado Assistência Pedagógica, eram, em sua maioria, vinculadas à PROEN. O trabalho relacionado à assistência estudantil foi iniciado enquanto uma função paralela após a adesão da UFMA ao SISU em 2010. Somente com a criação da PROAES é que os processos de trabalho ganharam um maior significado para a equipe, considerando a identidade que se imprimia a partir do entendimento das ações enquanto uma política pública.

Vale destacar que o público que ingressava na universidade, sobretudo diante da expansão do acesso por meio da adesão ao Reuni e ao SisU, demandou, de fato, maiores ações que contribuíssem com a sua permanência na universidade, o que exigia um trabalho para além de qualificado, que contasse com uma maior sistematização, sobretudo considerando a amplitude do corpo discente de 09 (nove) campi.

Desse modo, buscou-se aprimorar os instrumentais de trabalho e a possibilidade da criação do Módulo da Assistência ao Estudante interligado no SIGAA foi pensada enquanto uma alternativa para otimizar o trabalho.

*[...] a gente passou muito tempo trabalhando de forma manual, exaustivamente manual. E aí começou a se pensar de fazer essa articulação com o NTI pra que a gente pudesse levar todo aquele nosso trabalho pro sistema. (Servidora A).*

*Com a implantação do sistema eu vejo um grande um grande avanço, isso aí reduz bastante o nosso, é... não digo trabalho, mas a gente perdia muito tempo fazendo algumas atividades manuais que requeria muito tempo da gente... a gente poderia tá desenvolvendo outras atividades e a gente tava preso ali a algumas coisas, muito manuais, muito rudimentares mesmo. (Servidora C).*

As servidoras entrevistadas mencionaram que o gerenciamento de auxílios e bolsas era feito de forma rudimentar, com questionários impressos, listas manuais, o que demandava muito tempo e comprometia o rendimento do trabalho, considerando que as equipes não contavam com um número significativo de profissionais. De acordo com a Servidora C, no campus de Imperatriz não se conseguia desenvolver outros tipos de atividades relacionadas à

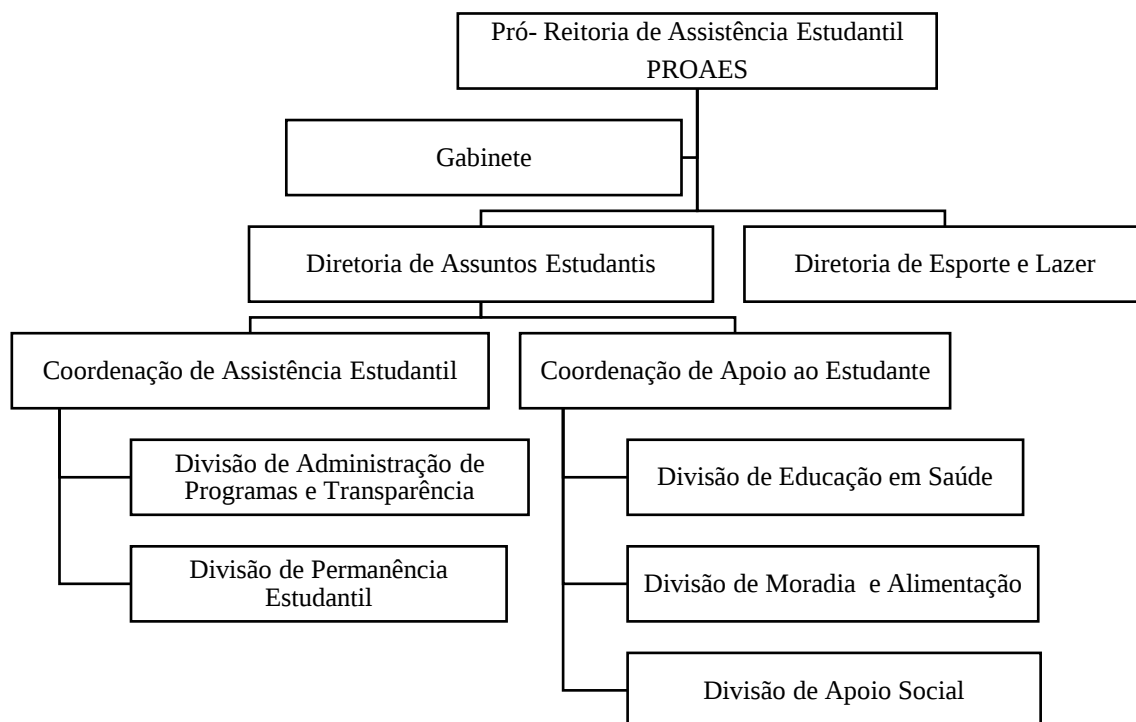
assistência ao estudante, pois o processo de seleção de bolsistas e o gerenciamento dos benefícios consumiam uma carga horária expressiva.

Após as articulações necessárias, o Módulo de Assistência Estudantil foi criado em 2016, na segunda gestão da PROAES. Trata-se de um sistema informatizado vinculado ao SIGAA que permite o acesso às informações acadêmicas dos estudantes, contribuindo para o gerenciamento das bolsas e auxílios de forma mais célere. O Módulo de Assistência estudantil foi fundamental para o monitoramento em uma universidade com nove campi, uma vez que conectado ao sistema acadêmico, permite acesso às informações dos discentes durante toda sua trajetória institucional. Desse modo, são gerados no sistema: Relatórios de bolsistas, relatórios de desempenho acadêmico, folhas de pagamento, inserção e exclusão de bolsistas, emissão de histórico escolar, atestados de matrícula, dentre outras funções.

Conforme o Relatório de Gestão da UFMA de 2017, com a implantação do Módulo de Assistência Estudantil, em 2016 no SIGAA, foi possível ter um maior controle no acompanhamento do desempenho acadêmico, além de uma preocupação para manter o quantitativo de vagas preenchido em sua totalidade, ao longo do ano. Em 2017, no intuito de otimizar o número de vagas, houve um maior aprimoramento do módulo no SIGAA e dos mecanismos de acompanhamento dos discentes bolsistas.

A partir da PROAES foi possível então, um avanço expressivo em termos de processos de trabalho, de implementação de novas ações e programas e de fortalecimento de equipe, fatores que permanecem se aprimorando gradativamente. A estrutura organizacional da PROAES é constituída conforme organograma apresentado na Figura 2, composto por Diretorias, Divisões e Coordenações.

Figura 2 - Organograma da PROAES



Fonte: PROAES (2020).

A estrutura organizacional da PROAES (Figura 2), disponibilizada pela direção da Pró-Reitoria, veio com a proposta de reestruturação administrativa, elaborada a partir da nova gestão da Universidade Federal do Maranhão (2019a), e ainda não está publicada no site da universidade. De acordo com a *Servidora B*, a equipe da PROAES fez algumas propostas de readequação para que melhor atendesse aos objetivos.

*Então hoje a gente está dividida em... nós temos o Pró-Reitor, o gabinete do Pró-Reitor com o chefe de gabinete e secretário executivo. O Restaurante Universitário é ligado ao gabinete do Pró-Reitor, que quando o restaurante passou pra PROAES ele ficou diretamente ligado ao gabinete do Pró-Reitor. E hoje a gente tem duas diretorias, antes nós só tínhamos uma que era Diretoria de Assuntos Estudantis, além desta temos também a Diretoria de Esporte. (Servidora B).*

A Diretoria de Assuntos Estudantis é conduzida por uma Assistente Social, Mestre em Educação para Saúde, e a Diretoria de Esporte e Lazer, tendo como diretor um Fisioterapeuta, Mestre em Ciências do Esporte. A Diretoria de Assuntos Estudantis possui duas coordenações:

- ✓ **Coordenação de Assistência Estudantil**, a qual possui duas divisões: Divisão de Administração de Programa e Transparência e a Divisão de Permanência Estudantil, que gerencia e administra os programas de assistência ao estudante como: Auxílio Alimentação; Auxílio Moradia Pecuniário; Auxílio Creche; Bolsa

Atleta; Bolsa Aprimoramento Acadêmico; Bolsa Foco Acadêmico; Bolsa MEC (quilombolas e indígenas) e Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES).

- ✓ **Coordenação de Apoio ao Estudante**, composta por três divisões: *Divisão de Moradia e Alimentação*, responsável pelas Residências Universitárias; *Divisão de Apoio Social*, que lida com os auxílios Participação em Eventos; Auxílio Odontologia; Auxílio Emergencial; e Auxílio Inclusão Digital; e *Divisão de Educação em Saúde*, composta por equipe multiprofissional para atendimento aos estudantes. A equipe dispõe de psicólogos, psiquiatra, clínico geral, técnico em assuntos educacionais, assistente em administração, técnica de enfermagem e nutricionista.

Um dos desafios da PROAES ainda é o espaço físico, que apesar de uma recente reorganização, ainda não é suficiente para atender às necessidades. Segundo a *Servidora B*:

*[...] hoje a PROAES é um espaço único com mesas, nichos de trabalho, espaços de trabalho. Cada divisão funciona numa mesa, não tem mais aquelas salinhas com um nome na porta. Divisão disso, divisão daquilo, inclusive do Pró-reitor, é todo mundo no mesmo ambiente. Fizemos uma salinha de café, pra gente ir lá tomar café, alguma coisa mais reservada quando precisar atender um aluno. Mas também é um problema ainda porque não é suficiente pra gente. A gente tá tentando uma outra sala, mas ainda não conseguiu. Então o espaço físico também é um problema, porque a gente é uma Pró-Reitoria que funciona em uma sala. Enquanto tem Pró-Reitorias que funcionam em um monte de salas, a gente é uma sala com todo mundo junto. Melhorou um pouco, mas acho que pode melhorar mais. (Servidora B).*

A limitação do espaço físico interfere significativamente no andamento das atividades, sobretudo quando são publicados editais para seleção de bolsas e auxílios, ocasião em que é necessária a realização de atendimento em auditório em razão do volume de estudantes.

A atuação da PROAES, embora represente muitos avanços para a Política de Assistência Estudantil da UFMA, ainda tem como desafio a descentralização para os campi do Continente. Conforme entrevistas realizadas, falta maior integração das equipes multiprofissionais dos campi nas discussões e no planejamento das ações, permanecendo como equipes executoras, porém com limitado diálogo na perspectiva de construção coletiva da política. De acordo com a *Servidora C*, a distância em relação à sede não é apenas geográfica:

*[...] a gente ver essa dificuldade, apesar de que já houve avanços e estreitamento nessas relações, já melhorou, mas ainda penso que lá é executada toda parte de planejamento e estruturação e aqui a gente acaba ficando meio que com a execução. Então, eu acho que isso é um ponto bastante negativo, é uma grande dificuldade, eu penso que a gente poderia participar mais também desse planejamento, de ficar mais a par de como as coisas são estruturadas, de ser mais ouvidos. Apesar de que essa gestão já tem mostrado... que pelo menos tem aberto mais espaço pra gente se posicionar, é um avanço. (Servidora C).*

Já em um movimento da gestão atual, 2019 - 2022, foram possibilitados espaços de discussão por meio da formação de comissões de trabalho. As referidas comissões são compostas por profissionais da sede e dos campi do Continente no intuito de iniciar o debate para elaboração do Regulamento da Assistência Estudantil da UFMA (que inexistia), aprimoramento do Módulo da Assistência Estudantil no SIGAA e unificação dos editais de auxílios e bolsas, prevista para publicação no primeiro semestre de 2021. A formação das comissões tornou possível o envolvimento dos técnicos dos campi nas tomadas de decisões sobre os processos de trabalho na universidade.

Sobre a composição das comissões, o campus de Imperatriz tem representação nas três. Uma das psicólogas do campus participa da comissão para elaboração do Regulamento da Assistência Estudantil da UFMA; a Técnica em Assuntos Educacionais e a Pedagoga fazem parte da Comissão de Unificação de Editais; e na Comissão para aprimoramento do Módulo da Assistência Estudantil no SIGAA encontra-se a outra Pedagoga do campus de Imperatriz.

Identificou-se que a PROAES tem, desse modo, desenvolvido ações de assistência estudantil de forma sistemática, atendendo algumas das áreas estabelecidas no PNAES como moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, entre outras. Para melhor descrever as ações desenvolvidas no âmbito do PNAES na UFMA, abordaremos de forma mais detalhada as ações, programas e projetos ofertados na universidade.

### **3.2 Programas de Assistência Estudantil ofertados no âmbito da UFMA**

A Assistência Estudantil é amplamente discutida em termos de políticas públicas, sendo recomendado que cada instituição execute o PNAES conforme as particularidades dos seus discentes. As ações institucionais de assistência estudantil na UFMA, descritas a seguir, seguem as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o PNAES.

Com o aprimoramento no desenvolvimento das atividades ao longo dos anos na UFMA, novos auxílios, bolsas e ações foram sendo pensados para universidade, conforme a necessidade dos estudantes. Os programas que promovem a assistência estudantil na UFMA

são, atualmente, implementados por meio de editais. Todavia, embora de forma mais tímida e distante do que se almeja, também são realizadas ações de caráter universal, a exemplo de ações de atenção à saúde, cultura, esporte e lazer, as quais não dependem de seleção para sua efetivação.

Inicialmente serão apresentadas as ações da UFMA destinadas ao suprimento de despesas relacionadas às necessidades básicas e ao apoio material a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com base nas informações advindas dos Editais PROAES 2020. Ações desta natureza são historicamente desenvolvidas nas universidades e em cumprimento ao disposto no PNAES, são atendidos prioritariamente discentes oriundos (as) da rede pública de educação básica ou com renda familiar bruta *per capita* de até um salário mínimo e meio vigente, além dos demais critérios e normas estabelecidos nos editais. É importante lembrar que o Decreto não categoriza a vulnerabilidade socioeconômica, entretanto, a UFMA estabelece em seus editais indicadores de avaliação para fins de seleção:

Média de consumo de energia elétrica do grupo familiar; Situação atual de moradia; Família beneficiária do Benefício de Prestação Continuada e/ou Programa Bolsa Família; Renda bruta mensal per capita; Participação na renda familiar; Exercício de atividades remuneradas; Inserção em atividade remunerada na UFMA; Renda individual mensal; Inserção em auxílio de assistência estudantil na UFMA, Origem escolar pública e Discente com deficiência. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2020b, p. 4).

O processo de seleção é composto por etapas e as equipes técnicas de referência de cada campus são responsáveis pelo gerenciamento. As fases que compreendem a seleção seguem um cronograma estabelecido nos editais e consistem em:

- ✓ Inscrição realizada por meio do SIGAA;
- ✓ Classificação a partir das informações socioeconômicas declaradas na fase da inscrição;
- ✓ Convocação para entrega de documentação comprobatória da situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- ✓ Análise socioeconômica realizada pela equipe técnica de referência para a assistência estudantil de cada Campus;
- ✓ Emissão de Parecer técnico sobre deferimento ou indeferimento da inscrição;
- ✓ Resultado parcial;
- ✓ Recursos;
- ✓ Resultado final;
- ✓ Reabilitação, que consiste na assinatura dos termos de compromisso e na inclusão do discente no Auxílio.

Semestralmente é realizado monitoramento para a manutenção dos discentes nos auxílios e bolsas. Dentre os principais critérios, encontra-se o desempenho acadêmico satisfatório, que consiste, conforme os Editais PROAES, em aprovação, no mínimo, em 75% dos componentes cursados no semestre anterior; ausência de reprovação por falta; e matrícula semestral em número de componentes curriculares que permita o término do curso de graduação dentro do período previsto. Além de demais critérios específicos de acordo com cada auxílio/bolsa.

Caso os discentes beneficiados não cumpram os critérios, conforme disposto nos editais, será aberto um processo administrativo sendo garantido o contraditório e a ampla defesa. O procedimento é conduzido pela PROAES e equipes técnicas da Assistência Estudantil nos Campi do Continente. Ao final dos trâmites, o processo é encaminhado à decisão do Pró-Reitor de Assistência Estudantil.

Cabe destacar que a análise do cumprimento dos critérios de manutenção nas bolsas e auxílios e abertura de processos de desligamento era atribuição da PROAES. Todavia, desde 2017 o trabalho foi descentralizado para as equipes dos campi do Continente, as quais ficaram responsáveis pelo monitoramento semestral e abertura de processos de desligamento dos discentes do seu campus.

Destaca-se que os editais, com exceção dos de fluxo contínuo (Auxílio Emergencial, Auxílio Participação em Eventos e Residência Universitária), são publicados semestralmente e as vagas são destinadas para cadastro de reserva, sendo preenchidas conforme a disponibilidade e obedecendo a ordem de classificação do resultado final.

A UFMA dispõe dos seguintes auxílios de apoio material:

- ✓ Auxílio Moradia Estudantil – nas modalidades Residência Universitária e Prestação Pecuniária;
- ✓ Auxílio Alimentação – nas modalidades Restaurante Universitário e Prestação Pecuniária;
- ✓ Auxílio Transporte;
- ✓ Auxílio Emergencial;
- ✓ Auxílio Acadêmico – Curso de Odontologia;
- ✓ Auxílio Creche;
- ✓ Auxílio Bolsa Atleta.

O **Auxílio Moradia Estudantil** é um dos mais antigos da universidade e é destinado a estudantes oriundos de outros municípios, estados e/ou países em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica. O Auxílio Moradia Estudantil é dividido em duas

modalidades: Residência Universitária, que consiste na concessão de vagas nas Unidades Habitacionais da UFMA; e a modalidade Prestação Pecuniária, que concede recurso financeiro por meio do pagamento de parcelas mensais no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para subsidiar despesas com moradia, devidamente comprovadas. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2020c).

Apenas dois campi da UFMA dispõem de Residência Universitária: São Luís e Pinheiro. A referida modalidade é de fluxo contínuo, sendo as vagas ofertadas e preenchidas conforme a disponibilidade nas Unidades Habitacionais. A modalidade Prestação Pecuniária, por sua vez, dispõe de uma seleção a cada semestre e é disponível nos campi que não possuem Residência Universitária, a exemplo de Imperatriz, Codó, Balsas e Grajaú.

A manutenção no Auxílio Moradia, em ambas as modalidades, está condicionada ao desempenho acadêmico satisfatório, bem como na permanência da situação de vulnerabilidade socioeconômica. Destaca-se que na modalidade Prestação Pecuniária, o discente deve realizar prestação de contas no final de cada semestre letivo. A prestação de contas é feita em formulário específico, o qual é preenchido e entregue com os devidos comprovantes de despesas com moradia. São aceitos como recibos de despesas com moradia os comprovantes de pagamento de aluguel, alimentação, gás, internet residencial, produtos de higiene pessoal e limpeza, contas de energia elétrica e de consumo de água, pagas durante o semestre que o estudante recebeu o Auxílio Moradia Pecuniário.

É importante ressaltar que na realidade do campus de Imperatriz, muitos estudantes apresentam dificuldades quanto ao procedimento para prestação de contas, seja pela não organização dos recibos mês a mês ou mesmo pelo fato de muitos proprietários de imóveis não disponibilizarem os recibos com os dados necessários, CNPJ ou CPF do emissor. Tal dificuldade exige dos profissionais orientação constante quanto ao procedimento de prestação de contas.

O **Auxílio Alimentação** também é ofertado em duas modalidades, Restaurante Universitário (RU) e Prestação Pecuniária. O RU é responsável pelo fornecimento de refeições a estudantes e servidores da instituição. Conforme o edital de 2020, a perspectiva era de funcionamento nos Campi de Bacabal, Balsas, Chapadinha, Codó, Imperatriz (Bom Jesus), Pinheiro, São Bernardo e São Luís. Todavia, em razão da pandemia (Covid 19) as atividades presenciais permaneceram suspensas, incluindo o funcionamento dos restaurantes. Os estudantes selecionados para o referido auxílio, permaneceram recebendo um auxílio financeiro. Quando beneficiados pelo Auxílio Alimentação na modalidade RU, é concedido aos estudantes o direito a refeições (almoço e/ou jantar) gratuitas, conforme o cronograma de

aulas do curso e a necessidade do (a) discente de permanência na instituição, respeitado o Calendário Acadêmico da UFMA. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2020d).

O Auxílio Alimentação na modalidade Prestação Pecuniária consiste na concessão de recurso financeiro por meio de 12 parcelas mensais de R\$ 300,00 para subsidiar as despesas com alimentação aos estudantes dos campi que não possuem RU (Imperatriz – unidade Centro e Grajaú). Após término da vigência do termo de compromisso, o discente é desligado do auxílio e poderá realizar nova inscrição no edital seguinte.

Conforme relato da *Servidora B*:

*Nós temos auxílios que tem no Continente e que não tem São Luís, por exemplo o auxílio alimentação pecuniário, a gente tinha nos campi do Continente e não tinha em São Luís por conta do Restaurante Universitário, e agora com a proposta de abrir restaurantes dos Campi do Continente, pouquíssimos vão ficar com esse auxílio, acho que só Grajaú e, se eu não me engano, Imperatriz, Centro.*

De acordo com a *Servidora B*, há proposta de funcionamento de Restaurantes Universitários nos campi do Continente, com exceção da cidade de Grajaú e de Imperatriz, unidade Centro. Os restaurantes dos campi do interior do estado funcionam por meio de empresas terceirizadas. Na opinião *Servidora B*, o funcionamento de RU's vai ao encontro da necessidade dos estudantes.

*Acho que uma proposta que vai melhorar bastante é a questão do funcionamento dos restaurantes, quando estiverem funcionando né? porque é diferente o aluno ir almoçar e jantar no restaurante e ele receber um recurso, a gente sabe que é insuficiente para alimentação dele. Então acho que isso aí vai ser um ganho muito grande pra todos os campi. (Servidora B)*

Conforme apontado pela *Servidora B*, entendemos que a maior abrangência dos RU's atende a uma perspectiva universalizadora da política de Assistência Estudantil nas universidades, em detrimento do processo de bolsificação que restringe o direito. Todavia, em todas as áreas, muitas instituições optam por priorizar a concessão de bolsas de característica eminentemente focalizada e que não conseguem atender às reais necessidades dos estudantes.

Em se tratando do **Auxílio Transporte**, este tem a finalidade de subsidiar o deslocamento do estudante no trajeto residência/campus/residência, para desenvolver suas atividades acadêmicas durante o período vigente, conforme o Calendário Acadêmico da UFMA. Consiste no pagamento de mensalidades de até R\$ 300,00 exclusivamente nos meses referentes ao semestre letivo, caso o discente contemplado esteja cursando uma disciplina de férias, é acrescido mais uma mensalidade, totalizando até 05 (cinco) parcelas por semestre. O Termo de Compromisso tem vigência de um semestre letivo. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2020e).

A UFMA também dispõe do **Auxílio Emergencial**, que é destinado a discentes que apresentem dificuldades socioeconômicas agravadas por situações emergenciais, inesperadas e momentâneas, que coloquem em risco a sua permanência e a conclusão do curso, tais como desemprego recente, tratamento de saúde, falecimento recente do provedor principal da renda familiar, dentre outras situações a serem analisadas. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2020f).

O Auxílio Emergencial é de fluxo contínuo e a inscrição pode ser realizada a qualquer tempo, respeitando os critérios do edital. Quando concedido, o discente recebe o pagamento de até três parcelas consecutivas no valor de até R\$ 400,00. Destaca-se que a análise documental e socioeconômica do Auxílio Emergencial é realizada por Comissões multiprofissionais instituídas pelo Pró-Reitor de Assistência Estudantil em cada campus, devendo, obrigatoriamente, participar uma assistente social.

Até o final do ano de 2019 existia uma única Comissão na PROAES responsável pela análise das solicitações e emissão do Parecer do Auxílio Emergencial dos nove campi da UFMA, o que caracteriza uma maior dependência em relação à sede para resolução de questões relacionadas à realidade de cada campus. Todavia, tal tarefa passou a ser descentralizada para as demais equipes e atualmente cada campus possui uma Comissão composta por três profissionais.

O **Auxílio de Apoio Acadêmico – Curso de Odontologia** surgiu a partir de uma demanda dos próprios estudantes junto à PROAES, em razão da necessidade de aquisição de materiais e/ou instrumentais necessários para utilização em aulas práticas no Curso de Odontologia. Desse modo, é concedido ao estudante beneficiado o recurso financeiro de até R\$ 2.500,00 pagos em uma única parcela. No período de até 15 dias após o recebimento do auxílio, o estudante deverá prestar contas por meio de um formulário específico, com as devidas notas, cupons fiscais e comprovantes de despesas. O referido auxílio é ofertado somente no campus de São Luís. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2020g).

O **Auxílio Creche** é um dos mais recentes, tendo sido publicado o primeiro edital em 2018. Consiste no subsídio financeiro para custear despesas referentes à manutenção de creche ou cuidador/a para os/as filhos/as de até 06 (seis) anos de idade que não tenham com quem ficar durante o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. São concedidas 12 parcelas no valor de R\$ 200,00. É permitido o acúmulo do referido auxílio com os demais da assistência estudantil, com a exceção do Auxílio Moradia, Auxílio Emergencial e Bolsa Permanência MEC. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2020h).

A **Bolsa Atleta** teve seu primeiro edital publicado no ano de 2020, e é destinado a discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que estejam vinculados às seleções esportivas da UFMA e que precisam do recurso financeiro para custear despesas referentes à prática esportiva de rendimento, contribuindo para a representação esportiva da universidade e para a melhoria na formação acadêmica. O Auxílio Bolsa Atleta consiste no pagamento de 12 parcelas no valor de R\$ 400,00. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2020i).

A oferta das ações descritas é garantida somente aos discentes dos cursos presenciais de graduação, não se estendendo para os discentes dos Programas de Pós-Graduação, que por vezes, apresentam a demanda e questionam a abrangência da cobertura.

O formato de bolsas e auxílios embora contribua na trajetória acadêmica dos que são beneficiados, denota uma fragilização na Política de Assistência Estudantil. Nesse entendimento, tem-se o fenômeno da bolsificação e focalização, que conforme apontado por Santos e Freitas (2015, p. 13), configura-se na:

Centralidade na transferência de renda, em detrimento de investimentos em condições estruturais e materiais de permanência, como espaços de moradia estudantil, restaurantes universitários e espaços coletivos de convivência e vivência universitária, tendência esta que vai de encontro ao processo de mercadorização em curso, que se utiliza da transferência de renda como recurso disponível para consumo.

A dimensão da individualização da demanda faz com que cada estudante beneficiado solucione particularmente sua necessidade em detrimento de ações que abarquem o universo de discentes que precisam, que de acordo com Rêgo e Silva (2015) destoa do discurso de universalidade que se deve imprimir as políticas públicas sociais.

Dentre as problemáticas suscitadas com a oferta da assistência estudantil por meio de auxílios financeiros e bolsas, tem-se a resistência à disponibilização de serviços estruturados e abrangentes como direito de todos, limitando aos que comprovem atender aos critérios de renda regulamentados pelo PNAES e que estejam classificados dentro do número de vagas disponíveis. Leite (2012) aponta para a tentativa de amortecer as expressões da “questão social” nessas formas de atendimento, visto que:

As políticas sociais, travestidas doravante em “programas”, funcionam exatamente como recurso para divisão das classes, a partir da sua característica residual. Perde-se, com isso, o horizonte da luta coletiva. Ademais, despolitiza as políticas sociais, tirando o foco da totalidade do real, naturalizando, banalizando e – ato contínuo – criminalizando as refrações da “questão social”, transformando-as em expressões individuais. (LEITE, 2012, p. 470).

Assim, a Assistência Estudantil enfrenta constantemente o binômio seletividade x universalidade, característico das políticas sociais no Brasil, à medida que as ações aparecem

como pontuais e personalizadas aos grupos de maior risco social. Como exemplo de serviços abrangentes, podemos mencionar os Restaurantes Universitários que, além de atender o universo de discentes, possibilitam uma alimentação saudável com valores acessíveis ou mesmo com a gratuidade. Ao passo que o Auxílio Alimentação em modalidade de prestação pecuniária não garante o mesmo, considerando que os valores concedidos não contemplam as despesas com uma alimentação adequada.

Além disso, a alternativa das IFES de substituir Residências Universitárias e construção de Creches por recurso financeiro é resultado do enxugamento de gastos públicos com as políticas sociais. Quando o poder público se desresponsabiliza em oferecer serviços de qualidade como moradia estudantil por meio de Residências Universitárias, por exemplo, livra-se dos gastos com energia, água, mobília, entre outros e opta pela concessão de subsídios financeiros para aluguel. Todavia, em muitos casos, o valor concedido não atende à realidade imobiliária das cidades. Além de haver entraves como questões burocráticas para negociar a locação.

De acordo com Cislighi e Silva (2012, p. 507) “essa saída reforça o mercado e a individualidade como parâmetros societários: com a bolsa, o aluno consome no mercado, de forma isolada.” As contradições da Política de Assistência Estudantil são, desse modo, reflexos do desmonte das políticas públicas diante de um cenário neoliberal. Tem-se então, a contradição de uma política que tem como finalidade contribuir com a permanência do estudante na Educação Superior e conclusão de curso, mas que na sua materialização garante, na maioria das vezes, soluções pauperizadas para às necessidades dos discentes considerados mais vulneráveis, limitando o seu alcance e não beneficiando a todos que dela precisam.

De acordo com Granemann (2007, p. 64), os sistemas de proteção social são:

Articulados a partir de novas modalidades especialmente aquelas abrigadas sob múltiplas formas de monetarização da política social, passam a substituir os equipamentos sociais universais pelas onipresentes “bolsas” soluções rebaixadas e pauperizadas para as mais diversas expressões da “questão social.”

Embora a UFMA tenha avançado bastante na sistematização das ações e na implementação do PNAES, devemos considerar que os critérios de elegibilidade, definidos pelo programa, o distanciam da lógica da universalidade que se deve imprimir às políticas públicas sociais, o que leva à priorização de ações focalizadas e seletivas. Situação vivenciada pelas IFES que se deparam com demandas significativamente superiores ao que conseguem atender. No capítulo 4 apresentamos a relação demanda *versus* oferta referente ao curso de pedagogia do campus de Imperatriz, lócus da nossa pesquisa.

Ainda que seja inegável a evolução do orçamento destinado à Política de Assistência Estudantil, sobretudo após a instituição do PNAES, conforme apresentado no capítulo anterior, subseção 2.2.1.1, o orçamento permanece insuficiente se considerarmos a demanda expressiva das universidades, onde muitos estudantes não possuem condições mínimas necessárias para permanência e conclusão do curso. Segundo Rêgo e Silva (2015, p. 10) “o orçamento destinado a esta rubrica situa-se longe do ideal para a cobertura das ações empreendidas pela assistência estudantil”, o que torna a lógica da bolsificação e focalização inevitável.

Além dos auxílios destinados a suprir as necessidades básicas de sobrevivência dos estudantes, a UFMA dispõe ainda de ações articuladas à formação acadêmica, por meio das seguintes bolsas e auxílios:

- ✓ Bolsa Aprimoramento Acadêmico;
- ✓ Bolsa Foco Acadêmico;
- ✓ Auxílio Participação em Eventos;
- ✓ Projeto Curso de Estudos e Idiomas;
- ✓ Auxílio Inclusão Digital.

A **Bolsa Aprimoramento Acadêmico** viabiliza estudos e experiências profissionais em setores da instituição com o objetivo de conceder aprimoramento acadêmico referente às “vivências acadêmico-profissionais”, entendidas como ação que articula a formação acadêmica às práticas dos processos de trabalho, alinhadas ao perfil do curso. O valor pecuniário da Bolsa é de R\$ 400,00 mensais, devendo o discente cumprir uma carga horária de 12h semanais no contraturno do curso. A validade da Bolsa Aprimoramento Acadêmico é de 12 meses. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2020j).

Cabe destacar que a referida bolsa, na configuração e concepção atuais, é recente, tendo seu primeiro edital publicado em 2018 (Edital PROAES nº 37/2018). Antes, denominada Bolsa Permanência, o estudante era inserido em atividades administrativas dos setores, as quais não se alinhavam com sua área de formação. O pagamento era então “cobrado” em contrapartidas laborais, servindo como força de trabalho barata pra instituição, o que denota características de políticas sociais neoliberais. Tais características são heranças da Bolsa Trabalho<sup>31</sup>, em que o valor transferido se tratava da remuneração de serviços prestados pelos

---

<sup>31</sup> Programa Assistencial nacional denominado Bolsa Trabalho, instituído em caráter nacional por meio do Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972. Cabia ao programa proporcionar a estudantes de todos os níveis de ensino oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares. Na UFMA, foi instituída a Bolsa Trabalho na década de 1990, por meio da Resolução nº 41 – CONSEPE.

estudantes à instituição. Em 2014, no III Seminário de Assistência Estudantil realizado na cidade de Ouro Preto, a UNE se posicionou contrária à existência de bolsas desta natureza e os debates resultaram na *Carta de Ouro Preto*. Nos termos deste documento:

[...] o estudante beneficiado não deve ser confundido com mão de obra barata nas universidades ou como instrumento de precarização do trabalho nas instituições de ensino. A UNE se coloca contrária à utilização de recursos do PNAES para o pagamento de bolsas de assessoria administrativa nas universidades. Somos contrários à utilização dos estudantes bolsistas como substituição aos servidores técnicos. Pois, estudante nenhum pode servir como tapa furo da falta de técnicos administrativos. Tais bolsas devem ser convertidas em bolsas de ensino, pesquisa e extensão ou bolsas vinculadas ao processo educativo conforme dispõe o próprio PNAES. (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2014, p. 6-7).

A proposta da Bolsa Aprimoramento Acadêmico da UFMA apresenta uma perspectiva mais formativa, considerando que as vivências acadêmico-profissionais, alinhadas ao perfil do curso, articulam a formação acadêmica às práticas dos processos de trabalho. Contudo, há ainda algumas dificuldades na implementação, tais como a resistência quanto à nova concepção da bolsa por parte de servidores que recebem os estudantes em seus setores, mantendo as atividades meramente administrativas.

Sobre isso, a *Servidora B* mencionou que mesmo com o esforço para a mudança de concepção da referida bolsa, muitos estudantes permanecem realizando atividades que não possuem relação com sua área de formação, o que motivou a atual gestão a pensar em unificar a Bolsa Aprimoramento Acadêmico com a Bolsa Foco Acadêmico, descrita a seguir, onde os estudantes teriam oportunidade de participar de projetos que contribuíssem, de fato, com sua formação acadêmica.

*O programa Aprimoramento Acadêmico a gente... a gente vem em uma trajetória de tentar mudar o direcionamento dessa bolsa, porque em geral os alunos, hoje, ficam em atividades administrativas, que não é o nosso objetivo, a gente vem há algum tempo já trabalhando na perspectiva de tirar esses alunos das atividades administrativas, que pouco contribui para a formação acadêmica deles, né? e colocar esses alunos também em projetos acadêmicos mesmo, de pesquisa, de extensão... Então, hoje ainda tá sim, né? Era nossa proposta no começo da nossa gestão, era pra gente implementar ano passado. Ano passado foi um ano complicado por conta da pandemia. A universidade parou, depois voltou... então muita coisa que a gente queria fazer, a gente não conseguiu. E aí acabou que ficou do jeito que estava, mas hoje, a nossa proposta pra esse ano, pelo menos a gente vai ver se consegue implementar, seria unificar o projeto Foco Acadêmico com o Aprimoramento Acadêmico nessa perspectiva né, do aluno trabalhar mesmo em projetos, que é o que a gente acha que é mais interessante pro aluno, vai contribuir mais para formação dele. (Servidora B).*

A proposta mencionada pela *Servidora B* garante ao estudante bolsista a inserção em projetos acadêmicos sob a orientação de servidores (docentes e técnicos administrativos), onde o foco seria a aprendizagem do estudante e não a demanda de um setor específico da universidade. Ao encaminhar bolsistas para setores que os inserem em atividades

administrativas, estabelece-se uma distância ainda maior entre os discentes de diferentes classes sociais, visto que enquanto alguns podem desprender de uma maior carga horária de estudos, envolvendo-se inclusive em atividades de ensino, pesquisa e extensão, os que recebem a bolsa em razão de sua condição de vulnerabilidade socioeconômica têm seu tempo limitado devido aos trabalhos administrativos desenvolvidos na universidade, muitas vezes substituindo servidores.

A **Bolsa Foco Acadêmico** por sua vez, oportuniza aos discentes em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, a participação em subprojetos integradores de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional e empreendedorismo e inovação sob a coordenação/orientação de docentes ou técnicos administrativos, de acordo com a modalidade. Os discentes devem cumprir carga horária semanal de doze (12) horas dedicadas ao subprojeto que estiver inserido. Os discentes beneficiados recebem um valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, totalizando 12 parcelas. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2020b).

Conforme disposto no Edital PROAES n° 20/2020, a Bolsa Foco Acadêmico tem a finalidade de promover a complementação da formação acadêmica do discente. É importante considerar que se trata de uma oportunidade de os estudantes serem inseridos em projetos independente de seleção por mérito acadêmico, uma vez que os critérios são estabelecidos de acordo com o PNAES. O Edital é publicado uma vez por ano, tendo o termo de compromisso validade de 12 meses.

A UFMA também dispõe do **Auxílio Participação em Eventos**, de fluxo contínuo, o qual é destinado a apoiar a participação de discentes dos cursos de graduação presencial da UFMA em eventos externos ao campus de origem, em atividades de intercâmbio acadêmico, científico, tecnológico, esportivo e cultural. O valor do auxílio é de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) para eventos realizados no Brasil e R\$ 500,00 para eventos internacionais realizados fora do território brasileiro. Além da comprovação da situação de vulnerabilidade socioeconômica, o estudante deverá apresentar a carta de aceite para apresentação de trabalho. Em caso de eventos esportivos, o discente deverá apresentar ficha de inscrição e declaração da Diretoria de Esporte e Lazer da PROAES, neste caso não poderá acumulá-lo com Bolsa Atleta. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2020k).

O Projeto **Curso de Estudos e Idiomas (CEI)** busca possibilitar aos estudantes da graduação, independente do critério de renda, a aprendizagem básica de um novo idioma – Inglês, Espanhol ou Francês, nas modalidades oral e escrita, com aulas ministradas em língua estrangeira. O critério de classificação é o desempenho acadêmico, avaliado por meio do

Coeficiente de Rendimento (CR) em ordem decrescente não podendo ser abaixo de 7,0 (sete). Para discentes do primeiro período, que não possuem CR, considera-se a ordem da inscrição. Ressalta-se que o CEI é ofertado somente no campus de São Luís, embora seja uma demanda também dos campi do Continente. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2020l).

No ano de 2020, a PROAES realizou processo seletivo para a concessão do **Auxílio Inclusão Digital** em caráter emergencial devido à pandemia causada pelo novo Coronavírus – COVID - 19 e a necessidade de desenvolver atividades acadêmicas de forma remota. O Auxílio Inclusão Digital dispõe de duas modalidades: modalidade pacote de dados, que consiste na cessão de dados móveis do Serviço Móvel Pessoal (SMP) para os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a modalidade plena, que dá direito ao empréstimo de *hardware* (tablet) e pacote de dados para acesso à internet. O Auxílio Inclusão Digital poderá ser acumulado com bolsas e auxílios da assistência estudantil, bem como de outros programas da UFMA. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2020m).

A UFMA dispõe ainda de Bolsas ligadas ao MEC, ou seja, que não dependem do recurso do PNAES e nem possuem os critérios estabelecidos pelo programa:

- ✓ PROMISAES;
- ✓ Bolsa Permanência MEC.

A Bolsa **PROMISAES** concede auxílio financeiro no valor de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais) mensais durante 12 meses para discentes estrangeiros que participam do Programa de Estudantes - Convênio de Graduação (PEC-G)<sup>32</sup>. O recurso é advindo da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu-MEC) e os critérios para seleção consideram sobretudo o rendimento acadêmico. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2020n).

A **Bolsa Permanência MEC** é destinada a estudantes indígenas e quilombolas, independente de renda, que atendam aos requisitos e comprovem residência em comunidade indígena ou quilombola. O valor da bolsa é de R\$ 900 mensais e uma vez contemplado, o estudante permanece até a conclusão do curso. Todavia, a última abertura de vagas foi no segundo semestre de 2019 e não há previsão de nova abertura pelo MEC. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2019c).

---

<sup>32</sup> O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas - federais e estaduais - e particulares, o PEC-G seleciona estrangeiros, entre 18 e preferencialmente até 23 anos, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no país. (<http://portal.mec.gov.br/pec-g>).

A UFMA dispõe ainda de uma Divisão de Educação em Saúde no campus de São Luís que conta com uma equipe multiprofissional, antes denominado Serviço de Atendimento Psicopedagógico (SAPsi), que busca:

Desenvolver ações de acolhimento e de orientação nas dimensões cognitivas, emocionais e sociais, integradas às atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio de intervenções educacionais e/ou psicoeducacionais específicas, facilitando a permanência e o sucesso acadêmico. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2019a, p. 3).

Cabe destacar que ações desta natureza não se encontram regulamentadas no âmbito da Assistência Estudantil na UFMA. Embora os campi do Continente disponham de equipes multiprofissionais, não há uma diretriz comum para o desenvolvimento das ações para além da concessão de bolsas e auxílios. Desse modo, cada campus desenvolve individualmente ou não desenvolve.

Sobre a Divisão de Educação em Saúde do campus de São Luís, a *Servidora B* relatou que inicialmente não era claro como seria este trabalho, antes denominado de atendimento psicopedagógico.

*Não ficou muito claro o que seria esse atendimento lá do setor de saúde, que o nome era SAPSI, Serviço de Atendimento Psicopedagógico. E aí pra começar que a gente não tem psicopedagogos na nossa equipe, então, como fazer um trabalho psicopedagógico se a gente não tem nem o profissional. A gente tinha uma equipe que não sabia direito o que era a atividade dela. Então quando a gente começou a gestão no final de 2019, a gente sentou com o pessoal da equipe, com psicólogos, com os médicos, a maioria da equipe é formada por psicólogos. Nós temos dois médicos e temos uma assistente social que fica disponível para o setor. Conversamos com eles qual seria a orientação que a gente deveria dar pra esse trabalho né, ouvindo o pessoal. E aí a gente chegou à conclusão de que seria nosso trabalho em Saúde Mental, não ambulatório, porque a gente não era SUS, nem emergência. Mas seria uma atividade em Saúde Mental, aí a gente planejou algumas coisas que também não conseguimos implementar ano passado por conta da pandemia. Mas por outro lado a gente começou a oferecer atividades de atendimento online em saúde mental. E aí aconteceu com todos os psicólogos de onde tem campus e foi um trabalho bem interessante. A equipe de saúde não é formada ainda em todos os campi né, a gente tem psicólogos aí em Imperatriz, em Pinheiro, mas tem campus que a gente não tem. (Servidora B).*

Em observância à experiência da UFMA, entendemos que embora o PNAES tenha sido instituído em 2010, apresentando dentre as áreas estratégicas a “atenção à saúde”, ainda são recentes na universidade as tentativas de organização para atender à referida área, o que pode estar relacionado à falta de um regulamento próprio para a Política de Assistência Estudantil, que organize e sistematize o serviço, somada à necessidade de mais profissionais para atuação nas ações do âmbito da saúde. Dessa forma, o serviço não é ofertado em todos os campi e, quando ofertado, não há um planejamento comum. A primeira experiência organizada coletivamente foi o atendimento online em saúde mental durante a pandemia.

A concessão de bolsas e auxílios por sua vez, é regulamentada isoladamente por meio dos Editais PROAES, os quais são publicados semestralmente em sua maioria, sendo realizadas alterações de forma recorrente. A UFMA não dispõe de um Regulamento da Assistência Estudantil como em outras universidades, a exemplo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)<sup>33</sup> e da Universidade Federal do Piauí (UFPI)<sup>34</sup>, tendo apenas a Resolução que cria a Pró-Reitoria. Desse modo, o Decreto 7.234/2010 que institui o PNAES é a única base normativa para a elaboração dos editais, os quais não abrangem as demais ações de caráter universal.

Sobre a ausência do regulamento, a *Servidora A* afirma:

*Hoje no meu conhecimento, o que rege os auxílios são os editais. Não existe uma política de assistência estudantil, assim com todas as suas nuances, com todas as coisas que uma política deve prever. O que existe é a Resolução que cria a Pró-Reitoria. É, até onde eu tenho conhecimento é isso. Esse movimento ele tá sendo feito agora.  
[...] como não temos regulamento, não existe uma especificação do que é equipe técnica da assistência estudantil, nem na sede, nem no Continente. Então, foram feitos concursos para suprir essa necessidade, mas ainda assim sem uma diretriz, né? Se entendeu que havia a necessidade de ter assistente social nos campi, de ter psicólogo, de ter pedagogo, mas assim... foi o entendimento dessa necessidade, não que estivesse escrito em algum lugar, que fosse a diretriz de algum documento, entendeu?*

A ausência de um Regulamento consiste na falta de uma política própria que atenda as especificidades locais, tanto para a composição das equipes de trabalho, mas principalmente no que tange ao público atendido. É necessário que a política desenvolvida considere o contexto econômico, político e social das regiões de sua abrangência. Tal diversidade aponta para a necessidade de ajustes operacionais e mesmo conceituais no desenvolvimento da política de Assistência Estudantil nas IFES.

Entendemos que a atual gestão tem possibilitado abertura a um processo de construção coletiva, sobretudo por envolver nas discussões para elaboração do Regulamento da Assistência Estudantil da UFMA os profissionais dos diversos campi, favorecendo o debate sobre as necessidades diversas conforme cada realidade. Segundo a *Servidora B*, na gestão anterior foi iniciada a elaboração de uma proposta de regulamento. Todavia, não se tem a aprovação deste documento final.

<sup>33</sup> Resolução CONSUNI 02/2019 - Regulamenta a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (<https://ufrj.br/wp-content/uploads/legacy/documentos/2019/03/resolucao-politicas-estudantis-ufrj.pdf>).

<sup>34</sup> Resolução nº 049/2019 – Regulamenta a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Piauí. ([https://www.ufpi.br/arquivos\\_download/arquivos/Resolu%C3%A7%C3%A3o\\_049\\_de\\_2019\\_120190513130430.pdf](https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Resolu%C3%A7%C3%A3o_049_de_2019_120190513130430.pdf)).

*O que norteia a Assistência Estudantil na universidade é o PNAES, o decreto. E nós não tínhamos uma política de Assistência Estudantil, na gestão passada foi iniciada essa elaboração. O documento final ele não existe, foram feitas várias propostas, o que a gente tem é que foi feita uma consulta pública, que algumas pessoas deram sugestões e que as sugestões iam ser compiladas, ia ter um documento final. Mas esse documento final, nós não temos informações, parece que não finalizou, mas existe o documento, o esboço que a gente tem, mas não temos a aprovação dele. [...] Então, eu conversei com o Pró-Reitor, expliquei como é que foi o processo, expliquei o que a gente pensa, nós tomamos a iniciativa de fazer, de repensar essa política. Então, eu montei uma comissão ano passado e a gente tá começando a dar sugestões para elaboração, revisão na verdade daquele documento. A comissão é formada por membros de São Luís, da PROAES, e do Continente, alguns representantes e depois a gente vai ampliar pra mais pessoas. (Servidora B).*

A falta de uma Política de Assistência Estudantil discutida coletivamente e regulamentada na universidade dá margem para que cada gestão atue de uma forma, sem um parâmetro sobre como desenvolver, o que gera insegurança sobre a continuidade das ações. A UFMA também não conta com resoluções para os programas, possibilitando qualquer alteração nos editais sempre que se entender necessário, conforme aponta os Entrevistados:

*Hoje na verdade a gente não tem um documento, nós não temos uma política de Assistência Estudantil e os nossos programas não tem resolução também, ou seja, os nossos editais a cada semestre podem sair do jeito que quiserem porque não existe documento nenhum que diga como é que tem que fazer. Então, isso é muito grave, isso é sério porque a gente fica à mercê das gestões. Por exemplo, hoje eu tô na gestão mas, amanhã pode vir outra pessoa, depois de amanhã outra. Tanto que a gente tem nome de programas que foram mudados assim por mera... assim né: “quero mudar”. Então a nossa proposta também é que a gente crie resolução dos programas, das bolsas e que o edital seja feito em cima da resolução. (Servidora B).*

*Quando eu encontrei, eu me assustei que a PROAES não tem Regimento, não tem Resolução de assistência estudantil. As resoluções acadêmicas de Residência e de Regimento Discente extremamente demandantes de atualizações, os editais extremamente burocratizados. [...] Então é assim, uma série de problemas que no fundo eu sei que assim, acaba dando mais poder pro gestor, é uma coisa que eu não gosto, não é o meu perfil, porque um edital é muito fácil mudar, mudar uma regra em algum aspecto, então isso me incomoda um pouco. [...] eu fiz comissões ano passado, acho que novembro, tem integrantes do Continente. Então a gente tem uma comissão que está propondo o regimento da assistência estudantil da UFMA, a primeira fase lógico, mas a gente vai fazer fórum, a gente vai fazer debate mais profundo, mas eu preciso de uma minuta disso chancelada pela equipe de assistência estudantil para que a gente possa ir pra segunda fase [...]. (Servidor D).*

A regulamentação das ações é fundamental para a consolidação da Política de Assistência Estudantil na universidade. Todavia, embora com 10 anos de instituição do Decreto do PNAES e com 07 anos da existência de uma Pró - Reitoria própria, a UFMA ainda caminha a passos lentos no sentido de estabelecer um regulamento, bem como resoluções para os programas, o que dá margem para alterações em qualquer tempo, conforme a compreensão de cada gestão. Ressalta-se que o único programa que dispõe de um Regimento aprovado por meio de Resolução é a Residência Universitária (Resolução nº 226 – CONSUN, de 06 de abril de

2015), o que, segundo a *Servidora B*, facilita a gestão devido ao norteammento que o Regimento concede.

Embora com avanços significativos e notórios, a Assistência Estudantil na UFMA ainda enfrenta desafios para o desenvolvimento de suas ações. Podemos mencionar a dificuldade de atender o PNAES em sua totalidade, considerando que não são desenvolvidas ações em todas as áreas sinalizadas no Decreto que dispõe sobre o Programa. Um exemplo é a ausência de ações voltadas ao “acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.” (BRASIL, 2010a, p. 1). Segundo a *Servidora B*, o Núcleo de Acessibilidade da UFMA (NUACE)<sup>35</sup> não é vinculado à PROAES e sim à PROEN.

*Existe um núcleo de acessibilidade na UFMA que não fica na PROAES, colocaram o Núcleo na PROEN e acaba que a gente praticamente não tem relação com eles, nem eles com a gente. O que a gente tem são algumas conversas, por exemplo, me convidaram um dia pra uma reunião, os alunos estavam com umas demandas em relação aos editais, fizeram algumas propostas que a gente vai acatar, mas não temos nenhum tipo de atividade com eles. Acho que é algo que a gente tem que avançar, de ir além de bolsas, de ir além de oferecer recursos financeiros. [...] Não teríamos como fazer nesse momento, não teríamos pernas, o que a gente tem feito de além, é mesmo o serviço de saúde mental. (Servidora B).*

Observamos então, que não se tem, no âmbito da assistência estudantil da UFMA, uma organização de ações voltadas à questão da acessibilidade e a interação com o NUACE, vinculado à PROEN, ainda é limitada. No contexto dos campi do interior do estado, torna-se ainda mais difícil, considerando a limitação do alcance do referido núcleo, que existe somente em São Luís. Sobre isso, a *Servidora C*, relata a dificuldade no campus de Imperatriz quanto ao atendimento a pessoas com deficiência:

*Então, a gente tenta fazer o serviço aqui, atender as demandas, mas muitas coisas a gente não tem na nossa estrutura aqui do campus do Continente. E a gente fica tentando fazer essa ponte, buscando ajuda quando necessita, mas lá eles têm essa estrutura e eu não sei de fato como o serviço funciona exatamente lá. Se consegue atender mesmo a demanda, mas existe né, pelo menos existe essa estrutura que é o Núcleo de Acessibilidade. E com relação a nós, inclusive, é uma outra mudança, né? que veio também com esse novo público do SISU, que mudou bastante esse perfil do estudante com a implantação do Sisu foi a entrada de alunos que necessitam dessa acessibilidade, necessitam desse atendimento especializado. Hoje nós já temos esses alunos e nós sentimos muito porque nós, enquanto equipe aqui da assistência estudantil, as vezes nos sentimos de mãos atadas, não conseguimos fazer muito por esses alunos por não ter mesmo, não sei, uma qualificação, uma estrutura, um apoio para realizar esse acompanhamento nas atividades com esses alunos. Então, deixa um pouco a desejar. (Servidora C).*

---

<sup>35</sup> O NUACE, órgão vinculado à PROEN tem como finalidade garantir o acesso, o ingresso e a permanência de pessoas com deficiências na UFMA, através de suporte técnico e atendimento especializado. (BRASIL, 2009).

Assim, prioriza-se a concessão de bolsas e auxílios em detrimento de ações de caráter mais abrangente. As ações universais, a exemplo da atenção à saúde ou voltadas para a cultura, ainda são bem pontuais e não correspondem à realidade de todos os campi. Alguns não conseguem implementar ações para além da concessão de bolsas e auxílios de apoio material, muitas vezes em razão da equipe de trabalho reduzida, a qual prioriza o gerenciamento das bolsas e auxílios. Conforme destacado pela *Servidora A*:

*A gente sabe, a gente tem conhecimento de que a assistência estudantil é para além da concessão de bolsas né? Então, os campi do continente conseguem trabalhar melhor esse para além. Não é a realidade do meu, mas assim, pelo acompanhamento, né, das conversas com as colegas, a gente consegue perceber que alguns Campus têm êxito em fazer ações para além da concessão de bolsas e que atendam aos estudantes, né? E às vezes também não só focadas em estudantes em situação de vulnerabilidade, mas a todos os estudantes. (Servidora A).*

Percebemos então, que a estratégia da focalização é dominante, consubstanciando-se em uma prática de atendimento restritiva, não se podendo falar ainda em universalidade, pois limita o atendimento das demandas do estudante às necessidades de sobrevivência. Os avanços da assistência estudantil ao longo da história nos fazem acreditar na possibilidade de ampliação da sua abrangência, na perspectiva de maior cobertura. Todavia, conforme destacado por Nascimento e Arcoverde (2012, p. 174) “contraditoriamente lidamos com sua extrema focalização, seletividade, bolsificação”, o que caracteriza um grande desafio para a intervenção profissional.

O referido contexto denota a importância do financiamento da Política de Assistência Estudantil, como já mencionado anteriormente, para o desenvolvimento das ações nas IFES. Na UFMA, em consonância com o cenário brasileiro, os recursos PNAES tiveram um crescimento desde a sua implementação. Porém, a partir de 2020, é perceptível uma redução, conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 - Recursos do PNAES - UFMA

| Ano  | Dotação inicial | Dotação atualizada | Dotação empenhada |
|------|-----------------|--------------------|-------------------|
| 2010 | 7.105.552,00    | 7.105.552,00       | 6.816.564,83      |
| 2011 | 7.476.369,00    | 7.476.369,00       | 7.472.085,73      |
| 2012 | 7.822.218,00    | 7.822.218,00       | 7.819.469,04      |
| 2013 | 9.353.880,00    | 9.353.880,00       | 9.339.841,88      |
| 2014 | 11.919.955,00   | 11.919.955,00      | 11.875.736,22     |
| 2015 | 14.099.526,00   | 14.099.526,00      | 14.095.078,17     |
| 2016 | 15.647.446,00   | 15.647.446,00      | 15.573.826,60     |
| 2017 | 15.428.410,00   | 15.428.410,00      | 15.428.188,22     |
| 2018 | 15.525.442,00   | 15.525.442,00      | 15.503.678,51     |
| 2019 | 17.163.331,00   | 12.963.331,00      | 12.963.324,30     |
| 2020 | 16.613.009,00   | 8.492.100,48       | 8.492.100,46      |
| 2021 | 10.705.004,00   | 10.705.004,00      | 3.090.554,53      |

Fonte: Tesouro Gerencial, em 04/06/2021, cedido pela Coordenação de Planejamento Orçamentário (CPO) da Pró-Reitoria de Planejamento, Gestão e Transparência (PPGT) – UFMA.

De acordo com a CPO/UFMA, nos anos de 2019 e 2020 o valor das dotações atualizadas ficaram menores que as dotações iniciais porque houve remanejamento para outra Ação Orçamentária. Isso se deu, principalmente, pela paralisação dos contratos dos restaurantes universitários dos diversos Campi da UFMA causada pela pandemia do novo coronavírus (SARS-COV-2 /COVID-19).

O ano de 2021 é marcado pela expressiva redução do recurso e a consequente ameaça para a política de permanência na universidade. De acordo com o *Servidor D*:

*[...] Esse ano na UFMA, 2021, nosso orçamento de PNAES é de aproximadamente 11 milhões de reais, então diminuiu em relação a 2020, que era um valor de mais de 15 milhões. [...] Então, janeiro, fevereiro, março, abril, etc... eu falo seguramente para você, a gente tá conseguindo pagar as bolsas em dia porque os restaurantes não estão funcionando, porque se os restaurantes estivessem funcionando nós estaríamos com muita dificuldade, estaríamos com déficit orçamentário. (Servidor D).*

Com a suspensão das aulas presenciais em razão da pandemia, os Restaurantes Universitários estão com suas atividades paralisadas, motivo pelo qual, segundo o *Servidor D*, estar sendo possível realizar o pagamento de bolsas e auxílios. Cabe destacar que o recurso PNAES já tem sido insuficiente para a demanda que se apresenta, com a redução no ano de 2021, a situação se agrava, ameaçando a permanência de estudantes que dependem dos programas da assistência estudantil. Soma-se a isso o fato de a pandemia ter trazido novas necessidades para a assistência estudantil, considerando os impactos socioeconômicos causados, as necessidades de readequações, a exemplo da inclusão digital no contexto do ensino remoto, o que demanda uma atuação a fim de evitar a ampliação da evasão.

Embora em meio às dificuldades e impactos mencionados, os programas de assistência estudantil têm sido mantidos em todos os campi da UFMA. Ainda que as equipes dialoguem e cumpram as determinações da PROAES, cada campus tem sua experiência particular quanto à execução do PNAES. A seguir, descreveremos a experiência do CCSST, Campus de Imperatriz.

### **3.3 O Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia – CCSST/Imperatriz e o desenvolvimento do PNAES**

Para este estudo, é importante compreendermos o contexto de inserção do campus onde a pesquisa foi realizada. O CCSST, está localizado no município de Imperatriz, na região do Sul do Maranhão, situado a 632 km da capital São Luís. Imperatriz é a segunda maior cidade do estado. Conforme Brasil (2020n) a população de Imperatriz - MA é de aproximadamente 259 mil habitantes com base na estimativa populacional realizada pela pesquisa nacional por amostra de domicílios, sendo a primeira a receber as atividades da UFMA fora da sede.

O campus de Imperatriz CCSST tem sua gênese marcada pelo início do funcionamento dos primeiros cursos em 1980, Direito e Pedagogia. Aos 40 anos do início de suas atividades, o campus oferece atualmente nove cursos de graduação e seis cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo cinco mestrados e um doutorado, divididos em duas unidades, Centro e Bom Jesus, conforme apresentado no Quadro 6. O referido campus conta com um quadro de cerca de 210 professores, 60 técnico-administrativos e aproximadamente 2.400 discentes matriculados (SILVA; ARAÚJO; CLEMENTE, 2020).

A unidade do Bom Jesus foi inaugurada no ano de 2013, marcando a expansão da UFMA em Imperatriz. Localizada próxima ao bairro do Bom Jesus, a 12 km do centro da cidade, recebe em suas instalações o Restaurante Universitário, que representa uma conquista para a comunidade acadêmica da UFMA, sobretudo aos discentes e servidores da unidade Bom Jesus, considerando que muitos estudantes, sobretudo os dos cursos integrais, precisam passar o dia na universidade.

Quadro 6 – Cursos ofertados no CCSST - Imperatriz

| Nível de ensino                    | Unidade Centro                                      | Unidade Bom Jesus                           |
|------------------------------------|-----------------------------------------------------|---------------------------------------------|
| Graduação                          | Pedagogia                                           | Enfermagem                                  |
|                                    | Direito                                             | Engenharia de Alimentos                     |
|                                    | Comunicação Social -Jornalismo                      | Medicina                                    |
|                                    | Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia       | Licenciatura em Ciências Naturais- Biologia |
|                                    |                                                     | Ciências Contábeis                          |
| Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> | Mestrado em Formação Docente em Práticas Educativas | Mestrado Ciências dos Materiais             |
|                                    | Mestrado em Comunicação Social                      | Mestrado em Saúde e Tecnologia              |
|                                    | Mestrado em Sociologia                              | Doutorado em Ciências dos Materiais         |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da UFMA,<sup>36</sup>

### 3.3.1 A origem da Assistência Estudantil no CCSST em Imperatriz

No que concerne à assistência estudantil, o CCSST dispõe de uma equipe multiprofissional vinculada à PROAES, que desenvolve as ações em consonância com o PNAES nas duas unidades do campus. As atividades no âmbito da Política de Assistência Estudantil em Imperatriz foram se organizando gradativamente até chegar à configuração atual. Conforme entrevista realizada com a *Servidora C*, as ações tiveram início em Imperatriz no mesmo período que a UFMA aderiu ao SISU.

*[...] as duas coisas aconteceram muito próximas que foi ali por volta de 2010. Quando foi implantado o SISU, foi também implantado esse serviço e veio atender exatamente esse público que ingressou a partir do SISU. É... com as mudanças que vieram nas políticas de ações afirmativas, trouxe para dentro Universidade um público diferenciado do que se costumava ver dentro da universidade pública e esse público diferenciado ele precisou de mais, né? necessitava mais dessa assistência estudantil, então eu vejo como muito importante, extremamente importante, essencial, significativa para garantir a permanência desse novo perfil de aluno dentro da universidade. (Servidora C).*

A adesão da UFMA ao SISU, o ingresso de estudantes de diferentes localidades, a mudança no perfil social, econômico e cultural dos estudantes são fatores que demandaram, assim como nas IFES de um modo geral, ações para garantia da permanência dos estudantes na universidade. A *Servidora C* afirmou que até o segundo semestre de 2010 desconhecia qualquer atividade relacionada à assistência estudantil no campus de Imperatriz.

O setor, até então nomeado de Assistência Pedagógica, era voltado pra atividades vinculadas à PROEN e contava com três servidores na função de Técnicos em Assuntos Educacionais com formação em pedagogia. As demandas referentes ao SISU ficaram sobre a responsabilidade da Assistência Pedagógica e em seguida, ainda em 2010, foram repassadas

<sup>36</sup>Dados publicados na página do Campus de Imperatriz no site da UFMA (<https://portais.ufma.br/PortalUnidade/imperatriz/index.jsf>).

algumas tarefas relacionadas à assistência estudantil. De acordo com a *Servidora C*, inicialmente não houve qualquer tipo de capacitação ou explicação sobre o que, de fato, se tratava, não se usava o termo assistência estudantil e a demanda a priori era a divulgação para que discentes “carentes” se inscrevessem para receber bolsas.

*[...] comecei a trabalhar com SISU, e aí no ano seguinte, acho que em menos de um ano depois, iniciou as atividades da assistência estudantil e trouxeram essa demanda pra nós, né? lá pro setor. Assim, trouxeram entre aspas, porque nem se falava em assistência estudantil, a gente não usava esse termo né? eu desconhecia. Apenas o diretor da época chegou pra mim num determinado momento e falou, me mostrou um formulário, era um formulário de uma folha, e falou: olha, tem aqui, mandaram de São Luís esse formulário para os alunos se inscreverem pra bolsas. São 20 bolsas e eles vão se inscrever. É pra aluno carente, ainda falou assim “pra aluno carente”, eles vão se inscrever e aí vem uma equipe de São Luís pra fazer a seleção. [...] Então naquele momento a divulgação foi nos murais, a gente colocou lá uns avisos nos murais, avisou mesmo nos setores, né? para os alunos que fossem carentes, né? pra esses alunos que necessitarem desse auxílio, dessa bolsa, procurassem naqueles determinados dias para se inscreverem que ia vim uma equipe de São Luís para selecionar. Foi só o que foi passado, eu nem sabia do que se tratava. E aí depois que eu tomei conhecimento do formulário, que eu vi que que eram perguntas de caráter socioeconômico e descobri que o nome da bolsa era bolsa permanência. [...] Então eu vi que a UFMA meio que tentou se adequar meio que às pressas, ne? Se adequar ao que tava sendo exigido. (Servidora C).*

Em observância à fala da *Servidora C*, percebemos que neste período, a universidade tentava de alguma forma direcionar suas ações de assistência ao estudante para o público-alvo do PNAES, uma vez que as bolsas passaram a ser destinadas a estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica, embora ainda não se utilizasse este termo.

Segundo a *Servidora C*, a seleção foi conduzida por duas servidoras de São Luís. Todavia, o processo se deu de forma aligeirada, sem muito esclarecimento para a equipe do campus, que permaneceu no apoio. Desse modo, 20 estudantes foram selecionados para recebimento de uma bolsa de R\$ 200,00 mensais por um ano, podendo ser renovada por mais um. O estudante deveria prestar contrapartida atuando em um dos setores da universidade. A *Servidora* ressaltou que a referida bolsa já existia, porém era chamada de Bolsa Reitoria e não havia critérios de renda para seleção, os discentes eram convocados conforme a ordem de inscrição feita diretamente na direção do campus.

*Eles sabiam que podiam trabalhar em algum setor da universidade, eles iam na administração, na direção de Centro, colocavam o nome lá numa folha, aí o primeiro que colocava o nome ia sendo chamado quando ia surgindo vaga. E aí ia seguindo essa ordem. [...] eu já tinha conhecimento desse tipo de bolsa, quando o diretor me procurou para falar que ia ser diferente, que agora ia ter uma seleção (Servidora C).*

Embora não tenha sido apresentada uma Política de Assistência Estudantil para a equipe destinada a conduzir o trabalho, aos poucos foi se estabelecendo o diálogo com o NAE, pertencente à PROEX, e as ações de assistência estudantil passaram a ser um trabalho paralelo

à função principal do setor, que eram as demandas do SISU. As ações eram realizadas de forma mecânica sem engajamento com a Política de Assistência Estudantil e sem muito planejamento, conforme o relato da *Servidora C*.

Ao passo que a equipe passou a lidar com os estudantes beneficiados, foram identificando outras necessidades, a exemplo de uma ação que viesse suprir a demanda por alimentação, uma vez que Imperatriz não dispunha de RU. Foi então que se teve a iniciativa de estabelecer uma parceria com a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), para que fosse concedida gratuidade no Restaurante Popular para estudantes da UFMA, considerando a proximidade do restaurante com o campus. Firmada a parceria, a equipe, utilizando-se dos mesmos critérios estabelecidos na Bolsa Permanência, selecionou cerca de 15 a 20 estudantes para serem beneficiados com a gratuidade no Restaurante Popular.

*[...] acho que essa foi, assim, a nossa primeira ação enquanto assistência estudantil, já que a universidade ainda não dispunha nessa época de auxílio-alimentação, foi uma forma que a gente encontrou, vendo que era uma necessidade, a gente fez essa parceria com a SEDES né. E aí eles ficaram se alimentando durante esse tempo, acho que dois anos. (Servidora C).*

É importante destacar que neste período, Imperatriz não contava com recurso algum do PNAES para suprir a demanda de alimentação dos estudantes, uma vez que a gratuidade no Restaurante Popular, vinculado ao município, foi uma parceria estabelecida por iniciativa do próprio campus de Imperatriz.

No ano de 2012, o NAE informou à Direção do CCSST sobre a definição da utilização de editais como estratégia de seleção de estudantes para acesso aos benefícios ofertados, período em que as inscrições passaram a se dar de uma forma mais sistematizada. De acordo com a *Servidora C*, embora com alguns avanços neste período e a tentativa de uma melhor organização na condução das ações, foi somente com a criação da PROAES em 2014 que, de fato, houve um grande salto no desenvolvimento das atividades, imprimindo maior significado ao trabalho.

*[...] Hoje eu não vejo como a universidade se manter sem essa Pró-Reitoria, porque eu acredito que ela que garante mesmo a permanência desses estudantes, desse novo perfil de estudante, dentro da universidade. [...] a criação da PROAES foi um grande avanço, claro, junto a isso veio aí a ampliação de vagas, a ampliação de auxílios e bolsas, a ampliação de serviços, então foi uma grande conquista [...] (Servidora C).*

A criação da PROAES, como mencionado anteriormente, representou um marco na Política de Assistência Estudantil da UFMA, sobretudo pela ampliação dos serviços e melhor organização e sistematização das atividades. Em Imperatriz, além da implantação de novos

auxílios e bolsas, como mencionado pela *Servidora C*, a criação da PROAES imprimiu uma identidade ao setor, que passou a ser vinculado à Pró - Reitoria e a conduzir todas as ações voltadas à assistência estudantil, embora com a limitação no quadro técnico.

Carvalho (2016) reforça que as ações de assistência estudantil na UFMA receberam maior atenção somente a partir do ano de 2014, com a criação da PROAES. Segundo a autora:

Pode-se dizer que veio tarde o desenvolvimento de uma política institucional voltada ao combate à evasão, repercutindo negativamente no processo de expansão desta Universidade, especialmente no interior do estado do Maranhão, onde as condições objetivas para desenvolvimento dos cursos, bem como a realidade socioeconômica e trajetória educacional dos estudantes é ainda mais desfavorável. (CARVALHO, 2016, p. 110).

Se considerarmos a adesão da UFMA ao REUNI em 2007 e ao SISU em 2010, a criação da PROAES foi, de fato, tardia frente à demanda proveniente do programa de expansão da universidade. Entendemos que por muito tempo, a assistência estudantil permaneceu conduzida por uma equipe composta por três servidores, os quais se dividiam para cumprimento de demandas também vinculadas à PROEN, uma vez que o setor absorve o trabalho de assistência pedagógica no campus.

Para melhor entendimento da dinâmica de trabalho, consideramos necessária uma abordagem sobre a composição da equipe do Serviço de Assistência Estudantil no Campus de Imperatriz.

### 3.3.2 A equipe de Assistência Estudantil e os processos de trabalho

O campus de Imperatriz dispunha do setor de Assistência Pedagógica, que durante muito tempo limitou-se às demandas relacionadas à PROEN. Com a absorção das atividades vinculadas à assistência estudantil, a equipe, mesmo reduzida, precisou adaptar-se. Os procedimentos eram realizados de forma rudimentar, conforme descrito pela Servidora C, onde a inscrição para os auxílios e bolsas era feita manualmente:

*A gente recebia uma pilha de documentação, a gente tinha que analisar todos, nós mesmos gerávamos o ranking, né... o ranking se baseava principalmente na renda per capita e também levava em consideração o coeficiente de rendimento dos alunos, é um fator que hoje a gente não considera. (Servidora C).*

O processo de seleção dos bolsistas, pelo modo como era conduzido, demandava muito da equipe, haja vista a quantidade de estudantes que buscavam o setor para fazer sua inscrição e o excessivo tempo despendido pelos profissionais durante todo o processo, os quais

não conseguiam desenvolver outras atividades de assistência estudantil para além do gerenciamento de bolsas e auxílios.

A composição de equipes multiprofissionais responsáveis pela implementação da política de assistência estudantil é ainda um desafio, considerando o quadro técnico muitas vezes reduzido. Em Imperatriz, embora as atividades de assistência estudantil tenham iniciado no ano de 2010, somente a partir de 2016, por meio de concurso público, iniciou-se a formação de uma equipe multiprofissional constituída para operacionalizar a política de Assistência Estudantil. Destaca-se que antes da ampliação da equipe, os profissionais eram lotados somente na unidade Centro, devendo os estudantes da unidade Bom Jesus se deslocarem para qualquer tipo de atendimento relacionado à assistência estudantil.

A partir de 2016, a equipe de assistência estudantil do CCSST passou a contar com profissionais de diferentes áreas como Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, o que possibilitou o atendimento de forma mais ampla aos estudantes do campus. A equipe é hoje dividida nas duas unidades Centro e Bom Jesus, conforme apresentado no Quadro 7.

Quadro 7 – Quadro técnico do serviço de Assistência Estudantil - CCSST

| <b>Unidade Centro</b>                | <b>Unidade Bom Jesus</b>       |
|--------------------------------------|--------------------------------|
| 03 Técnicos em Assuntos Educacionais | 03 Pedagogas                   |
| 01 Assistente Social                 | 01 Psicóloga                   |
| 01 Psicóloga                         | 01 Assistente em administração |
| 01 Médica psiquiatra                 |                                |

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados obtidos em entrevista (2021).

A ampliação iniciada em 2016 possibilitou uma atuação para além da concessão de bolsas e auxílios. Todavia, cabe destacar que ainda há limitação no quadro de profissionais, a exemplo de contar com apenas uma assistente social no campus, a qual é lotada na unidade centro.

A partir de 2017, foi elaborado um plano de trabalho para o quadriênio 2017 – 2021. Conforme descrito no referido plano, a Assistência Estudantil no campus é constituída por uma equipe multiprofissional que atende duas grandes competências da Universidade de forma unificada, a saber: a Assistência Pedagógica e a Assistência Estudantil no CCSST.

Percebemos então, que a equipe ainda absorve outras demandas para além da assistência estudantil. A assistência pedagógica, inicialmente função principal do setor, é realizada por profissionais da pedagogia e, conforme o Plano de Trabalho, tem como objetivo “assessorar coordenações de cursos/professores nas ações de planejamento e avaliação nas

dimensões didático-pedagógicas do CCSST” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2019b, p. 1), apresentando como linhas de ação:

- ✓ Orientação e acompanhamento dos processos educativos (planejamento de ensino, avaliação da aprendizagem, indicadores educacionais dos cursos) junto às coordenações de cursos;
- ✓ Coordenação de atividades de ensino voltadas para o Planejamento e Avaliação Institucional do CCSST;
- ✓ Coordenação de atividades de Estágio do CCSST.

As linhas de ação voltadas para a assistência estudantil, por sua vez, consistem em:

- ✓ Acolhimento ao/à Estudante;
- ✓ Diagnóstico de situações que interferem no processo de ensino e aprendizagem;
- ✓ Orientação e encaminhamento de situações-problemas apresentados/as pelos/as estudantes;
- ✓ Diagnóstico das condições socioeconômicas que interferem na permanência dos estudantes na Educação Superior;
- ✓ Execução e acompanhamento das ações do PNAES no CCSST;
- ✓ Desenvolvimento de estratégias e ações para a melhoria do desempenho e autonomia acadêmica dos/as estudantes;
- ✓ Elaboração e execução de projetos e ações de promoção à saúde e bem estar social dos/as estudantes.

Diante de duas grandes demandas, é possível inferir que mesmo com uma equipe composta por dez profissionais de diferentes áreas, ainda é insuficiente para abarcar todas as atividades a que se propõe. A *Servidora C* afirma que:

*[...] hoje nós temos uma equipe multiprofissional que pode atender nas duas unidades, tanto no Centro, como no Bom Jesus. Isso é extremamente importante. Apesar de que ainda acho que para desenvolver mesmo todas as ações que a política prevê, que o plano nacional prevê, que nós temos desejo de fazer, ainda precisaríamos de mais gente agregada aí, uma equipe maior, mais estrutura pra desenvolver tudo que a gente realmente deseja e precisa, que Universidade necessita, que os alunos necessitam. (Servidora C).*

Desse modo, reconhecemos o avanço do campus de Imperatriz quanto à composição da equipe responsável por implementar a assistência estudantil e o planejamento e desenvolvimento das atividades. Porém, diante das demandas destinadas ao setor, seria necessária sua ampliação. De acordo com o *Servidor D*, a consolidação das equipes do Continente ainda é um desafio visto o cenário atual, de não previsão de concurso público e de redução de gastos, indo na contramão do que se deseja e precisa implementar nos campi.

### 3.3.3 Serviços ofertados no âmbito da Assistência Estudantil no CCSST

Em termos de auxílios financeiros e bolsas, o campus de Imperatriz dispõe de vagas para: Auxílio Moradia, Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte, Auxílio Creche, Auxílio Participação em Eventos, Auxílio Emergencial, Auxílio Inclusão Digital, Bolsa Aprimoramento Acadêmico, Bolsa Foco Acadêmico, Bolsa Permanência MEC e Bolsa Atleta.

A concessão dos referidos auxílios e bolsas em Imperatriz segue a mesma definição apresentada na sessão 3.2. Todavia, cabe aqui destacar algumas particularidades referentes ao CCSST.

É inegável que as medidas do PNAES voltadas para auxílios financeiros colaboram com os estudantes em condições socioeconômicas desfavoráveis. De acordo com Betzek (2015, p. 121):

O auxílio financeiro não pode ser considerado o único fator responsável pela permanência discente, porém, ao falarmos de democratização da permanência o auxílio mostra-se um fator de grande relevância, principalmente aos alunos de camadas menos privilegiada.

Todavia, as vagas destinadas ao campus de Imperatriz não conseguem atender a todos que delas precisam, deixando todo semestre um cadastro de espera expressivo, visto que as seleções são realizadas para formação de lista de espera e os discentes são convocados conforme a disponibilidade de vagas. Devido ao número limitado destas, muitos estudantes, mesmo com a solicitação deferida, permanecem na lista de espera. Caso não sejam convocados até a publicação dos próximos editais e mantiverem o interesse, deverão concorrer novamente.

A cidade de Imperatriz, por ser um polo universitário, recebe muitos estudantes oriundos de municípios vizinhos ou até mesmo de outros estados, demanda que se tornou mais expressiva após a adesão da UFMA ao SISU. A solicitação para Auxílio Moradia é significativa, porém o número de vagas disponibilizadas a cada semestre é muito inferior à demanda, o que faz com que estudantes que, embora atendam ao perfil estabelecido pelo PNAES e cumpram os critérios definidos em edital, permaneçam na fila de espera. Conforme relato da servidora:

*[...] a localização geográfica de Imperatriz favorece que a gente receba alunos de muitas cidades vizinhas, e até de outros estados, Pará, Tocantins por exemplo. Nosso público é bem, de muitos alunos que vem de fora. Esses alunos normalmente precisam se manter na cidade. Então eles vão precisar mais de moradia, de transporte, de alimentação, de tudo. Então eu penso que é pouco o número de auxílios e bolsas disponibilizadas para o número de alunos que realmente precisam. A gente vê isso pelas solicitações, e isso ao longo do tempo foi crescendo bastante. (Servidora C).*

De acordo com entrevista realizada com a *Servidora C*, foi cogitada a implantação de uma Residência Universitária no Campus de Imperatriz, sendo, inclusive, realizada seleção para a referida modalidade do Auxílio Moradia Estudantil. Todavia, em junho de 2016, o Pró-Reitor de Assistência Estudantil da época, em reunião com técnicos do CCCST, direção de campus e alguns discentes, propôs que os estudantes selecionados recebessem o auxílio alimentação de R\$ 300,00 e o auxílio moradia pecuniário no valor de R\$ 400 ao invés da instituição oferecer a Casa do Estudante em Imperatriz, com a justificativa de falta de verba para garantir uma residência universitária adequada. A proposta foi aceita pelos discentes e desde então, os que foram selecionados na época passaram a receber a quantia de R\$ 700,00.

O campus permaneceu ofertando apenas o Auxílio Moradia na modalidade prestação pecuniária, conforme declarado pela *Servidora C* “*Nós não temos Residência Universitária em Imperatriz, mas nós temos o auxílio Moradia Pecuniário que é de grande importância*”. Tal conjuntura evidencia a desresponsabilização do poder público em ofertar moradia digna, com todo o aparato necessário, aos universitários que dela necessitam. Segundo Rêgo e Silva (2015), esta opção leva à dimensão individual dos estudantes a responsabilidade por sua moradia. Em Imperatriz, em razão da realidade imobiliária da cidade, é comum os estudantes dividirem o aluguel e as demais despesas com moradia com outros discentes.

Sobre o Auxílio Alimentação, embora dispondo de RU, os estudantes da unidade Bom Jesus recebiam a prestação pecuniária no valor de R\$ 300,00 ao invés da gratuidade no restaurante. Todavia no ano de 2018, este valor foi reduzido para 150,00, o valor foi calculado tomando por base o preço da refeição no RU, sendo suficiente para arcar com despesas de almoço e jantar. Dessa forma, era possível atender a um maior número de estudantes. Porém, a redução no valor do auxílio gerou insatisfação nos beneficiários, uma vez que muitos utilizavam o auxílio para arcar com outras despesas como transporte, considerando que a unidade Bom Jesus é localizada em um bairro afastado e de difícil acesso e o referido auxílio não é cumulativo com o Auxílio Transporte.

No ano de 2020 foi publicado o primeiro edital na modalidade RU para o referido campus, desse modo, os estudantes da unidade Bom Jesus podem concorrer à gratuidade no restaurante, enquanto os da unidade Centro permanecem recebendo a prestação pecuniária. Cabe destacar que em razão da suspensão das atividades acadêmicas presenciais devido à pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), o RU não está funcionando e os estudantes selecionados nesta modalidade estão recebendo a quantia de R\$ 150,00.

O Auxílio Creche, por sua vez, teve seu primeiro edital em 2018 com a oferta de 10 vagas para Imperatriz, aumentando gradativamente para 30. A equipe de Assistência Estudantil

promoveu uma roda de conversa com estudantes com filhos de 0 a 6 anos ou que sejam responsáveis legais para elucidar sobre o Auxílio Creche em 2018. Todavia, a busca pelo auxílio não é expressiva, o que faz com que os estudantes que solicitam e que atendem aos critérios estabelecidos em edital, sejam atendidos.

Além da oferta de bolsas e auxílios financeiros, feita com o acompanhamento da PROAES e regulamentada por meio de editais, o campus de imperatriz desenvolve ações destinadas a todos os estudantes, independente de critérios socioeconômicos. Tais ações envolvem uma dimensão biopsicossocial e pedagógica que deve ser considerada na trajetória acadêmica dos estudantes. Cabe destacar, que em razão da UFMA não ter um regulamento próprio da assistência estudantil e, portanto, não ter diretriz para ações desta natureza, estas iniciativas são pensadas e executadas individualmente no campus de Imperatriz.

A equipe de assistência estudantil de Imperatriz desenvolve ações de promoção à saúde e bem estar dos estudantes por meio de atividades educativas realizadas com temáticas diversas, conforme planejamento de cada ano. Segundo a *Servidora C*, a equipe desenvolve:

*Ações de promoção à saúde e bem-estar do estudante com projetos, com as atividades que visam promover saúde e bem-estar, porque a gente acredita que isso também está relacionado a contribuir para a permanência dele na instituição né, ver o estudante como um todo, e não só como o indivíduo que precisa daquele auxílio financeiro.*

As atividades abrangem as campanhas sobre saúde mental e prevenção ao suicídio; campanhas relativas à saúde da mulher e do homem; atividades em alusão ao mês dedicado ao incentivo ao aleitamento materno; mobilização quanto à luta contra HIV, Aids e outras infecções sexualmente transmissíveis com a realização de testes rápidos e rodas de conversa; atividade referente ao dia da mulher; dentre outras. Destaca-se que, para a realização das atividades, a equipe estabelece parcerias com profissionais de outros órgãos, sobretudo da rede municipal. São, então, realizadas rodas de conversa, palestras, panfletagem, sarau, realização de exames na área do campus, dentre outros.

A atenção à saúde do estudante é uma das áreas indicadas pelo PNAES para desenvolvimento de ações nas IFES. Entendendo a necessidade de problematizar no meio universitário as questões relacionadas à saúde, é que o campus de Imperatriz realiza atividades com orientações e prevenção com foco na qualidade de vida, contemplando à finalidade do programa que é ampliar as condições de permanência dos discentes da educação pública federal de forma qualitativa.

Destaca-se que todas as atividades de caráter coletivo são realizadas com o apoio dos Centros Acadêmicos (CA's) do CCSST. Periodicamente, a equipe de assistência estudantil

se reúne com os representantes dos CA's para planejar as ações e discutir questões pertinentes aos cursos.

*Eu acho também uma coisa muito importante a parceria com os Centros Acadêmicos, com a representação estudantil. Com os representantes a gente tem uma relação muito estreita, onde eles colaboram muito conosco, nas nossas ações, a gente ouve as demandas deles. Eles também ajudam um pouco a gente, reproduzindo e passando adiante as nossas atividades, aquilo que a gente desenvolve nos serviços. (Servidora C).*

A parceria mencionada contribui para o andamento das atividades tanto dos Centros Acadêmicos, que contam com o apoio da equipe em relação às suas demandas, quanto para o desenvolvimento do PNAES no campus, considerando que a representação estudantil além de participar do planejamento e execução das ações, é um importante meio para divulgar os serviços ofertados para os discentes dos respectivos cursos.

O Serviço de Assistência Estudantil do CCSST dispõe ainda de apoio pedagógico ao estudante. A orientação pedagógica é realizada de forma individual ou coletiva, visando à superação de fragilidades ligadas ao processo de ensino-aprendizagem. O Serviço Social, por sua vez, além de prestar orientação sobre os auxílios e bolsas, participando do gerenciamento destes no Campus, realiza orientação sobre como acessar os direitos sociais e realiza encaminhamentos aos serviços públicos da rede socioassistencial (Saúde, Previdência Social e Assistência Social). Cabe destacar que o CCSST dispõe de apenas uma profissional do serviço social, a qual atua na unidade centro e dá suporte à unidade Bom Jesus.

Além das atividades mencionadas, o Serviço de Assistência Estudantil do campus de Imperatriz dispõe do Núcleo de Apoio Psicológico (NAPSI), que atua em uma perspectiva educacional, direcionando suas orientações para os desafios inerentes à vida acadêmica, conforme será apresentado no subitem 3.3.3.1.

Dentre as atividades periódicas, a equipe realiza a recepção aos calouros semestralmente, promovendo um momento de conversa e orientação em todas as turmas de primeiro período, logo nos primeiros dias de aula. A atividade é realizada com o apoio da Direção de Campus e coordenações de curso com o intuito de apresentar os serviços ofertados no âmbito da assistência estudantil aos calouros, bem como as formas de acessá-los.

A atividade com os calouros, por ser realizada por curso, além de contribuir para a disseminação e esclarecimento de informações sobre os serviços ofertados, possibilita um maior diálogo com os discentes ingressantes. Identificou-se a necessidade a partir de dificuldades quanto aos procedimentos para solicitação dos auxílios e bolsas. Muitos estudantes que atendem ao perfil estabelecido pelo PNAES, não conseguem cumprir as etapas da seleção,

uma vez que apresentam dificuldades para responder o Cadastro Único<sup>37</sup> ou não entendem como se dá o processo, mesmo com acesso às regras do edital. O que resulta, muitas vezes, em indeferimento da inscrição.

Sobre as ações relacionadas ao esporte, cultura e lazer no CCSST, embora com a recente Bolsa Atleta, que atende por meio de auxílio financeiro a estudantes que estejam vinculados às seleções esportivas da UFMA, não foram identificadas programações sistemáticas vinculadas à assistência estudantil que atendam as áreas mencionadas. Assim como não há ações voltadas para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Percebemos, desse modo, que a UFMA, com destaque para o campus de Imperatriz, não atende a todas as áreas propostas no texto do programa. Embora com avanços gradativos, a política institucional ainda se encontra em um processo de construção, a exemplo do Regulamento da Assistência Estudantil, que está em fase de discussões para elaboração. Segundo a Servidora:

*Desde o início até agora vem sendo uma conquista. Eu acho que muita coisa ainda precisa ser melhor atendida, mas eu penso que ao longo do tempo vem gradativamente atendendo a esses critérios e muita coisa a gente tem feito por iniciativa própria aqui no campus de Imperatriz. (Servidora C)*

Infere-se que, conforme identificado nas entrevistas realizadas, há no campus de Imperatriz a tentativa de trabalhar o estudante para além da dimensão financeira, reconhecendo-o enquanto sujeito de múltiplas necessidades em sua trajetória acadêmica. Embora, ainda sejam enfrentadas algumas limitações, tanto no que se refere ao quadro técnico, seja pela necessidade de mais profissionais e de capacitações, como em relação à estrutura física para realização das atividades. A seguir, descreveremos sobre o serviço de apoio psicológico realizado no campus de Imperatriz.

---

<sup>37</sup> O (a) discente deve aderir ao Cadastro Único, que consiste em responder um questionário socioeconômico para efetuar a solicitação do auxílio por meio do SIGAA. Conforme as informações declaradas, obterá uma pontuação estabelecida a partir dos indicadores de vulnerabilidade socioeconômica estabelecidos pela PROAES.

### 3.3.3.1 Núcleo de Apoio Psicológico - NAPSI

O NAPSI faz parte do Serviço de Assistência Estudantil do CCSST – Imperatriz, dispõe de duas psicólogas, uma em cada unidade do campus, que desenvolvem o serviço de apoio psicológico. “O Serviço de psicologia atua em uma perspectiva educacional, direcionando suas ações para os desafios inerentes à vida acadêmica.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2019d, p. 1). Nesse sentido, a equipe dispõe de 02 profissionais de psicologia que atuam junto à equipe multidisciplinar no sentido de acolher os estudantes em sua integralidade.

O fortalecimento da política de assistência estudantil pressupõe a execução de um serviço que identifique as fragilidades das relações de ensino-aprendizagem e desenvolva ações contínuas de acompanhamento junto aos estudantes, tanto na sua saúde física como mental, pois são diversas as variáveis que interferem na qualidade da vida acadêmica e que precisam ser trabalhadas.

As ações destinadas ao apoio psicológico na UFMA, campus Imperatriz, tiveram início no final do ano de 2016, quando pela primeira vez foi nomeada uma profissional de psicologia para o campus, a qual atendia as duas unidades, Centro e Bom Jesus. Após sua redistribuição para outra universidade no ano de 2018, o CCSST passou a contar com outras duas profissionais da área. No que se refere ao desenvolvimento das ações, em entrevista realizada com a *Servidora E*, a mesma informou que:

*A partir de 2018 iniciamos nossas ações, falo nós incluindo a outra psicóloga do campus. Acredito que de 2018 pra cá, as ações tem sido desenvolvidas de forma bem integrada na equipe, porque quando nós entramos, a equipe tinha acabado de passar por uma reformulação. Não tinham alguns profissionais, na verdade, tinha pouquíssimos profissionais e aí acabava ficando um serviço muito restrito às questões de bolsas e auxílios mesmo, porque não tinham servidores suficientes pra desenvolverem outras ações. Com essa reformulação da equipe, com a chegada da assistente social, de psicólogas, de outras pedagogas, nossa equipe ficou bem maior em quantidade e a partir daí a gente buscou fazer uma articulação entre nós. Eu acredito que a assistência estudantil então, pelo menos nesse contexto, passou a proporcionar um serviço mais ampliado, né? além das bolsas e auxílios que sempre estiveram presentes, são importantes e necessários, nós também passamos a focar em ações de âmbito coletivo em saúde mental, em ações que pudessem contribuir para o bem-estar e o desenvolvimento saudável dos alunos no contexto acadêmico e que contribuísse pra que a universidade fosse um ambiente de fato saudável, um ambiente acolhedor.*

Entendemos que a proposta de um atendimento mais abrangente no campus de Imperatriz se articula interrelacionalmente com a perspectiva de uma política para além de ações focalizadas. Apesar da luta pelo avanço na capacidade de atendimento, reconhecemos o

modelo de coexistência na UFMA, campus Imperatriz, de uma assistência estudantil com ações seletivas, mas também universalistas, como é o caso do apoio psicológico, dentre outras ações.

Os atendimentos no âmbito do NAPSI são realizados a partir de demandas espontâneas ou por encaminhamento de professores e/ou coordenadores de curso. Existe uma alta demanda no que se refere aos atendimentos individuais, a despeito de ser um serviço pautado na psicologia escolar, não tendo como foco a prática clínica. Nesse sentido, a atuação é voltada aos diversos atores da comunidade acadêmica, conforme relatado pela Servidora:

*[...] Esse acompanhamento individual é um dos fortes, na verdade é uma das principais demandas do serviço de psicologia, apesar de que uma das nossas preocupações é deixar claro que não é um serviço de psicoterapia, não é um serviço que tem como foco um acompanhamento psicoterapêutico, aquilo que encontramos nos consultórios e clínicas de psicologia. Na verdade, a psicologia escolar que desenvolvemos na universidade compreende a importância sim desse acolhimento individual, nós fazemos esse acolhimento e acompanhamento de demandas do contexto universitário também, mas entendemos que também é importante dialogar com outros setores da universidade. É importante trazer para o diálogo os professores que estão naquele contexto ali dos alunos para que eles também estejam alinhados com relação às demandas que chegam e que tem relação com o trabalho docente, também com questões da própria direção, as vezes precisamos trazer alguns diálogos com o diretor, com as pessoas que estão ali na gestão superior. Pra que seja um serviço que não se torne algo individualizado, pra que a gente não incorra no erro de colocar no aluno o principal problema, como se ele fosse o único responsável pelo fracasso dele ali no contexto acadêmico e nós entendemos que não, que na verdade todos os fatores, todas as pessoas que estão envolvidas contribuem de alguma forma pro desenvolvimento do aluno e aí a gente precisa intervir em todos esses contextos. (Servidora E).*

Identificamos na fala da entrevistada uma preocupação com a construção de espaços de interlocução com demais atores do contexto acadêmico para que seja possível favorecer experiências educativas bem sucedidas na universidade. Nesse sentido, Marinho-Araújo (2010, p. 30) aponta que “os psicólogos escolares vêm se utilizando de vários procedimentos em suas atuações na escola: observação do contexto da sala de aula e de seus processos e relações em contraponto às observações individualizadas no aluno.” Entende-se a importância de não atribuir somente ao discente as intercorrências que surgem durante sua trajetória na universidade, uma vez que o próprio meio acadêmico pode ser um potencializador de situações que interferem na sua permanência.

Segundo a *Servidora E*, quando identificada a necessidade de atendimento psicoterapêutico, os estudantes são encaminhados para a rede de saúde mental do município. Por isso, realizou-se o mapeamento da rede de saúde mental do município no intuito de identificar a forma de funcionamento dos serviços e desenvolver parcerias para o adequado encaminhamento de estudantes da universidade. Os encaminhamentos também podem ser realizados para os serviços privados a depender da situação socioeconômica do estudante.

*[...] Nós fizemos um mapeamento da rede de saúde mental, chegamos a ir no CAPS, o ambulatorial e o CAPS 3 justamente pra gente já direcionar os alunos de forma mais clara, saber como eles poderiam ser atendidos lá. Quando os alunos precisam, fazemos o encaminhamento pro serviço de saúde mental público e quando o aluno tem a possibilidade, quando tem o plano de saúde ou pode ter um serviço particular, fazemos o encaminhamento pro privado. (Servidora E).*

Segundo a Servidora E, uma das dificuldades encontradas ao ingressar na UFMA foi a falta de orientação sobre o trabalho da psicologia, uma vez que não há regulamento ou sistematização das atividades de um modo geral.

*Essa foi uma dificuldade que nós encontramos logo no ingresso no serviço, nós ficamos ... em que aspectos deveríamos agir? quais seriam as áreas de intervenção? porque existem várias realidades. No campus de São Luís existem diversas pró-reitorias e existem psicólogos em várias dessas pró-reitorias. Tem psicólogos pra atender gestão de pessoas, tem psicólogos na assistência estudantil, tem psicólogos que lidam com a questão da acessibilidade. [...] Nos campi do Continente a realidade é diferente porque normalmente é 01 psicólogo e no caso de Imperatriz somos duas porque são duas unidades, mas não se tem uma definição clara sobre em qual área vamos agir, porque existem demandas as vezes de ordem de gestão de pessoas, de ordem organizacional, existem demandas de acessibilidade, várias demandas da própria assistência estudantil, da PROEN, a gente já recebeu demandas de todos esses setores, o que as vezes dificulta mesmo o bom andamento do trabalho, porque a gente quer direcionar pra um foco, que é o da assistência estudantil mesmo, mas chegam essas demandas e pelo fato de ter psicólogas no campus, a UFMA como um todo, a parte gestora, entende que nós somos aptas e precisamos atender a todas as demandas, que são diversas, diferenciadas.*

A Servidora E mencionou que, no final de 2020, iniciou-se um movimento de sistematização do serviço de psicologia que partiu da própria inquietação dos profissionais da UFMA, porém é algo que ainda precisa passar por discussões e reflexões conjuntas. Sobre o perfil dos estudantes atendidos pelo NAPSI, identificamos que são estudantes, em sua maioria, pertencentes à classe trabalhadora, alguns atendidos pelos auxílios e bolsas da assistência estudantil.

*A maior parte dos alunos ou já são pessoas bolsistas da assistência estudantil ou são alunos de baixa renda, apesar de as vezes não serem contemplados pelas bolsas. Sabemos que existe um número limitado de bolsas que não atende, infelizmente, a todos os estudantes que necessitam. As vezes atendo alunos que estão em situação de vulnerabilidade e eles falam que fizeram a tentativa pra conseguir a bolsa e não conseguiram. As vezes estão passando por situações bem específicas e delicadas, e a gente precisa até fazer esse diálogo com o serviço social de pensar alguma estratégia, a possibilidade de buscar um auxílio emergencial pra uma situação específica, por isso é importante essa comunicação mesmo com a equipe. [...]. Acredito que os alunos que não se encaixam nesse perfil, as vezes optam por buscar algum outro profissional, por plano ou particular mesmo, mas atendo, recebo e acompanho também, mas é um grupo menor. (Servidora E).*

Nesse cenário, identificamos a expressividade do quantitativo de estudantes de baixa renda que buscam o apoio psicológico, em detrimento de uma minoria que possui melhores condições financeiras, o que pode estar relacionado à facilidade de buscar

atendimento em outros locais, como destacou a *Servidora E*. Cabe ressaltar que, embora os estudantes de baixa renda sejam os principais usuários do NAPSÍ, não se trata de um atendimento seletivo como acontece com a concessão de bolsas e auxílios, ou seja, todos os estudantes que buscarem o serviço, serão atendidos.

As informações obtidas apontam que a implantação do NAPSÍ, nesse contexto de ampliação do quadro profissional da equipe, possibilitou um serviço de maior abrangência para a assistência estudantil do CCSST, que teve suas ações ampliadas para além do processo de bolsificação e considerando os discentes em sua integralidade enquanto sujeitos de direito, embora ainda existam muitos desafios a serem superados.

No próximo capítulo analisaremos o desenvolvimento das ações do PNAES no atendimento aos estudantes do curso de pedagogia contemplados pelas ações da assistência estudantil no campus de Imperatriz.

#### **4 O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO PNAES NO ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DO CCSST EM IMPERATRIZ - MA**

Optou-se, nesta pesquisa, pela análise do atendimento aos estudantes do curso de Pedagogia da UFMA, campus Imperatriz, contemplados pelas ações da assistência estudantil entre os anos de 2017 a 2020.

Com o intuito de garantir a não identificação dos sujeitos investigados na divulgação dos resultados da pesquisa, conforme consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver Apêndice A), os estudantes entrevistados são aqui denominados pela palavra Discente seguida da letra inicial do seu nome, não obedecendo uma ordem alfabética. Os graduados, por sua vez, são mencionados pela palavra Egresso seguida da letra inicial do seu nome, também não obedecendo uma ordem alfabética.

A escolha pelo curso de Pedagogia se deu em razão da vinculação do Mestrado Profissional de Formação Docente em Práticas Educativas ao referido curso, bem como pela sua relevância na formação de professores na região Tocantina e na contribuição para formação de profissionais no campo da gestão.

Para descrição do curso de Pedagogia do CCSST, UFMA, Imperatriz, fizemos uso do seu Projeto Pedagógico do Curso (PPC), aprovado pela Resolução 1504 – CONSEPE de 2016<sup>38</sup>. A gênese do referido curso surge em meio ao processo de ampliação das políticas educacionais de interiorização do Ensino Superior nas universidades públicas brasileiras, dando início à sua primeira turma no primeiro semestre de 1980. Historicamente, sua origem está ligada à própria criação do Campus de Imperatriz. Destaca-se que inicialmente era vinculado ao Curso de Pedagogia da sede em São Luís, sendo criado como uma extensão deste.

O curso tem como objetivo através do (Art. 2º, Resolução 1504 – CONSEPE/2016), “formar profissionais para atuar no Magistério da Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Gestão de Sistemas Educacionais e Escolas.” (BRASIL, 2016, p. 1). Assim, a formação do profissional graduado em Pedagogia no CCSST/ UFMA traz como identidade a docência, a gestão e a pesquisa.

Desde o início das atividades o curso dispõe da presença de estudantes oriundos de diversos municípios próximos, dentre os quais podem ser citados: Açailândia; Senador La Rocque; João Lisboa; Porto Franco (no Maranhão), e Bela Vista, Sítio Novo, São Miguel e Araguatins (no Estado do Tocantins), dentre outros. Esta realidade, a qual abrange o encontro

---

<sup>38</sup> Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, vinculado ao Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia, campus Imperatriz e dá outras providências.

de diversas culturas, indica a possibilidade da construção de um processo formativo melhor contextualizado na região Tocantina.

O curso funcionava somente no turno noturno até o ano de 2018, quando pela primeira vez, no segundo semestre, passou a ofertar vagas no turno matutino, alteração mencionada na Resolução 1666- CONSEPE, 27 de novembro de 2017<sup>39</sup>. A partir de então, a entrada de novos discentes passou a acontecer em turnos alternados. No primeiro semestre de cada ano as novas vagas são ofertadas no turno noturno, ao passo que no segundo semestre as vagas são concedidas no turno matutino.

No item seguinte, abordaremos sobre o alcance dos serviços de assistência estudantil aos estudantes do curso de pedagogia.

#### **4.1 Demanda e oferta de serviços da assistência estudantil no curso de pedagogia**

Sobre a demanda por ações de assistência ao estudante e o seu atendimento no que se refere à concessão de bolsas e auxílios, recorreu-se às publicações de classificações na página da PROAES no site da UFMA ([www.ufma.br](http://www.ufma.br)), bem como aos dados registrados no módulo de assistência ao estudante do SIGAA disponibilizados pela equipe do Setor de Assistência Estudantil do Campus de Imperatriz.

Na Quadro 8 a seguir, é apresentado o quantitativo de solicitações de bolsas e auxílios realizadas por estudantes do curso de pedagogia, e destas quantas foram atendidas. As informações correspondem ao período de 2017, ano em que se aprimorou o Módulo de Assistência ao Estudante no SIGAA (implantado em 2016), a 2020, ano da última seleção realizada.

---

<sup>39</sup> Altera os artigos da Resolução 1504, CONSEPE, de 18.10.2016, que aprova o Projeto, Político Pedagógico, vinculado ao Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia, Campus Imperatriz e dá outras providências.

Quadro 8 - Quantitativo de inscrições e atendimentos de bolsas e auxílios no período de 2017 A 2020 – curso de Pedagogia

| Auxílios/Bolsa                 | 2017.1     |              | 2017.2     |              |
|--------------------------------|------------|--------------|------------|--------------|
|                                | Inscritos  | Beneficiados | Inscritos  | Beneficiados |
| Auxílio Alimentação Pecuniária | 7          | 0            | 8          | 1            |
| Auxílio Moradia Pecuniária     | 5          | 0            | 5          | 2            |
| Auxílio Transporte             | 12         | 1            | 10         | 0            |
| Bolsa Permanência              | 9          | 2            | 8          | 2            |
| <b>Total</b>                   | <b>33</b>  | <b>3</b>     | <b>31</b>  | <b>5</b>     |
| Auxílios/Bolsa                 | 2018.1     |              | 2018.2     |              |
|                                | Inscritos  | Beneficiados | Inscritos  | Beneficiados |
| Auxílio Alimentação Pecuniária | 11         | 1            | 27         | 5            |
| Auxílio Moradia Pecuniária     | 5          | 0            | 14         | 2            |
| Auxílio Transporte             | 14         | 1            | 29         | 3            |
| Bolsa Permanência              | 16         | 2            | 14         | 2            |
| Auxílio Creche                 | 3          | 2            | 7          | 5            |
| Bolsa Foco Acadêmico           | 11         | 3            | -          | -            |
| <b>Total</b>                   | <b>60</b>  | <b>9</b>     | <b>91</b>  | <b>17</b>    |
| Auxílios/Bolsa                 | 2019.1     |              | 2019.2     |              |
|                                | Inscritos  | Beneficiados | Inscritos  | Beneficiados |
| Auxílio Alimentação Pecuniária | 36         | 7            | 37         | 9            |
| Auxílio Moradia Pecuniária     | 13         | 3            | 12         | 0            |
| Auxílio Transporte             | 39         | 1            | 36         | 1            |
| Bolsa Aprimoramento Acadêmico  | 17         | 2            | 22         | 0            |
| Auxílio Creche                 | 4          | 1            | 12         | 9            |
| Bolsa Foco Acadêmico           | 18         | 6            | -          | -            |
| <b>Total</b>                   | <b>127</b> | <b>20</b>    | <b>119</b> | <b>19</b>    |
| Auxílios/Bolsa                 | 2020.1     |              | 2020.2     |              |
|                                | Inscritos  | Beneficiados | Inscritos  | Beneficiados |
| Auxílio Alimentação Pecuniária | 20         | 8            |            |              |
| Auxílio Moradia Pecuniária     | 8          | 0            |            |              |
| Auxílio Transporte             | 32         | 0            |            |              |
| Bolsa Aprimoramento Acadêmico  | 18         | 2            |            |              |
| Auxílio Creche                 | 5          | 3            |            |              |
| Bolsa Foco Acadêmico           | 12         | 4            |            |              |
| <b>Total</b>                   | <b>95</b>  | <b>17</b>    |            |              |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados cedidos pela UFMA.

Quadro 9 – Total de inscritos e beneficiados por semestre/ano

| Ano/Semestre | 2017.1 | 2017.2 | 2018.1 | 2018.2 | 2019.1 | 2019.2 | 2020.1 |
|--------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Inscritos    | 33     | 31     | 60     | 91     | 127    | 119    | 95     |
| Beneficiados | 3      | 5      | 9      | 17     | 20     | 19     | 17     |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados cedidos pela UFMA.

Destaca-se o fato de que embora alguns auxílios/bolsas não sejam cumulativos, cada estudante pode se inscrever para as modalidades que desejar, conforme seu perfil. Todavia, uma vez deferida sua solicitação, o estudante será inserido no que melhor atende sua

necessidade, um dos fatores que justifica a quantidade de inscritos ser significativamente superior à de beneficiados, conforme apresentado no Quadro 9. Soma-se a isso o número limitado de bolsas e auxílios, o que faz com que muitos estudantes que solicitam, mesmo atendendo ao perfil estabelecido no PNAES, não sejam beneficiados.

Sobre a quantidade de bolsas e auxílios concedidos, a *Servidora B* ressalta que a disponibilização para cada campus segue uma divisão histórica a partir da quantidade de discentes.

*[...] nós temos programas divididos entre os campi com vagas disponíveis para os alunos que são divididas de acordo com o número de discentes. Na verdade, a gente vem seguindo uma divisão histórica, né? a gente tá dando prosseguimento ao número de bolsas que já vinha sendo praticado nos campi. (Servidora B).*

Desse modo, identificamos que a quantidade de bolsas e auxílios destinada para a maioria dos programas não tem sofrido alteração e não acompanha a demanda cada vez mais crescente, embora se reconheça os avanços do desenvolvimento do PNAES a nível nacional e local. Conforme a *Servidora B*, há campus menores, como o da cidade de Balsas, em que o recurso destinado é suficiente para atender a demanda, diferente da realidade de campus como o de Imperatriz.

*A gente tem um contingente muito grande de alunos que precisam da assistência estudantil e não são assistidos, um exemplo são nossos cadastros de reserva [...]. O recurso é um desafio, a gente tem uma demanda grande, crescente, a cada semestre entram alunos. A gente tem uma coisa boa que é o fato de que muita gente em situação de vulnerabilidade consegue entrar na universidade. Por outro lado, esses alunos precisam ser assistidos e nem sempre são. E a gente tem alunos que se perderem a bolsa, não ficam na universidade. Isso é um problema. (Servidora B).*

A realidade de cortes no orçamento do PNAES vivenciada no contexto atual implica na dificuldade ainda maior para a ampliação da oferta de auxílios financeiros, prova disso é o aumento no cadastro de reserva já mencionado pela *Servidora B*, bem como para ações de maior abrangência, como os Restaurantes Universitários e Residências Universitárias, o que é preocupante considerando que a busca pelos serviços é contínua e crescente.

Observando o Quadro 8, o ano de 2018 apresenta um volume maior de inscrições quando comparado ao ano de 2017, pois, a partir deste ano a universidade passou a conceder pela primeira vez o Auxílio Creche (ver página 75) a estudantes que atendem ao perfil estabelecido em edital. Ainda em 2018, houve retorno da seleção para a Bolsa Foco Acadêmico (ver página 80), realizada pela última vez no ano de 2016.

O acréscimo no número de inscrições seguiu em 2019, ano em que a equipe multiprofissional do campus de Imperatriz passou a fazer uma atividade em cada turma ingressante para apresentar a política de Assistência Estudantil desenvolvida na UFMA, o que

pode ter contribuído para uma maior busca por parte dos estudantes. Na ocasião é feita a apresentação da equipe, dos serviços ofertados no Campus, das bolsas e auxílios concedidos, a descrição dos procedimentos para participar da seleção dos auxílios e bolsas, dentre outras informações pertinentes sobre a assistência estudantil. O produto desta pesquisa (vídeos cartelados) contribuirá para a referida atividade com os calouros.

O ano de 2020 foi marcado pelo início da pandemia do novo coronavírus (SARS-COV-2 - COVID-19) e pela necessidade de estabelecer ações de proteção devido à proliferação do vírus. Desse modo, houve a suspensão das atividades presenciais e reorganização do cronograma da seleção para bolsas e auxílios, bem como publicação de edital do auxílio inclusão digital para empréstimo de *hardware* (tablet) e concessão de pacote de dados para acesso às aulas remotas. Com a reorganização houve apenas uma seleção no ano de 2020.

Conforme observado no Quadro 8, houve uma leve redução no número de inscrições se comparado ao ano de 2019. Ressalta-se que todo o procedimento para a seleção em 2020 foi online, desde a inscrição à entrega de documentações, o que pode ter interferido na dificuldade dos estudantes durante a realização do processo, sobretudo os ingressantes. Conforme apontado pela *Discente M.F.*:

*Eu tive o prazer de pegar período presencial, então eu conheci de pertinho a Assistência Estudantil, me auxiliaram direitinho. Mas tem muitos alunos que já entraram no período da pandemia, eu acredito que a forma como eu vejo a Assistência Estudantil é diferente da forma que eles veem, porque o acesso deles é totalmente diferente e eu acredito que deve existir bastante dúvidas na cabeça deles sobre o que é, sobre o que podem ser auxiliados e de que forma, a forma de acesso, porque é muito complicado esse período de pandemia. Presencial é totalmente diferente do online, né? Tem muitas coisas que não tem como, fica a desejar. (Discente M.F.)*

Destaca-se na fala dos entrevistados que, neste período de pandemia, a equipe técnica da Assistência Estudantil tem buscado estratégias para melhor disseminação das informações via páginas da internet e atendimento por e-mail ou telefone. Todavia, como destacado pela *Discente M.F.*, o atendimento remoto pode não conseguir atender à necessidade dos estudantes ingressantes, mantendo o entendimento limitado sobre a Política de Assistência Estudantil na UFMA.

#### **4.2 Olhares sobre o desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil**

Os processos de percepção e avaliação de uma política pública por parte dos usuários é um importante elemento de análise para o desenvolvimento das ações. Aqui trazemos a experiência de estudantes do curso de pedagogia da UFMA, campus Imperatriz, assim como

de egressos do curso que foram beneficiados pela assistência estudantil, apresentando o seu olhar sobre a política, sua trajetória enquanto usuários e os desafios que identificaram ao longo de sua experiência.

Ao ingressar na UFMA, o estudante universitário se depara com um novo contexto. Em muitos casos, é a primeira experiência com o Ensino Superior, não estando familiarizado com tudo que a vida acadêmica proporciona. Até o ano de 2018, o primeiro contato da equipe multiprofissional do campus de Imperatriz com os discentes ingressantes era realizado durante a recepção institucional de calouros em conjunto com os demais setores da universidade, de forma rápida e sem oportunidade para uma maior interação neste contato inicial.

A iniciativa de realizar um momento com cada curso de forma individual a partir do ano de 2019 facilitou o diálogo com os estudantes ingressantes e o esclarecimento de dúvidas sobre os procedimentos. A Discente A.B., a qual ingressou na universidade no primeiro semestre de 2017, quando ainda não eram feitas atividades nas turmas de calouros, relatou sobre as dificuldades dos ingressantes.

*Acho que essa questão da assistência estudantil, desde o início quando vem a entrada dos calouros deveria ter tipo uma programação mais livre, uma linguagem mais fácil pros alunos, colocassem os alunos ali pra participar daquilo, porque é como te falei, não é todo aluno que quer falar assim: “Eu passo essa dificuldade, em casa, não tenho condições de fazer isso”, porque é um desconforto, não é fácil você falar que você tá vulnerável com uma coisa, sabe? Mas eu acho que era mais mesmo sobre essas informações sobre bolsas, vocês fazerem tipo uma programaçãozinha mesmo, uma coisa mais livre, chegar na sala de aula: “olha gente, a gente tem esses programas, é assim... pode juntar essa bolsa com essa bolsa, essa não pode, pode isso, pode aquilo, entendeu? Porque tem muita gente, gente mesmo que entrou comigo, fala assim: “Ah eu não sabia que tinha essa bolsa, eu falo assim: não, mas tem, se inscreve, é assim... vamo ler o edital, ver aqui como que é.” (Discente A.B.).*

Observa-se que a estudante se preocupa com a divulgação das informações a respeito dos serviços da assistência estudantil, uma vez que quando caloura, não teve acesso fácil. Ainda se evidencia uma questão delicada, quando a entrevistada destaca o constrangimento em se apresentar com alguma vulnerabilidade que possa ser assistida pela instituição. De acordo com sua experiência em 2017, afirma que:

*Na verdade, essa questão, até em relação à bolsa, é uma coisa que quando você chega na universidade é muito misteriosa, sabe? você não sabe realmente como funciona. Daí depois que você vai ali conversando com o pessoal, aí você vai entendendo como que é, quem é responsável [...]. (Discente A.B.).*

Entende-se assim, que a publicação de editais nos sites da universidade e sua fixação em murais não é suficiente para o esclarecimento sobre a oferta dos serviços de assistência estudantil na UFMA e nem todos os estudantes se sentem confortáveis em buscar o

setor para demonstrar interesse. Ainda sobre a dificuldade dos ingressantes para acesso aos serviços de assistência estudantil, o *Egresso J* relata que:

*Eu não sabia, até uma crítica que tenho em relação a isso, porque as vezes é divulgado no comecinho do ano, mas quando o edital surge no portal da UFMA, muitas pessoas não tem acesso, não sabem como lidar ainda, esses procedimentos são uma dificuldade. Porque a gente assim que adentra na UFMA, ou em qualquer universidade, a gente adentra muito leigo, e os editais, querendo ou não, são um pouco complexos, você tem que ter determinadas documentações, você tem que entrar no SIGAA, você tem que anexar ali ou você entrega presencialmente. E as vezes as pessoas não se atentam a isso e não conseguem, perdem prazos, enfim... Eu tive um pouco de dificuldade em relação a isso, mas a assistência estudantil me ajudou e eu consegui o auxílio participação em eventos, querendo ou não são bem criteriosos esses auxílios. [...] Eu acho importante esses critérios, mas ao mesmo tempo eu acredito que é necessária uma maior atenção, faltou isso. Por exemplo, muitas pessoas, eu tiro pelos meus colegas de curso, de período, não sabiam da existência dessas bolsas, poucas pessoas sabiam e quando sabiam já estava muito em cima do prazo, pra tá reunindo documentação e aí ficava bastante complicado. (Egresso J).*

Como já mencionado, os programas de auxílios e bolsas são implementados por meio de editais. Além do caráter seletivo, que já limita o acesso, muitos estudantes têm dificuldades na compreensão dos procedimentos da seleção, a exemplo da organização documentações necessárias, o que resulta em indeferimentos de solicitações. Devemos considerar tanto a falta de hábito dos estudantes em relação à leitura e entendimento de editais, sobretudo os ingressantes, quanto o excesso de critérios para comprovação da sua situação socioeconômica familiar, o que muitas vezes faz com que os discentes, mesmo se enquadrando nas exigências do edital quanto ao perfil, não consigam sequer realizar a solicitação.

Quando convocados para entrega de documentação comprobatória da situação socioeconômica familiar declarada no ato da inscrição, os estudantes se baseiam em uma lista de documentos que consta nos editais (ver ANEXO B). A documentação a ser entregue varia conforme cada contexto (fonte de renda, situação de moradia, composição familiar, origem escolar, dentre outros). No entendimento da *Discente A*, o procedimento consiste em uma dificuldade para muitas pessoas.

*As vezes a questão burocrática mesmo se torna um empecilho. No meu caso não foi tão difícil, porque a casa que eu moro é uma casa de programa social já no meu nome, não demandou tanta coisa. Mas as vezes quando o estudante não tem essas coisas no nome dele, daí eles exigem né, tudo. E eu fico imaginando também os estudantes que vem de quilombos, os estudantes de aldeias, como é que ficam essas questões? um dia eu conversando com... eu sou uma indigenista simpatizante e eu gosto de conversar com os indígenas, principalmente esses que vem pras universidades, né? e essa questão burocrática, de papel... tem que ter isso, tem que ter aquilo, as vezes eles são barrados nisso aí, a parte burocrática mesmo. Deveria ser mais fácil um pouquinho, eu sei que a gente vive numa sociedade que as vezes as pessoas fraldam algumas coisas, é até mesmo por uma questão de segurança. Mas pra essas pessoas que são mais vulneráveis, deveriam ter mais uma facilidade nesse sentido de documentação, por conta dessas barreiras mesmo, as vezes alguns até deixam. As vezes a pessoa olha, ver tanta coisa e pensa, eu não vou conseguir isso*

*daí, e já deixa. E se enquadra na condição e as vezes deixa, porque não dá, é muita coisa e termina largando e abrindo mão de um direito que é dele. (Discente A).*

Nesse cenário, encontram-se estudantes que atendem ao perfil indicado no PNAES, mas muitas vezes desistem da inscrição ou têm a solicitação indeferida por não atenderem a todas as exigências do procedimento, seja por ausência de documentação ou erro no ato de responder o cadastro único. Reforça-se a fala da *discente A* sobre necessidade de mais atenção aos povos indígenas e quilombolas, os quais apresentam dificuldade ainda maior quanto aos procedimentos mencionados.

As exigências para a contemplação de bolsas e auxílios e o rigor nas análises socioeconômicas é resultado da natureza focalizada das ações e da prioridade que se dá para a concessão de bolsas financeiras em detrimento da oferta de serviços mais abrangentes, como restaurantes universitários, creches, residências universitárias, entre outros. Na UFMA, os auxílios financeiros não alcançam a todos que deles necessitam, situação ligada também à questão do recurso destinado à política.

Silva e Lima (2012, p. 140) afirmam que:

*O elemento contraditório presente na política de educação superior está no seu caráter ambíguo, inclusiva em alguns aspectos e seletiva em outros. Sua distribuição ainda não está efetivamente posta à disposição do conjunto dos cidadãos sob a égide da igualdade de oportunidades e de condições.*

Uma das estratégias da PROAES para facilitar o acesso do estudante é a proposta de unificação de editais, a qual faz parte das medidas adotadas na gestão atual da PROAES para melhor desenvolvimento das atividades, e que está prevista para publicação no primeiro semestre de 2021, conforme mencionado no capítulo anterior, subitem 3.1.1.

*[...] outra coisa que a gente tá tentando, tá tentando não, que a gente vai fazer, é a unificação dos editais. Então tem uma comissão trabalhando na unificação, pois a gente tem um monte de edital, um monte de coisa repetida. Então a comissão tá trabalhando na perspectiva de juntar aquilo que for mais parecido, que tiver coisas em comum, pra facilitar a vida do aluno também. (Servidora B).*

O relato da entrevistada revela a necessidade de atenção aos estudantes no aspecto da compreensão sobre os procedimentos. A *Servidora B* afirma que há algumas equipes que conseguem realizar mais atividades neste sentido.

*Mesmo com as equipes reduzidas nos campi do Continente, tem muita equipe fazendo coisas interessantes, até pelo número de alunos ser menor também. Tem campus que quando abre edital faz oficina ensinando a ler o edital, a fazer a inscrição, né? Então tem campus que faz algumas coisas que aqui (sede) a gente não consegue fazer. Mesmo em situação normal, quando não estávamos na pandemia, tem dia que a gente não consegue parar de atender aluno. É muita demanda, em época de seletivo a gente abre o auditório pra atender os alunos porque é muito aluno o dia inteiro, todos os dias. (Servidora B).*

Em consonância com a fala da Servidora B, destacamos que, em Imperatriz, a realização da atividade nas turmas de primeiro período a partir de 2019 para apresentação dos serviços refletiu no maior engajamento dos estudantes nos processos seletivos de bolsas e auxílios. Conforme relato dos discentes que ingressaram em 2019:

*Ficou tudo muito claro de como receber o auxílio, de como ser aprovado, tanto que a primeira experiência que a gente teve na UFMA, assim que eu entrei no curso, foi o pessoal da assistência estudantil indo nas salas pra divulgar o trabalho, de como eles trabalhavam, de como era pra receber os auxílios. (Discente F).*

*Quando a gente ingressa eles vão nas salas falando, ficou bem explicado, bem informativo. (Discente MC).*

A abordagem junto aos ingressantes sobre os serviços ofertados interfere positivamente no entendimento destes quanto ao direito à assistência estudantil ofertado na universidade, além de motivar quem tem interesse e desconhece os procedimentos. Todavia, a referida experiência tem alcançado apenas os ingressantes. Entendemos ser necessária uma maior atuação também junto aos estudantes que já estão mais avançados no curso. Nesse sentido, podem ser utilizados os vídeos, proposta do produto desta pesquisa, para disseminação das ações ofertadas e dos procedimentos necessários para participação.

A *Egressa H* e a *Egressa E* concluíram o curso no ano de 2019 e foram beneficiadas por auxílios e bolsas da assistência estudantil no seu último ano na UFMA, as estudantes destacam que:

*Na minha experiência, a dificuldade foi só essa questão de não ter conhecimento de que poderia ter me beneficiado bem antes, porque eu tive muita dificuldade ao longo do curso. E assim... dos últimos períodos que foi amenizando mais um pouquinho por conta do auxílio (**auxílio creche e aprimoramento**), que veio suprir muita necessidade que eu tinha. Então no início eu não sabia, sabia nem o que era assistência estudantil, que tinha na universidade, era uma coisa muito distante pra mim. Então eu acho que se tivesse esse contato maior (**da assistência**) com os alunos facilitaria bem mais. Eu tenho certeza que tem muitos alunos lá que também não conhecem. (Egressa H.) (Grifo nosso).*

*Na verdade, eu não conhecia, não tinha nem conhecimento, eu já vim me informar já no final que uma amiga minha também passou pelo mesmo processo, e aí ela me falou ne? Falou dos editais, como fazia o processo todo, me mostrou, aí eu dei uma lida, mas o processo eu não conhecia. (Egressa E).*

Fica claro na fala das entrevistadas que as informações sobre os programas de assistência estudantil não alcançam todo o universo dos estudantes. O desconhecimento sobre os direitos, critérios, funcionamento, dentre outros, torna-se um elemento que precisa ser melhor considerado. Conforme apontado por Motta (2017, p. 271) o desconhecimento “em geral, implica na dificuldade de acesso a política.”

Todavia, é importante destacar que em nossa observação identificamos que a comunicação da instituição é dinâmica, as informações são divulgadas no site institucional, redes sociais, por meio de e-mail e outras ações. Porém, ainda é uma dificuldade para alguns estudantes. Assim, seria interessante buscar identificar quais as dificuldades mais concretas que levam a esse desconhecimento.

Foi possível identificar durante a pesquisa com os sujeitos entrevistados que os estudantes, embora tenham conhecimento sobre a existência do serviço de assistência estudantil na UFMA, sobretudo em relação a bolsas e auxílios, desconhecem, em sua maioria, a existência do PNAES e de uma organização a nível nacional da Política de Assistência Estudantil, como pode ser observado nas falas a seguir.

*O PNAES em si eu não tinha ainda ouvido falar... sabia que tinha aquele auxílio da assistência estudantil da universidade, mas eu não tinha completamente conhecimento sobre isso [...] o PNAES em si, foi há pouco tempo (Discente A.B).*

*Eu não conheço na íntegra né, a gente ouve falar nas reuniões, nos corredores, mas na íntegra mesmo não. Até tava curiosa pra saber de onde que veio né, de qual governo, de quem foi a ideia, quem fomenta, porque é um socorro, algumas pessoas podem achar que não tem importância porque é muito pouco, mas para mim teve uma importância muito grande. [...] Eu sei que sobre assistência estudantil, só o que eu conheço é o pessoal que fica ali nos dando o apoio, encaminhando para as bolsas, para os setores e só. Mas a essência em si não (Discente A).*

*Eu não tinha conhecimento do programa não, até porque eu nunca parei para pesquisar a respeito dos auxílios, todas as informações que eu tive foi justamente a assistência estudantil que me passou, todas as informações a respeito do auxílio e de como receber. (Discente F).*

É importante o reconhecimento do serviço enquanto um conjunto de ações que integram uma política pública de Educação Superior, conquistada por meio de lutas sociais para contribuir com a permanência e conclusão de curso dos estudantes. Tal visão ainda não é recorrente entre os beneficiados pela política na UFMA, os quais demonstram não saber da existência do PNAES ou saber superficialmente sobre.

*Eu não sabia da existência do PNAES, depois que você me convidou para a pesquisa dei uma pesquisada sobre isso. Mas acredito que é uma coisa que deveria até ser mais falado na universidade. Assim que eu entrei, a única coisa que falavam era apenas das bolsas né, parecia que a assistência estudantil eram apenas bolsas. Assim que entrei foi isso “nós temos as bolsas e etc.” Se não me engano foi em 2018 ou 2019 que surgiu a questão da psicóloga, querendo ou não foi uma demanda que muitas pessoas precisavam no nosso curso de pedagogia. (Egresso J).*

*Na verdade, não tenho conhecimento. Acho que já ouvi esse nome, mas para eu falar o que é, não saberia. (Discente M.C.).*

*Já ouvi falar no PNAES, mas eu nunca me aprofundi para eu saber tudo realmente em relação ao programa, mas já ouvi falar sim (Discente M.F.).*

*Não, eu não tinha conhecimento. Não sabia, eu achei que era algo próprio da UFMA e que não tinha essa dimensão toda. Não conhecia de fato, via as meninas falando dos auxílios, mas não me aprofundei pra ver a questão da política, do Decreto. (Egressa H).*

A falta de politização é notória, tonando-se evidente a necessidade de uma abordagem junto aos estudantes sobre a assistência estudantil enquanto um mecanismo de direito social, regulamentado por um Decreto e fruto de esforços coletivos de estudantes, de movimentos sociais e de profissionais da educação envolvidos com a temática. Tal reconhecimento é necessário para entender a assistência estudantil e sua variedade de eixos de atuação. Embora não se trate de uma política consolidada, Imperatori (2017) aponta que a assistência estudantil se situa num campo de disputa e passa por um processo de legitimação, especialmente após sua regulamentação pela Portaria Normativa n. 39/2007 e pelo Decreto n. 7.234/2010.

A necessidade de se discutir a assistência estudantil enquanto política pública na universidade se tornou mais evidente quando em suas falas, os sujeitos investigados não a apontam como um direito, mas como uma ajuda da universidade, demonstrando um sentimento de gratidão por terem sido ‘amparados.’

*Eu percebo a assistência estudantil como sendo um socorro mesmo, uma ajuda para os estudantes que estão em situação de vulnerabilidade financeira e que precisam permanecer na universidade até mesmo para a mudança dessa situação, né? Se você estudar e tiver algo que possa te dar um suporte financeiro, isso vai te ajudar a permanecer no curso até o final, né? É muito importante, tem uma importância muito grande. [...] A assistência estudantil, ela foi uma mão, tem sido até agora, que tô no meu oitavo período do curso de pedagogia. Tem sido uma mão ajudadora muito grande na minha vida, me ajudou, me ajuda no financeiro, mas me ajuda também em todos os sentidos. (Discente A).*

Na concepção de Nascimento (2012), é histórica a dimensão assistencial das políticas públicas brasileiras, que se expressa no caráter emergencial e focalizado das ações em detrimento da universalização, conferindo um perfil limitado e ambíguo. Segundo a autora, “o entendimento da dimensão assistencial da política social sofreu distorções históricas: sua lógica estruturadora esteve distante da perspectiva do direito” (NASCIMENTO, 2012, 149), o que ainda hoje, mesmo com as conquistas, sobretudo com uma política legítima de Seguridade Social a partir da Constituição Federal de 1988, reflete no entendimento dos usuários, os quais se apoiam na perspectiva do favor.

No âmbito da Educação Superior, o atendimento às necessidades materiais objetivas por meio do PNAES, ou seja, moradia, transporte, alimentação, material didático, dentre outras, leva os beneficiados a percepções sobre a assistência estudantil enquanto essencial para sua permanência na universidade e conclusão de curso. Na UFMA, campus

Imperatriz, estudantes do curso de pedagogia entrevistados apresentaram as seguintes concepções sobre a assistência estudantil:

*A assistência estudantil na UFMA pra mim é algo muito bom, a questão do atendimento, de procurar entender os problemas que nós temos, né? Pra mim é algo extremamente necessário, porque existem as diferenças sociais, a diferença de ganhos e existem pessoas que, querendo ou não, sem os auxílios não teriam condições de estarem estudando. Eu mesma, eu creio que se eu não tivesse o auxílio talvez eu teria que ter trancado a faculdade, então pra mim é de grande importância o auxílio. (Discente M.C).*

*Eu acho que é essencial, existem muitos alunos que tem essa dificuldade na questão financeira e que precisam optar, ou estudam ou trabalham. E essa assistência estudantil é muito importante e muito interessante [...], é muito difícil você conciliar estudo e trabalho apesar de ser a noite, geralmente aqui, pelo menos na UFMA, a maioria dos cursos são a noite, mas mesmo assim é muito difícil, principalmente nessa reta final quando a gente começa a ver os estágios. Não sei ao certo, mas acredito que 70% dos alunos precisam ou fazer um acordo com a empresa quando trabalham ou então precisam sair do trabalho, pedir demissão pra poder concluir o curso. Então, quando a gente ver que essa é uma forma de complementar a renda até de fazer a renda por ser a única que ele tem, pra mim é essencial. (Egressa E).*

*Eu enxergo como uma coisa muito positiva, até porque como tenho esse contato muito próximo com os alunos devido ser representante estudantil e várias vezes já até entrei em contato com a assistência solicitando explicação de bolsa, porque já vivenciei situações de alunos que só conseguiram permanecer na universidade devido a uma bolsa ou auxílio que eles estavam recebendo. [...] O auxílio transporte pra aqueles alunos que moram distante da universidade e dependem dele pra se locomover. Alimentação, moradia, as mães que precisam enfim de auxílio para a questão de seus filhos na creche. Então já vivenciei bastante histórias, vivenciei mesmo junto com alunos de que eles estavam precisando e eles só conseguiram através da universidade, nesse sentido do programa, de permanecer no curso porque eles tiveram essa assistência do programa, então assim, é um programa que eu admiro bastante, que eu acho essencial na verdade, pra permanência na universidade, acredito que seja isso. (Discente M).*

*[...] uma coisa que jamais deveria ser eliminada da universidade é a assistência estudantil, porque eu acho que, pra mim, isso já salvou minha vida, sabe? Em muitos momentos eu já cheguei assim completamente sem saber o que fazer e as pessoas “não, calma ai, vamos aqui, faz isso, faz aquilo...” e eu lembro que quando eu tava fazendo o meu cadastro pras bolsas, que tem aquelas respostas que você tem que marcar lá, eu não sei se foi a assistente social ou a psicóloga que falou “é que funciona desse jeito, tem umas pontuações e tal, soma no final...” então assim, pra mim, tem um significado muito grande, sabe? essa questão da Assistência Estudantil. Sou extremamente grata por tudo que puderam me proporcionar, que a universidade pôde me proporcionar. Se hoje em 2021 eu ainda tô aqui, como aluna da UFMA, é graças a isso sabe... porque se não fosse, não sei, acho que poderia tá por aí louca, nem viva mais eu tava. (Discente A.B).*

As falas revelaram a significação que os estudantes atribuem às ações da assistência estudantil na sua trajetória acadêmica e mesmo na sua vida pessoal. O PNAES trouxe para a agenda pública demandas reprimidas de estudantes que, em razão da insuficiência financeira para se manter no Ensino Superior, podem abandonar o curso. Em alguns casos, os auxílios e bolsas passam a compor a renda principal da família, conforme relatado pela Discentes:

*Contribui muito pra minha permanência. É porque... olha, imagina, mãe de 3 crianças, você sabe que é uma demanda psicológica e financeira, a gente precisa dar conta, né? Esposo desempregado, quando eu cheguei em Imperatriz meu esposo ainda passou 2 anos pra se empregar, pra ter um trabalho, eu fiquei segurando. Era pouco? Era. Mas era uma certeza, era a única certeza que eu tinha naquele momento. Então me ajudou e me ajuda, fez uma diferença grande. (Discente A).*

*Minha percepção sobre assistência estudantil é a melhor possível. Na época que eu tava fazendo o curso pensei muitas vezes em desistir da pedagogia, muitas vezes mesmo, porque tava difícil, meu marido tava recém desempregado e começou num empreguinho novo e eu falava direto “tenho que trabalhar pra te ajudar”. [...]. Então, quando eu descobri o auxílio, pelo amor de Deus... foi o que não me fez desistir. Pensei “já que estou tendo essa ajuda, não vou desistir”. Quando eu descobri da assistência estudantil foi divino, a percepção que tenho é muito boa, que pode ajudar muito estudante que assim como eu pensa em desistir por conta da dificuldade, de transporte, de não ter dinheiro pra tirar xerox, suas apostilas, entendeu? Então pra mim foi muito importante de fato. [...] Se não tivesse não teria concluído não, tenho certeza. (Egressa H).*

As condições objetivas de sobrevivência dos estudantes interferem na sua permanência na universidade, cabendo considerar que embora o PNAES não deva ser reduzido à condição socioeconômica dos discentes, as ações desta natureza, apesar de insuficientes, contribuem para a permanência dos estudantes que são beneficiados.

A *Discente M.F.*, beneficiária do auxílio alimentação, possui uma doença degenerativa que afeta os olhos, o que resultou na sua perda de visão do olho direito e baixa visão do esquerdo. Para além da questão da alimentação, a estudante afirmou que utiliza o auxílio financeiro para apoio no que se refere aos materiais didáticos que atendam sua necessidade.

*Me auxilia bastante em relação principalmente aos materiais, uso mais é pra isso né? pra ter acesso aos materiais de acordo com minha necessidade quando o professor não consegue prover, dá pra eu correr atrás, lutar por isso, tem pessoas que já sabem da minha necessidade, pego o material, levo pra ele, ele já ver se dá pra ampliar, o que dá pra fazer, aí me cobram um valor razoável, e se não fosse essa bolsa eu não teria como fazer isso. (Discente M.F.).*

A estudante afirmou que quando ingressou na UFMA, a coordenação apresentou aos docentes a sua situação e expôs sua necessidade de adaptação dos materiais. Segundo a estudante, os professores e colegas de turma lhe deram suporte. Todavia, ainda é utilizar o seu auxílio alimentação para este fim.

*Olha, pela minha experiência a assistência estudantil é algo muito importante. A minha experiência é totalmente diferente dos meus outros colegas, porque eu fiquei mais de 15 anos fora da sala de aula. Então, quando eu retornei para sala de aula eu tive muitas dificuldades, até mesmo para eu continuar a me manter em sala né. E a assistência estudantil para mim foi como um presente para me auxiliar e me manter na universidade. [...] E é uma situação complicada para mim, né? porque muita coisa não posso fazer, aí para eu arrumar serviço é complicado e além disso existem outros fatores também, principalmente após a morte da minha filha né, iniciei um processo de depressão e ansiedade. Então se não fosse a bolsa, eu te digo realmente que provavelmente eu não estaria na universidade, principalmente por causa dos materiais também né, porque no meu caso existe um gasto um pouquinho a mais por causa das adaptações às necessidades que eu tenho para eu poder ter acesso aos materiais, a fazer as leituras, são coisas que parecem ser pequenas, mas pesam. (Discente M.F.).*

Entendemos que há uma carência no âmbito da universidade para conceder à estudante o suporte necessário à sua condição de deficiente visual. A mesma utiliza um auxílio da assistência estudantil destinado à alimentação para tal finalidade, entendendo o serviço como um presente que auxilia na sua permanência no curso.

Além do suporte quanto ao atendimento às necessidades de moradia, alimentação, transporte, dentre outras, alguns estudantes mencionaram outras ações, bem como o acolhimento, como fator importante a ser considerado para a permanência na universidade, numa perspectiva para além do auxílio financeiro.

*Esse contato não tenho do que reclamar, sempre muito presente, sempre entrando mesmo em contato com a gente. Sempre que a gente solicita, a equipe se dispõe. [...] ficam mandando campanhas de promoção à vida, campanhas pedagógicas, todas as áreas que a assistência trabalha em si, promoção à saúde. A gente sempre repassa pros outros alunos e percebe que isso tem um retorno, né? (Discente M.).*

*A assistência estudantil acho que é um dos pontos mais importantes da UFMA, porque das relações que eu tive lá dentro, a maior foi com a assistência, tanto na questão da bolsa, quanto em relação a conversar, não só sobre financeiro, mas a conversar comigo. [...] me auxiliaram mais do que a coordenação do curso, foi onde tive mais experiência externa, fora da sala de aula, foi lá na assistência estudantil. (Discente F.).*

Para uma formação acadêmica e cidadã de qualidade é necessário que se entenda a amplitude que envolve as questões de permanência dos estudantes na Educação Superior, que não se esgota no atendimento às necessidades materiais e concretas, mas que permeiam outras dimensões da sua vida, tais como atenção à saúde física e mental, apoio pedagógico, incentivo à formação de cidadania e à cultura, bem como ao esporte, lazer dentre outras áreas indicadas no próprio PNAES, mas que ainda é um desafio para as equipes técnicas que atuam na assistência estudantil, muitas vezes pelo quadro limitado de profissionais.

*A assistência estudantil é essencial, pra mim ela teve um papel importante. Fui mais beneficiado por outras bolsas, bolsas de ensino, enfim. Mas conheço pessoas que se não fosse a assistência estudantil tinham largado o curso. O Auxílio Creche, por exemplo, tem uma colega minha que não trancou o curso por conta disso, ela tem três filhos e ela precisava desse auxílio. E a questão da moradia, pessoas que moravam distantes em cidades como João Lisboa, Davinópolis, tiveram que se mudar pra cá devido ao transporte e se não fossem essas bolsas a permanência não acontecia na universidade. Então, a assistência estudantil nesse sentido financeiro ela é essencial porque sem ela, nós teríamos uma evasão maior ainda do que já temos. De atendimento, acredito que carece um pouco de mais atenção, de mais cuidado, porque tem pessoas que abandonam o curso por esgotamento, ne? E eu acredito que a assistência estudantil tem esse papel de tá auxiliando, acompanhando. Eu entendo que existem todas essas problemáticas de pessoal, de demandas, querendo ou não, é um campus enorme, o campus de Imperatriz é enorme e pra atender, nem imagino quantos alunos tem, tantos cursos[...]. (Egresso J).*

A formação das equipes multiprofissionais, compostas exclusivamente para o desenvolvimento da assistência estudantil, não acompanha o crescimento da demanda dos estudantes nas IFES. No campus de Imperatriz, mesmo com o avanço em relação ao quadro de servidores, a equipe ainda se divide com atribuições vinculadas a outras Pró-Reitorias. Ressalta-se que “as IFES apresentam inúmeras dificuldades de execução das ações da assistência estudantil, sobretudo, pela falta de pessoal capacitado e número reduzido de profissionais, se comparado ao quadro de estudantes usuários da Política que tende a expandir.” (NASCIMENTO; ARCOVERDE, 2012, p. 172). Desse modo, a ampliação das equipes é uma das melhorias que devem ser incorporadas ao desenvolvimento do PNAES.

#### **4.3 Os impactos das ações do PNAES na trajetória dos estudantes do curso de pedagogia**

A expressividade da presença de estudantes oriundos da classe trabalhadora nas IFES intensifica a necessidade de formulação de políticas de permanência para que estes consigam concluir o curso. Ao abordar as experiências de estudantes do curso de pedagogia contemplados pelas ações do PNAES na UFMA, campus Imperatriz, entre os anos de 2017 a 2020, identificamos o impacto e a centralidade dos serviços durante a sua trajetória no curso. A seguir, apresentamos algumas destas experiências.

A bolsa Aprimoramento Acadêmico (ver página 80), a qual viabiliza estudos e experiências profissionais em setores administrativos da instituição, foi avaliada pelas entrevistadas como positiva para sua formação profissional. A Discente A, acadêmica do 8º semestre do curso de pedagogia, afirma que:

*[...] tava no comecinho do semestre, 2017.1. Então quando abriu o edital, foi quando eu me candidatei à Bolsa Permanência, hoje é o Aprimoramento Acadêmico, né? Daí deu certo e eu fui colocada pra trabalhar no curso de pedagogia, na brinquedoteca. [...] Essa bolsa tinha o valor de 400 reais, mas para mim tinha um valor maior, porque era tudo que minha família tava tendo naquele momento de renda certa, então fez uma diferença muito grande pra minha permanência na UFMA. [...] Além de trabalhar lá na brinquedoteca, fui pegando amizade com os outros colegas de outros períodos, com os professores, com os funcionários da assistência estudantil. Me ajudou muito, muito mesmo, em todos os sentidos, também me ajudava e dava tempo de fazer meus trabalhos da universidade, era algo novo pra mim. (Discente A).*

Em sua primeira experiência enquanto bolsista, a Discente A foi direcionada para atuar em um setor alinhado à sua área de formação, que segundo a mesma, contribuiu para sua familiaridade com o curso e estabelecimento de boas relações com demais estudantes e servidores da UFMA. A entrevistada também atuou na coordenação do curso de pedagogia com tarefas mais administrativas.

*Desta vez não fiquei na brinquedoteca, fiquei na coordenação do curso mesmo, ajudando a técnica, né? guardava arquivo, recepcionava quem chegava, tirava foto, todo esse serviço ali na coordenação. Pra mim, o valor desse trabalho e os vínculos de amizade também foram muito grandes, muito fortes. [...] Me ajudou muito, nessa questão de estudar mesmo, porque pra trabalhar como celetista não ia ter esse tempo, não dá. Ainda mãe de três crianças, dona de casa, esposa, então eu sendo bolsista ficava mais leve pra poder dedicar tempo aos estudos, que foi o que mais eu tenho priorizado desde quando entrei na UFMA. (Discente A).*

A Egressa K, por sua vez, graduada no início de 2019, mencionou que precisava do suporte financeiro e não conseguiria conciliar trabalho e estudo. Com a bolsa, por ser uma carga horária menor e por estar dentro da universidade, tinha tempo para se dedicar melhor à vida acadêmica. Todavia, é importante destacar que ao ter oportunidade no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), priorizou o referido programa, considerando ter uma maior contribuição para sua formação acadêmica em si.

*Surgiu o edital da bolsa permanência e aí eu consegui. Nessa época fui bolsista na recepção. Pouco tempo depois abriu edital do PIBID, como eu era aluna de pedagogia, eu achei que eu me enquadrava melhor. Daí deixei a bolsa permanência e fui ser bolsista do PIBID. Quando terminou o prazo, fiquei quase 3 anos no PIBID, eu voltei novamente pra bolsa permanência. Fiquei na brinquedoteca e depois fiquei na coordenação de curso auxiliando, dando suporte. Pra mim, foi muito importante esse programa de assistência, porque eu era uma estudante de baixa renda e apesar do meu curso ser noturno, era muito difícil eu conseguir conciliar trabalho e estudos, sem contar o fato de que eu também sou mãe, inclusive consegui também o auxílio creche no finalzinho do curso e me auxiliou bastante. Na época, eu não podia arrumar um emprego, seria mais difícil pra eu conciliar com os estudos. A bolsa me ajudava bastante, o convívio, eu conheci muitas pessoas, fiquei mais por dentro de como funcionava a instituição, pra mim foi muito gratificante. Foi uma das coisas que mais me ajudaram durante a graduação, porque mesmo que a bolsa não seja um valor muito alto, dava um pouco de suporte pra mim, pra eu poder, no restante do tempo que não estava lá, me dedicar aos estudos. (Egressa K).*

Ao compararem a bolsa Aprimoramento Acadêmico a um emprego, as entrevistadas mencionam o fato de desprenderem menos tempo nas atividades do programa na universidade, do que precisariam dispor no mercado de trabalho. Mesmo com a obrigatoriedade da contrapartida com atividades administrativas, demonstraram satisfação em participar. Cabe destacar que as discentes utilizam o termo trabalho ao se referir às suas atividades da Bolsa Aprimoramento Acadêmico, indo de encontro ao real objetivo do programa.

*De manhã eu ia pro estágio na escola, dava aula e a tarde eu ia pro laboratório de informática na UFMA, que eu auxiliava os alunos no uso dos computadores e eu tinha um tempinho também pra tá fazendo meus relatórios, fazendo as anotações em dia do que eu tinha feito pela manhã. E assim, foi um suporte muito bom nessa parte que fiquei no laboratório. Só que a universidade era no Bom Jesus, e aí ficava bem longe da minha casa, eu morava no Bom Sucesso e pedi transferência pro campus do centro, daí ficava bem melhor pra mim. Até a escola que eu fazia estágio ficava ali pertinho. E aí, no centro, me colocaram na secretaria né, pra trabalhar com o secretário e aí foi melhor porque eu comecei a ter esse envolvimento com questões burocráticas de documentação, de elaboração de ofício, de vários documentos que pra um gestor é importante e que eu ainda não tinha conhecimento. Eu tava fazendo estágio na sala de aula, mas a nossa graduação nos permite também ser diretor, né? (Egressa H).*

Em razão de suas atividades de estágio curricular, atividades como bolsista do aprimoramento acadêmico e aula noturna, a discente H, hoje graduada, ocupava-se nos três turnos. Embora aponte como positiva sua experiência, avaliamos que a situação pode impactar negativamente no desempenho acadêmico do estudante, critério para sua manutenção na bolsa.

Segundo Mendes (2019), o vínculo do bolsista no setor administrativo, embora com 12h semanais, compromete um melhor desempenho acadêmico, pois o horário que o discente poderia dedicar às suas atividades acadêmicas, se mantém em atividades administrativas. Além de incidir em gastos com transporte nos deslocamentos para as atividades referentes à bolsa, como aponta a Egressa K, “Gostaria que eu pudesse conciliar também com o auxílio transporte, na época não podia, e eu precisava pra me locomover pra faculdade também nos dias que eu precisava tá lá pra contribuir com as atividades.”

Outro aspecto a se considerar são os equívocos por parte dos servidores que estabelecem uma relação com os bolsistas como se fossem estagiários ou mesmo servidores que devem contribuir com a sua força de trabalho. A Servidora B relata que:

*A gente sabe que muitos alunos substituem, fazem atividades que seriam de servidores, algumas supervisionadas, mas são atividades que não era para os nossos alunos estarem fazendo, né? Nossos alunos têm que receber a bolsa pra estudar, pra fazerem atividades de Pesquisa, de Extensão e de Ensino. E aí acaba que isso foi se enraizando tanto, que muitos servidores não compreendem nem o objetivo da bolsa. Às vezes é uma dificuldade você orientar o servidor que o aluno não é servidor, ele não tem que ser cobrado como servidor. Então, por exemplo, quando a gente instituiu as férias de bolsistas foi um “auê”, porque não queriam dar férias para bolsista né, e foi uma recomendação inclusive da CGU. [...] o aluno entrava de férias da universidade e não entrava de férias da atividade dele. Então, por exemplo, ano*

*passado a gente teve alguns servidores que nos procuraram reclamando, não concordando com essa história das férias, mas a gente sempre é muito firme nisso né, de manter as férias dos alunos que é direito deles. (Servidora B).*

A limitação no quadro de servidores da universidade fez com que, historicamente, estudantes bolsistas assumissem tarefas administrativas tais como atividades de recepção, de organização de arquivos, xerox, atendimento telefônico, orientações/informações, dentre outras. Entendemos que nesta situação, há uma preocupação maior em atender às demandas dos setores da universidade em detrimento das demandas do discente em sua formação acadêmica. Todavia, conforme mencionado no capítulo anterior, há a proposta de migrar as vagas para a Bolsa Foco Acadêmico, que oportuniza a participação dos discentes em projetos, possibilitando a superação da atual cultura de utilizar a força de trabalho do estudante para suprimento de uma demanda institucional.

O auxílio moradia, por sua vez, contribui com a permanência de estudantes oriundos de outras cidades e/ou estados e que precisam arcar com despesas com moradia. A Discente A. B., acadêmica do 8º semestre do curso de pedagogia, é natural do estado do Pará e reside em Imperatriz em razão dos estudos, a mesma afirmou que:

*Tem muita gente que chega na universidade com uma vulnerabilidade total sabe, é uma história muito grande. Eu por exemplo sou do Pará, sou de uma cidade muito pequena lá. [...] Já vão fazer dois anos que eu tô recebendo o auxílio moradia. [...] Acho que se não fosse esse auxílio, essa ajuda, eu, com certeza teria desistido, teria voltado pra casa da minha avó lá no Pará, porque não é fácil você tá numa cidade que não é seu habitat natural, você praticamente não conhece ninguém, você não tem família aqui dentro, é muito difícil sabe, então isso foi uma coisa que me segurou muito no curso, muito mesmo. [...] bem no iníciozinho, você entra assim: Caramba, eu tenho uma bolsa, vou pra faculdade, vou todo dia com sorriso no rosto porque eu tenho uma ajuda, entendeu? Então é graças à universidade, eu tô aqui, eu tô recebendo isso (Discente A.B.).*

O programa de moradia tem garantido a muitos estudantes a permanência na cidade onde o Campus está instalado. Em Imperatriz é ofertado por meio de um auxílio financeiro para pagamento de despesas com aluguel e demais necessidades, tendo em vista não dispor de Residência Universitária. Uma vez contemplados e mantendo-se dentro dos critérios de permanência no auxílio, os estudantes podem receber até o final do curso. São destinadas 50 vagas do auxílio moradia para o CCSST, quantitativo que não consegue atender à demanda, visto a quantidade de estudantes provenientes de outras localidades que se inserem no perfil para o auxílio moradia, a exemplo do Egresso J:

*Assim que eu entrei abriam já os editais pras bolsas e como não sou de Imperatriz, sou de uma cidade próxima, São Francisco do Brejão, o primeiro que eu tentei foi o auxílio moradia, era o que ia me ajudar, já que eu estava morando de aluguel, infelizmente eu não consegui esse auxílio. [...] E aí foi uma dificuldade pra mim a princípio essa questão dos auxílios, porque eu acreditava que eu me enquadrava em todos os critérios, mas obviamente existem pessoas que têm muito mais dificuldades. (Egresso J.).*

A experiência do *Egresso J* é um exemplo da demanda reprimida que permanece na universidade, considerando o caráter seletivo e focalizado dos auxílios e bolsas, em que mesmo atendendo aos critérios, muitos estudantes se mantêm na lista de espera em razão do quantitativo limitado de vagas. Segundo Nascimento e Arcoverde (2012) as ações de assistência estudantil segmentam e focalizam os usuários da política, de modo que o atendimento é restrito aos estudantes mais pobres entre os pobres.

O apoio a estudantes com filhos também faz parte das áreas de ação estabelecidas pelo PNAES. Dentro desta área, o auxílio creche “é a ação mais comum desenvolvida pelas universidades federais brasileiras, tendo em vista que a grande maioria não dispõe de creches universitárias ou outras formas de apoio a esse grupo de estudantes.” (FIGUEIREDO, 2019, p. 87). As entrevistas realizadas evidenciam que o auxílio ocupa espaço privilegiado na garantia de permanência na universidade dos estudantes com filhos. A *Egressa E* e a *discente M.C.* relatam sobre suas experiências:

*[...] eu tava com meu bebê recém-nascido. Eu tinha feito a inscrição pro processo tanto da alimentação, quanto do auxílio creche e aí, fui aprovada nesses dois. Com as duas bolsas eu tinha mais tranquilidade pra ficar em casa com minha filha nesse período. [...] Foi maravilhoso pra mim, foi perfeito no momento, eu tinha acabado de ganhar neném, não tava trabalhando na época. Na verdade, eu tava trabalhando, mas eu não estava de carteira assinada. Fiz só um acordo com a empresa que eu tava e aí depois da licença maternidade que foi acertado o acordo, eu não tinha nenhuma renda e também era muito complicado sair de casa com ela muito nova até pra procurar emprego. E nesse meio termo eu também tava finalizando a graduação, na reta final com TCC, finalizando os estágios e aí foi maravilhoso. (Egressa E).*

*Recebo o auxílio creche desde o início e utilizo pra meu filho mesmo, utilizo pra pagar alguém pra ficar com ele quando tem alguma coisa que eu preciso ir pra faculdade, às vezes a gente tem que ir à tarde. [...] Se eu não estivesse recebendo estes auxílios eu teria que estar trabalhando e nesse caso meu rendimento na faculdade estaria baixo, eu tenho filho pequeno. Teria grandes dificuldades em trabalhar e estudar (Discente M.C.).*

Em suas falas, as entrevistadas revelam que com o auxílio financeiro recebido por meio do PNAES foi possível se manter somente nos estudos, uma vez que com seus filhos pequenos teriam dificuldades para conciliar com o trabalho. Poder contar com um benefício institucional para apoiar na sua permanência, possibilita aos estudantes a oportunidade de se manterem somente estudando. Figueiredo (2019) aponta que a necessidade de ter que trabalhar

para garantir o seu sustento e a sua permanência na universidade resulta na pouca participação na vida acadêmica.

No caso das estudantes mães, Figueiredo (2019, p. 80) afirma que:

[...] a permanência delas na universidade é ainda mais singular, tendo em vista que além das necessidades básicas e simbólicas que são comuns a todos os estudantes, elas têm outras necessidades sociais, relacionadas à vida familiar, que precisam ser atendidas para que consigam permanecer na universidade, por exemplo, o cuidado com os filhos.

Conforme relatado pela *Servidora C*, o auxílio creche é um dos únicos que atende toda demanda de solicitações em Imperatriz. Desde sua implantação no CCSST, a equipe consegue convocar toda a lista de espera durante o semestre.

Sobre o auxílio alimentação, por não haver Restaurante Universitário na unidade Centro do CCSST, onde funciona o curso de pedagogia, os estudantes do referido curso concorrem para a modalidade prestação pecuniária, recebendo um auxílio financeiro para suprir com as suas necessidades de alimentação.

*Eu disse para minha coordenadora do curso que eu ia desistir, logo que eu entrei, acho que com um mês, dois meses de curso eu ia desistir porque era muito difícil para mim tá indo daqui para Imperatriz, que eu moro em Senador La Roque. [...] Aí eu falei para ela “eu vou desistir”. Aí ela me apresentou a assistência, ela: “Não! na assistência você vai conseguir os auxílios para poder estar indo para UFMA, para não ter tanto gasto”. E foi aí que eu percebi a importância, porque se não fosse assistência eu teria desistido. [...] Eu recebi o auxílio da alimentação, que acumulava com o Foco Acadêmico, e aí eu me inscrevi na bolsa do foco acadêmico e consegui, acumulei as duas, fiquei recebendo alimentação e o foco acadêmico. [...] Essa contribuição foi importante pra que eu permanecesse no curso, para poder focar nos assuntos do curso, porque antes eu focava na questão financeira, de como eu vou pro curso, e eu acabava meio que me perdendo do conteúdo das disciplinas, aí quando veio o auxílio eu pude focar mais no curso em si. (Discente F.).*

Com o acúmulo do auxílio alimentação e da bolsa Foco Acadêmico, o Discente F. recebia mensalmente R\$ 700,00, que segundo o entrevistado contribuiu para o seu rendimento no curso. De acordo com Figueiredo (2019, p. 78) “a forma com a qual esse estudante supre suas necessidades materiais, para permanecer na universidade, irá interferir na sua participação na vida acadêmica.” Além disso, a participação na Bolsa Foco acadêmico permitiu experimentar uma atuação com desenvolvimento de projetos.

Por meio da Bolsa Foco Acadêmico os estudantes têm oportunidade de atuar com projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional e empreendedorismo e inovação. A seleção não se dá por mérito acadêmico, como acontece em outros projetos na universidade, mas tem como principal critério a situação socioeconômica, que envolve critérios de renda, dentre outros. Desse modo, os contemplados pela referida bolsa têm a oportunidade de receber um auxílio financeiro para dedicar-se a atividades que contribuem com sua

formação. No ano de 2019, a equipe de assistência estudantil do CCSST conduziu dois projetos, conforme relato da *Servidora E*:

*Os projetos foram desenvolvidos por meio do Foco Acadêmico que, na época, abriu um outro eixo, até então tinham os eixos de pesquisa, ensino e extensão e aí no ano de 2019 (2019– 2020) abriu o eixo de desenvolvimento institucional, que aí nós pudemos submeter um projeto que poderia ter a participação de técnicos administrativos como coordenadores, foi nesse momento que nós submetemos dois projetos. Tínhamos 10 bolsistas, 5 pra cada projeto, e ficamos um ano. A metade do tempo foi presencial e logo depois as atividades foram por meio remoto por conta da pandemia. Mas, de acordo com relato dos próprios bolsistas foi um projeto muito engrandecedor no sentido do desenvolvimento não só pessoal, mas acadêmico pros estudantes e profissional pra nós, de termos essa aproximação maior com eles. (Servidora E).*

O *Discente F*. foi vinculado ao projeto do eixo Desenvolvimento Institucional intitulado “Desenvolvimento de estratégias de aprendizagem para melhoria do desempenho acadêmico na Universidade Federal do Maranhão - Campus Imperatriz”. Em relação às suas atividades no projeto, relatou que:

*No programa do Foco Acadêmico, a gente teve que elaborar aquelas apresentações pro pessoal em relação aos auxílios e a Resolução da UFMA (**regulamento discente**), ali foi onde eu aprendi mais sobre a UFMA, sobre o meu curso e na questão da oratória, que era... que eu sou muito ruim, muito ruim mesmo. Foi lá que eu tive oportunidade de melhorar essa questão minha, que eles me deram oportunidade de estar apresentando na UFMA do Bom Jesus e foram várias experiências que só acrescentaram, nenhuma negativa. Quando eu tive que elaborar perguntas e todo o conteúdo sobre a resolução, ali eu acho que foi o meu ápice dos trabalhos da UFMA. (Discente F.) (grifo nosso)*

Em observância à fala do *Discente F*, percebemos que participar de um projeto do Programa Foco Acadêmico, contribuiu com aspectos importantes para o seu desenvolvimento. Além das informações apreendidas, teve a oportunidade de repassar para outros estudantes por meio da condução de atividades coletivas. A *discente M.F.*, por sua vez, participou do Projeto de Promoção da Saúde e bem-estar entre os discentes da Universidade Federal do Maranhão de Imperatriz. Segundo relato da mesma:

*Minha experiência foi ótima, graças a Deus, até porque eu aprendi muito com toda equipe, tanto com os colegas discentes, quanto com os profissionais. Pra mim foi uma experiência muito agradável, me ajudou bastante principalmente na minha atitude como humana, de humanização. Foi algo mais voltado pra parte psicológica do estudante, emocional, o ver o outro [...].*

No que se refere ao Auxílio Emergencial, os Discentes A. B. e F. mencionaram que foi por meio deste auxílio que tiveram o seu primeiro contato com a Assistência Estudantil, a porta de entrada para ambos os discentes conhecerem as ações desenvolvidas na universidade. As ações assistenciais em caráter de emergência são direcionadas a casos excepcionais.

Segundo Motta (2017) as necessidades estudantis podem ocorrer a qualquer momento do ano, podendo ser previstas através de auxílios emergenciais.

*Eu lembro que já tive aquele... alguma coisa emergencial, que foi em uma época que eu tava assim completamente perdida, eu não sabia o que fazer da minha vida porque eu tava sem estágio, não tava conseguindo estágio em escola. Aí eu tive que fazer o pedido, eu nem sabia desse auxílio, aí fui dando uma olhada nos editais e falei assim: “vou me encaixar nesse bem aqui” e aí consegui. Aí depois eu solicitei o auxílio alimentação, programa foco acadêmico e coloquei o Auxílio Moradia. (Discente A.B.).*

Sobre a experiência do discente F, ainda nos primeiros meses de aula sinalizou para coordenação do curso sobre sua possível desistência, em razão da insuficiência de condições financeiras para se manter no curso. Segundo o relato do discente, a coordenadora o encaminhou para a equipe da assistência estudantil e foi quando foi atendido e teve acesso a duas parcelas de auxílio emergencial, em seguida concorreu aos editais dos demais auxílios, sendo beneficiado pelo auxílio alimentação e bolsa Foco Acadêmico.

*O primeiro que peguei foi o emergencial que foi já quando a coordenadora me falou que tinha o emergencial, que eu poderia receber logo se eu fizesse o pedido e fosse aprovado. Acho que recebi uma ou duas parcelas dele, aí vieram os outros auxílios. (Discente F.).*

A partir de experiências como a do Discente F. percebemos a importância da integração da assistência estudantil com os demais setores da universidade, que ao conhecerem o desenvolvimento da política na instituição conseguem contribuir para o melhor alcance das ações.

Sobre a experiência no Auxílio Participação em eventos, segundo o Egresso J:

*O auxílio que consegui foi o de participação em eventos em 2018, pra um evento nacional que eu fui. [...] a partir dali comecei a ver que existiam coisas para além do nosso mundo aqui de Imperatriz. Com o auxílio, fui pra esse evento e comecei a partir dali a produzir mais enquanto pesquisador, a pesquisa é um dos tripés da universidade. Comecei mais a produzir, no ano seguinte participei de outro evento, no ano seguinte também de outro evento. Atualmente estou nessa luta acadêmica enquanto pesquisador e que surgiu a partir dali, desse desejo de participar desses eventos.*

No entendimento do entrevistado, a oportunidade de ter um incentivo financeiro para contribuir com sua participação em um evento nacional, foi o principal fomento para instigar seu interesse por pesquisa, pois a partir desta experiência sentiu-se motivado a participar de outros momentos fundamentais para sua formação enquanto pesquisador. Com isso, entendemos que o PNAES também pode fortalecer a dinâmica de complementação da vida acadêmica por meio de estratégias como a de incentivo à participação em eventos. Na UFMA,

são destinadas 04 vagas por mês para o CCSST, todavia, nem sempre as vagas são preenchidas, acumulando para os meses seguintes.

A inclusão digital também é uma das áreas indicadas no PNAES para desenvolvimento de ações. Todavia, somente no ano de 2020, no contexto da pandemia do novo coronavírus (SARS-COV-2 /COVID-19), que a UFMA deu início a ações desta natureza com o empréstimo de *hardware* (tablet) e pacote de dados para acesso à internet, com vistas a contribuir com o acompanhamento das atividades acadêmicas remotas. A *Discente M.F* relata sobre sua experiência:

*É algo que me auxiliou bastante, tá me ajudando porque como eu não tenho um notebook, né? e o celular a tela é pequena para mim, não tem como eu fazer as leituras. Até mesmo quando o professor está dando aula ou quando a gente precisa apresentar seminário, é usado slide [...] aí o tablet já me auxilia muito dessa forma, porque como a tela dele é maior do que a do celular, dá para ampliar mais e tá me auxiliando em relação a isso. E algo que tá me ajudando também bastante é aplicativo de leitura de PDF, e adaptações em relação à ampliação de letras, ao material que dá para adaptar, tem professores que tão fazendo isso para mim e tô conseguindo levar né, na maneira do possível. (Discente M.F.).*

A experiência da *Discente M.F.*, a qual possui deficiência visual e, portanto, dificuldade para o acompanhamento das aulas remotas, revela que o acesso ao dispositivo que facilitasse suas atividades acadêmicas já era uma demanda em razão da sua condição. Com a implantação do auxílio Inclusão Digital foi possível um melhor acompanhamento.

Ao abordarmos a trajetória dos estudantes do curso de pedagogia do CCSST no acesso à política de assistência estudantil na UFMA, não podemos desconsiderar o contato com as ações de apoio psicológico. Segundo Silva (2020, p. 5), “o psicólogo é considerado um dos atores na implementação das políticas de acesso e permanência dos estudantes no ensino superior.” Dessa forma, a atuação desse profissional deve contemplar a integralidade dos educandos, contribuindo para uma permanência digna e cidadã destes no contexto universitário.

A forma de acesso dos estudantes ao atendimento psicológico no CCSST é por meio de solicitação via e-mail ou presencial. Segundo a psicóloga entrevistada, o serviço de psicologia é divulgado de diversas formas:

*Buscamos divulgar por meio de cartazes dentro dos murais da universidade informações sobre o serviço de psicologia, sobre como procurar, sobre as atribuições, nossos objetivos, disponibilizamos o e-mail que é por meio do qual eles buscam, que eles falam das demandas deles [...] juntamente com a equipe passamos a nos apresentar nos momentos de recepção aos calouros para que os alunos novos também tivessem esses conhecimentos (Servidora E).*

De acordo com a *Servidora E*, a coordenação e os docentes do curso de pedagogia do CCSST mantêm uma aproximação com o serviço de psicologia e colabora com os processos

de mediação dos estudantes com os serviços ofertados, visto a sua compreensão sobre a importância de se trabalhar a saúde mental no cotidiano acadêmico.

*O curso de pedagogia é um curso que temos um contato muito próximo e acredito que isso se deve muito à própria coordenação, aos professores que já compreendem, já têm uma visão ampliada e compreendem a importância de se trabalhar a saúde mental, que a saúde mental seja incorporada no cotidiano dos estudantes. Os professores têm uma sensibilidade muito grande, falo do curso de pedagogia justamente porque eles buscam essa aproximação com o serviço de psicologia. E aí quando os alunos apresentam alguma dificuldade ou de aprendizagem ou quando os alunos se sentem confortáveis de conversar com eles, eles logo buscam o serviço de psicologia. (Servidora E).*

Conforme relato dos discentes entrevistados, os acompanhamentos psicológicos impactam positivamente na sua vida acadêmica, contribuindo com a superação de situações que interferem no seu bom desempenho.

*O que vem crescendo muito ao longo desses anos que eu estou na universidade, três anos, é a busca pela assistência psicológica. Eu percebo que vêm crescendo muito os pedidos e acho isso muito bom, porque ter alguém ali dentro da universidade que sabe o que acontece na sua realidade, pra você conversar, pra você poder se abrir, que é a psicóloga da instituição, isso é muito bom. Eu recebo muitos relatos, então, nesse sentido, a assistência psicológica é uma das mais procuradas e também uma das mais necessárias (Discente M.).*

*Em 2018 eu perdi meu irmão, e aí fiquei fazendo um acompanhamento com a psicóloga da assistência, não sei se do mesmo setor. Ela me acompanhou um bom tempo e me ajudou muito a retomar tudo com dignidade, com força, a não deprimir, ela me deu um apoio psicológico muito grande. Ninguém sabia que eu fazia esse acompanhamento né, mas eu ia no dia marcado que ela pedia pra eu ir e me ajudou demais a superar o momento da perda, do luto, porque eu parecia que não ia conseguir. E aí no momento que a gente perde alguém pra morte, a gente fica com o caminho... fica achando que não vai dar e tudo, fica desanimada. (Discente A.).*

*É uma coisa assim que é muito bom ter a assistência da equipe. Uma coisa maravilhosa é a assistência que tem com a psicóloga, já iniciei. É tipo assim, uma coisa extremamente importante pra universidade, que sempre deveria ter. (Discente A.B.).*

Embora o NAPSI seja acessível a todos os discentes, há estudantes que embora tenham conhecimento, não se sentem confortáveis em buscar o serviço. O Discente F trancou o curso no início de 2021, na ocasião estava vinculado ao auxílio alimentação e alegou que sua desistência não foi pela questão financeira, mas sim psicológica, motivada pela sua dificuldade com as aulas remotas. Todavia, não buscou o atendimento no NAPSI antes de solicitar o trancamento.

*O que pode ficar como negativo foi a questão de eu não ter tido o apoio psicológico, mas foi uma escolha minha, foi eu que escolhi não buscar, até porque não tem como a psicóloga saber dos problemas de todos os alunos da UFMA, foi uma escolha minha. [...] Acho que esse é um defeito meu, costumo guardar as coisas, não tenho essa questão de tá compartilhando não. Resolvi só comigo mesmo. Eu estava gostando do curso sim. Mas aí veio a dificuldade das aulas online, porque presencial eu tinha o apoio lá do pessoal da sala, na questão dos assuntos que eram muito novos para mim, a questão da pedagogia, foram muitas coisas que eu nunca nem tinha visto. [...]. Mas aí quando a gente teve que sair desse convívio de sala de aula, aí pesou bastante para mim, foi complicado. Já estou de plano voltar no próximo semestre, já estou bem melhor e aí quando abrir as matrículas novamente eu retorno. (Discente F.).*

Sobre a participação as ações de assistência estudantil desenvolvidas no âmbito coletivo, foram mencionados, sobretudo, os eventos de promoção à saúde e bem estar dos estudantes, a exemplo do Sarau<sup>40</sup> realizado em 2019 em alusão à campanha de prevenção ao suicídio, Setembro Amarelo.

*O primeiro evento que participei da assistência estudantil foi o setembro amarelo, evento cultural em prol da vida, esse era o tema do evento que era um sarau. Foi o primeiro que a gente participou e teve a oportunidade de organizar juntos. Foi maravilhoso, até hoje as pessoas comentam comigo. [...] Depois eu participei do outubro rosa, novembro azul, teve dezembro vermelho também que eu cheguei a participar. (Discente M.).*

*Eu tava no momento de muita... assim, como que eu posso dizer? de crise comigo mesma, tentando me encontrar... quando foi aquele programa falando a respeito do suicídio, setembro amarelo, aquilo me ajudou muito, muito mesmo. Tava começando a achar que eu não tinha valor, começando a colocar algumas coisas assim na mente. A professora que insistiu muito pra que eu fosse lá e eu fui, e me fez muito bem, me ajudou demais, fiquei muito emocionada, mas foi um momento de descobertas, eu percebendo o valor que eu tinha. (Discente A.).*

*A questão também do Setembro Amarelo, acredito que foi no final de 2019, que teve o sarau, a assistência estudantil teve uma participação bem presente, eu acredito que esses eventos são muito importantes, porque eles dão uma visibilidade maior pro papel da assistência estudantil enquanto serviço da universidade. (Egresso J.).*

Identificamos que a realização de um evento no formato cultural, envolvendo música, diálogo, poesia, dança, dentre outras atrações realizadas pelos próprios estudantes, contribuiu para o envolvimento destes, bem como para maior visibilidade dos serviços da assistência estudantil, sobretudo no que se refere à saúde mental.

Sobre a relevância destes eventos no espaço acadêmico, Silva (2019, p. 48) afirma que “a expressão por meio da arte, é uma atitude de união entre eles, de comunicação e, também, de relaxamento, uma vez que sua carga horária de disciplinas obrigatórias, optativas e de atividades complementares é bastante elevada.” De acordo com a referida autora, alguns estudantes fazem uso do espaço e do momento como símbolo de identificação em relação aos

<sup>40</sup> Os saraus podem ser definidos como reuniões de pessoas que têm algum vínculo com a arte e com a cultura, sendo essas reuniões, muitas vezes, de caráter informal. (SILVA; RADIC, SILVA; FONSECA, 2016, p. 150).

desafios do ambiente acadêmico. Outras ações também são desenvolvidas ao longo dos semestres letivos, tais como campanhas de promoção à saúde e ações coletivas de estratégias de aprendizagem, dentre outras.

#### 4.3.1 Os desafios identificados

Durante a pesquisa, os sujeitos investigados também expuseram as dificuldades experienciadas enquanto usuários do PNAES. Na oportunidade, foi recorrente a menção sobre o quantitativo limitado de bolsas e auxílios destinados para o CCSST.

*Uma das dificuldades que eu vi, é justamente a pouca quantidade de vagas dos auxílios, eu creio que muita gente não consegue receber por essa questão. A procura é muito grande e a quantidade de vagas é bem pouca. (Discente M.C.)*

*Em relação ao número de vagas seria excelente ser um número bem mais amplo né? porque no ambiente acadêmico existem muitas pessoas carentes que precisam disso e às vezes você acha que sua situação é difícil e você ver a situação do outro e é mais complicada do que a sua né? Em relação a vagas eu acharia que deveria ser ampliado. [...] (Discente M.F.).*

*A disponibilidade de vagas para as bolsas, eu acredito que seria muito importante a ampliação. Eu não sei o que acontece, como uma pessoa externa ao programa, mas na classificação, as vezes a gente percebe que talvez não esteja correta, algumas coisas assim... a gente não entende, né? Acredito que esses dois pontos seriam os principais, que não só eu né que penso, mas seria primeiro a ampliação de vagas pras bolsas e segundo a questão da classificação, saber como que acontece. (Discente M).*

No campus de Imperatriz muitos discentes que se encontram no perfil indicado no PNAES como público prioritário, ou seja, oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até 01 salário mínimo e meio, permanecem na lista de espera das seleções de bolsas e auxílios e não conseguem ser assistidos. Isso se dá porque o PNAES, tal como vem sendo executado, com seu caráter seletivo e focalizador, não consegue atender a todos que dele precisam. Os recursos financeiros direcionados para desenvolvimento do programa não atendem à demanda. Sobre isso, Melo (2019, p. 96) contribui:

*Isto porque, tal Programa, mesmo trazendo características para a inclusão social, acaba tendo alguns percalços para a sua concretude. Pode-se acentuar o teor seletivo, já que não atende, de maneira geral, todos os estudantes, amarrando critérios para o seu usufruto, sendo o fator renda, o de maior peso.*

A execução do programa fica à mercê das dotações orçamentárias destinadas a cada ano para a política de assistência estudantil, nos permitindo entender as prioridades do governo. De acordo com Salvador (2012) é no orçamento que o governo clarifica suas prioridades de gestão e nos permite compreender a importância atribuída a cada política pública no contexto

histórico da conjuntura econômica, social e política no Brasil. O *Egresso J* fala sobre a importância do financiamento para as ações de permanência na universidade.

*Outra questão é o financiamento, acho que precisa, é uma área da universidade que as pessoas talvez não deem tanta importância, a gente ver tantos cortes que vêm acontecendo e é uma área essencial, querendo ou não, o próprio nome é “permanência”, é criada pra você conseguir permanecer na universidade e concluir a graduação. As vezes a gente não consegue conciliar trabalho ou nem conseguimos algum emprego. Então, é essencial isso, o financiamento, tanto para as bolsas quanto pro pessoal, pro quadro, pra que mais pessoas possam entrar, pra que tenha mais psicólogos, mais técnicos, mais assistentes sociais pra que possam atender a todas essas demandas [...]Então a Assistência Estudantil na minha opinião é primordial, deveria receber maior atenção, mais recursos [...]. (Egresso J).*

A fala do *egresso J* evidencia os impactos causados pela falta de condições orçamentárias suficientes para atuar em todos os segmentos previstos no PNAES e atender a demanda existente, revelando a necessidade de uma maior atenção à Política de Assistência Estudantil. O estudante enfatiza a necessidade de “mais”, mais recursos, mais profissionais, mais bolsas, a partir de sua própria experiência enquanto beneficiado pela política. No ano de 2021, o cenário é ainda sombrio, considerando o anúncio de cortes no recurso do PNAES.

Em entrevistas realizadas com servidores da UFMA, também foi possível identificar alguns desafios no contexto de execução do PNAES. Um dos aspectos de reflexão é o fato de que o planejamento e a gestão das bolsas e auxílios são feitos no âmbito da PROAES, embora a atual gestão tenha se mostrado mais aberta a este diálogo com as equipes do Continente. Na compreensão das *servidoras A e C* falta mais clareza, sobretudo, quanto à gestão do orçamento da assistência estudantil, permanecendo as equipes do Continente como apenas executoras do trabalho. Como desafios, foram apontados:

*Eu acho que a questão de conhecer o orçamento. Saber a questão do recurso né? É uma coisa que a gente pode querer ter uma opinião a respeito, mas a gente não... é muito escuro, inacessível, a gente não tem registro, não sabe como é que funciona. (Servidora A).*

*Eu acho que as coisas poderiam ser mais claras. A gente fica aqui meio que sem saber como as coisas funcionam, como as coisas são planejadas lá em São Luís, como acontece em termos de recurso, por exemplo, a gente não sabe os recursos que são destinados, quais são esses recursos? Simplesmente chegam, abrem-se os editais, vai ter tantas bolsas, não vai ter, é só cadastro de reserva, e a gente realmente não sabe como se chegou a esses números ou não números, né? Porque só cadastro de reserva? Porque não tem essa ampliação? Por que que existem tantas vagas para o auxílio creche, por exemplo, e não existe pro auxílio moradia? Como que é feita essa distribuição desse recurso? Então não se tem, a gente fica muito sem saber [...]. Acho que falta isso, acho que a PROAES poderia desenvolver, não sei, uma capacitação, um evento, algum momento e tornar isso mais claro. (Servidora C).*

Sobre isso, o *Servidor D* sinalizou a inexistência de uma publicização e discussão junto à comunidade acadêmica sobre as questões orçamentárias do PNAES, indicando como um desafio e um desejo da atual gestão:

*A gente sempre está trabalhando pra tentar inserir as pessoas nos debates da assistência, inserir os que estão ali na base, trabalhando diretamente com o público pra tentar sem dúvida nenhuma melhorar. E ainda temos muitos e muitos desafios, eu tenho uma vontade muito grande de fazer um orçamento participativo do PNAES, mas, na pandemia isso ainda não vai ser possível, não tem como abrir um debate desses, mas eu espero que até o final, pelo menos da minha passagem aqui, façamos.*

Torna-se então, necessária a viabilização de espaços para o debate sobre o financiamento da assistência estudantil e sua execução orçamentária, realidade não apenas da UFMA. Destaca-se, assim, a importância do controle social e a necessidade da realização de encontros entre estudantes e gestores da assistência estudantil para debate sobre a utilização dos recursos. Nascimento e Arcoverde (2012) ressaltam que a construção de uma política de assistência estudantil nas IFES requer sua consonância com as necessidades dos estudantes, o que implica, especialmente, no envolvimento dos estudantes/usuários no planejamento e avaliação da política.

A pesquisa nos impele a reflexões a respeito da importância da política de assistência estudantil e da necessidade de fortalecimento do PNAES. É emergente a implementação de mecanismos que assegurem a avaliação, o controle social, o financiamento condizente com as demandas e a consolidação do PNAES como lei. Além disso, apontamos para a necessidade de estratégias de divulgação dos serviços ofertados na UFMA, campus Imperatriz, de modo a facilitar o entendimento dos estudantes.

#### **4.4 O produto da pesquisa**

Com o objetivo de elaborar vídeos de curta duração com orientações aos estudantes sobre o acesso à Política de Assistência Estudantil no Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia – UFMA Imperatriz, produzimos dois *motions graphics*, que segundo Woolman (2004, p. 41) trata-se de uma área que “permite combinar e animar livremente camadas de imagem de todo o tipo como vídeo, fotografias, elementos gráficos diversos, tipografia e animações.” Podendo, assim, utilizar de uma aplicação de tecnologia de computação gráfica e vídeo digital.

O produto educacional, elaborado a partir deste estudo, se apresenta em formato de vídeos cartelados, um tipo de *motion graphics*, que permitirá trazer aspectos da pesquisa e

oportunizar uma interface com a realidade, tendo valor social diante dos desafios identificados. É a oportunidade de criar mais uma comunicação com os estudantes sobre informações pertinentes ao desenvolvimento do PNAES na UFMA, campus Imperatriz e sobre os procedimentos para o acesso.

Pensamos em algo que ainda não tivesse sendo utilizado pelo setor de assistência estudantil do campus, com vistas a complementar as ações e contribuir para uma melhor disseminação. Semestralmente é desenvolvida uma atividade sobre a assistência estudantil e os serviços ofertados direcionada para os calouros. Com o produto desta pesquisa, será possível alcançar a comunidade acadêmica de um modo geral, discentes de diversos períodos e servidores.

Em consonância com essa perspectiva, elaboramos dois vídeos de curta duração, experiência capaz de atingir o público alvo entrelaçando a pesquisa com os desafios do cotidiano vivenciados pelos discentes. Foi considerada também a popularização do consumo de conteúdo via vídeo animado, seja pela dinâmica ou pelas plataformas que facilitam sua distribuição.

Para criação do produto, elaboramos inicialmente um esboço do roteiro, que chamamos de pré-produção. Nesta fase, realizamos o projeto juntamente com um produtor de vídeo, no sentido de explorar ideias acerca do formato e montar a estrutura de desenvolvimento do produto. A partir do roteiro foram feitas as imagens e as ações que constam em cada cena dos vídeos.

Em torno desta produção dos vídeos e em diálogo com os resultados desta pesquisa, dividimos em duas abordagens. O primeiro vídeo trata sobre o PNAES e seu desenvolvimento no CCSST, explanando sobre os serviços ofertados na universidade. O segundo vídeo, por sua vez, apresenta os procedimentos para participação nas bolsas, auxílios e demais serviços desenvolvidos.

A escolha para se trabalhar nestas duas vertentes se deu a partir dos resultados da pesquisa, tendo em vista que os sujeitos entrevistados, embora beneficiados pelo PNAES, desconhecem o programa e têm uma percepção da política de assistência estudantil enquanto uma ajuda da universidade e não um direito social.

Além disso, alguns entrevistados, sobretudo os estudantes de períodos mais avançados e os egressos, relataram dificuldade quanto às informações sobre os serviços ofertados e sobre os procedimentos do processo de seleção de bolsas e auxílios. Assim, decidimos criar um vídeo específico sobre a seleção e suas fases. Cabe destacar que os vídeos terão imagens, animações, áudio de narração, legenda e interpretação em libras.

Após a definição da estrutura dos vídeos, passamos para a produção, ou seja, a parte prática da criação do produto. Para isso, contamos com um designer gráfico/ produtor de vídeo, um narrador e uma intérprete de libras. Em seguida, realizamos a edição dos vídeos, momento em que o designer gráfico/ produtor de vídeo trata o áudio, as imagens, os efeitos, transformando em um arquivo único e conciso. A seguir, a descrição da estrutura dos vídeos produzidos.

#### 4.4.1 Vídeo 1: o Programa Nacional de Assistência Estudantil e a oferta de serviços no CCSST

##### **Assistência Estudantil, o que é?**

Conjunto de ações que visam garantir condições de permanência e conclusão de curso na Educação Superior, busca responder às demandas dos estudantes que apresentam dificuldades de permanência na universidade, sobretudo em razão da insuficiência de condições financeiras.

##### **Conhecendo o PNAES**

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído via Decreto nº 7.234 de julho de 2010 e tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Trata-se de um direito social conquistado no âmbito das políticas públicas de Educação Superior.

##### **Para quem é destinado o PNAES?**

Serão atendidos prioritariamente estudantes da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio. (explicação sobre cálculo da renda per capita)

O PNAES é desenvolvido nas Instituições Federais de Ensino Superior por meio ações que devem ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

Cada instituição desenvolve as ações conforme a realidade dos estudantes e respeitando as áreas já indicadas no PNAES.

##### **Que tal conhecermos o serviço de Assistência Estudantil da UFMA?**

Apresentaremos no vídeo, as bolsas e auxílios conforme descritos no capítulo 3, item 3.1., bem como o serviço de apoio psicológico descrito no item 3.3.3.1.

#### 4.4.2 Vídeo 2: os procedimentos para seleção de bolsas e auxílios

No vídeo 2, o qual orienta os estudantes sobre as fases do processo de seleção, apresentamos os passos para inscrição e demais procedimentos. Nesta primeira parte, o discente é orientado sobre como realizar sua inscrição. Ao passo que é explicado o procedimento, apresentamos imagens do sistema sobre como o discente deve proceder em todas as etapas. A seguir, o roteiro utilizado para a produção do vídeo.

##### **Bolsas e auxílios da Assistência Estudantil da UFMA:** como se inscrever?

Você que é estudante regularmente matriculado nos cursos de graduação da UFMA pode realizar sua inscrição no processo de seleção para bolsas e auxílios durante período estabelecido no cronograma dos editais PROAES. Saiba como proceder:

*1º Passo:* entre com seu usuário e senha na página do SIGAA. Você será direcionado para o menu geral do SIGAA;

*2º Passo:* clique na opção "Bolsas/Voluntariado", localizada na aba superior da página, em seguida clique em “aderir ao cadastro único”. Após declarar que leu e concorda com os termos citados, você preencherá os dados do perfil e logo após confirme o seu endereço.

A partir de então deverá responder o cadastro único, que consiste em um questionário socioeconômico com 46 perguntas, e aceitar as condições de participação.

##### **Respondendo o Cadastro Único**

Atenção! O preenchimento correto e completo do cadastro único é de responsabilidade do (a) discente, pois todas as informações prestadas deverão ser comprovadas, caso seja convocado (a) para a etapa da entrega de documentações.

Vamos então para a orientação do preenchimento do cadastro único. É importante que esteja com documentos em mãos, tais como comprovante do consumo de energia elétrica, documento de comprovação da renda familiar, dentre outros, para evitar erro no ato do cadastro.

A classificação se dá com base nas informações que você declarou no cadastro único, assim, o sistema gera uma pontuação estabelecida a partir de indicadores de avaliação indicados nos editais.

Neste momento, são comentadas as perguntas do cadastro único e sinalizados os indicadores de avaliação.

##### **Solicitação das bolsas e auxílios desejados**

Após preencher o cadastro único, é necessário clicar novamente na aba “Bolsas/Voluntariado”, em seguida na opção “Solicitação de Bolsa” e selecionar as opções desejadas. Para cada solicitação, será emitido um comprovante de inscrição.

*Posso me inscrever para mais de uma modalidade?*

Sim! Você poderá solicitar as opções as quais você atende ao perfil, conforme indicado nos editais, e caso seja deferido e convocado para mais de uma modalidade, optará pela que tem maior interesse, caso as opções não sejam cumulativas.

**Convocação**

Com base na ordem de classificação, os estudantes serão convocados, via edital publicado na página da PROAES, para a etapa da entrega de documentação. Atenção! O quantitativo de discentes convocados para esta etapa dependerá do número de vagas de cada auxílio/bolsa disponíveis, geralmente são chamados três ou quatro vezes o número de vagas para formação de cadastro de reserva.

**Entrega de documentação**

Os estudantes convocados deverão entregar a documentação, pessoalmente, no setor do Serviço de Assistência Estudantil do campus ou de forma *online* pelo SIGAA, dentro do prazo estabelecido no cronograma da convocação.

Para postar a documentação via SIGAA, clique no menu “Bolsas/Voluntariado” e escolha a opção “Documentos Comprobatórios”. Na página de submissão de documentos, observe as instruções sobre o formato do arquivo, que deverá estar em PDF.

Clique em "Escolher Arquivo", localize o PDF em seu computador ou dispositivo móvel. Em seguida, insira a descrição do documento (nome, tipo, etc.), e depois "Adicionar". No caso de mais de um documento, você deverá adicionar um a um, para, depois clicar no botão “Emitir Documento Único”.

Atenção! Caso a sua documentação seja incompleta, falsa, contraditória e/ou não comprove o que foi declarado no Cadastro Único, você terá sua inscrição indeferida.

**Análise Socioeconômica**

Após esta etapa você deverá aguardar a análise socioeconômica realizada pela equipe técnica de referência da assistência estudantil do campus. Lembrando que a equipe pode realizar entrevistas e/ou visitas domiciliares quando identificar a necessidade.

A equipe emitirá um parecer técnico a respeito do deferimento ou do indeferimento da sua solicitação, o qual constará na publicação do Resultado Parcial.

**Recursos**

Em caso de indeferimento no resultado parcial, você poderá interpor recurso no prazo estabelecido em edital. O motivo do indeferimento poderá ser verificado no SIGAA acessando a aba “Bolsas/Voluntariado” e em seguida clicando em “consultar situação da bolsa”.

Para recurso, você precisará preencher um formulário específico disponível no site da PROAES. Neste formulário, você vai expor os motivos para o pedido de reexame e anexar as documentações necessárias. Após a análise do recurso é publicado o Resultado Final da seleção.

### **Habilitação**

Caso sua inscrição seja deferida no resultado final, você deverá aguardar a disponibilidade de vaga e a sua convocação, por meio do SIGAA, para a assinatura do Termo de Compromisso. Atenção! É importante manter os seus dados bancários atualizados no seu perfil no SIGAA para recebimento do pagamento das bolsas e auxílios. Além disso, fique atento (a) aos critérios de manutenção descritos nos editais.

Em caso de dúvidas, busque o Serviço de Assistência Estudantil do seu campus para mais esclarecimentos.

## 5 CONCLUSÃO

Conforme apresentamos ao longo deste trabalho, nossas reflexões guiaram-se para compreender como tem se materializado a política de Assistência Estudantil no contexto de execução do PNAES na UFMA, campus Imperatriz, em favor dos estudantes do curso de pedagogia. Diante da complexidade da temática, não temos a intenção de esgotar as discussões, mas sim trazer considerações que advertem sobre a importância do seu aprofundamento, de modo que possa contribuir com o desenvolvimento do PNAES, bem como lançar luz a novas questões de pesquisa e norteamentos para intervenções.

Como referência analítica tomamos o materialismo histórico dialético na busca pela compreensão dos movimentos controversos da trajetória da Educação Superior no Brasil, que envolvem as condições não apenas de acesso, mas de permanência e conclusão de curso intermediadas pela política de assistência estudantil.

Ao apresentarmos a trajetória do acesso ao Ensino Superior no Brasil e a formulação da Política de Assistência Estudantil com foco na construção do PNAES e sua flexibilidade institucional, pudemos perceber o entrelaçamento de interesses, que tem de um lado o objetivo de formar mão-de-obra para atender às demandas do capital e por outro lado, a pressão da classe trabalhadora para ter acesso ao saber científico. Diante deste cenário, são implementadas medidas, a partir de uma conjuntura neoliberal, por intermédio de programas que possibilitam o acesso da classe trabalhadora à Educação Superior financiando a esfera privada, a exemplo do PROUNI e FIES, em detrimento de limitados incentivos às instituições públicas.

Como registramos, no Brasil, no bojo das relações neoliberais, corre um processo de expansão do Ensino Superior com predominância no alargamento do mercado privado de instituições educacionais, combinado a uma política de restrições às universidades públicas. As medidas voltadas à ampliação do acesso nas universidades públicas, especialmente a partir do Governo Lula foram propagandeadas como democratização da Educação Superior, assumindo um caráter contraditório, pois ao passo que atende a demandas históricas de acesso da classe trabalhadora à universidade, são implementadas nos moldes do capital, sem a efetiva participação social.

O crescimento quantitativo, especialmente no que tange às matrículas, passou a ganhar expressividade nas IFES, sobretudo com a adesão ao REUNI. Tornou-se recorrente o ingresso de estudantes da classe trabalhadora à universidade e a necessidade de fortalecimento da política de assistência estudantil, o que nos leva a entender a evidência do aumento no

número de discentes que se encaixam na faixa de renda indicada no PNAES. Entretanto, muito embora o programa vise a inclusão e a redução das desigualdades, ainda não consegue alcançar a todos que dele precisam. Assim, cumpre destacar que a Política de Assistência Estudantil, embora tenha se fortalecido, sobretudo com a instituição do PNAES, ainda enfrenta desafios significativos para sua consolidação.

O resultado da pesquisa confirma que a assistência estudantil é uma necessidade emergente para o fortalecimento das condições de permanência dos estudantes nas IFES e que a instituição do PNAES representou uma conquista no âmbito das políticas públicas para a Educação Superior. Muitos não possuem condições materiais, e mesmo imateriais, de manter-se na universidade pública sem o desenvolvimento de políticas de permanência.

O PNAES contribuiu, sem dúvida, para ampliar o reconhecimento da assistência estudantil como um direito social. Porém, trata-se de uma política que carece de financiamento condizente com a realidade da comunidade discente das instituições. Ao passo que os recursos são limitados, permanece um atendimento seletivo, um quadro de profissionais insuficiente e poucas chances de ampliação do alcance do programa. Além disso, entendemos a urgência em consolidar o PNAES como lei, tendo em vista que a sua condição de Decreto o insere no terreno das incertezas, não se constituindo ainda como política pública de Estado propriamente dita, podendo ser alterada conforme interesse do governo.

Sobre as possibilidades da minimização das desigualdades sociais, como prevê o Decreto, temos a compreensão de que um programa desenvolvido no contexto neoliberal, em um cenário de contingenciamento no orçamento, ameaças de cortes de recursos, dentre outros desafios, não consegue alcançar uma transformação radical e significativa. Em uma sociedade de classes, tenta-se somente minimizar as manifestações extremas da pobreza, desde que se mantenham intocados os meios de produção e, portanto, as classes sociais.

A necessidade de participação dos estudantes oriundos da classe trabalhadora nas atividades acadêmicas em condições de igualdade com os demais vai além de questões meramente econômicas, sobretudo se considerarmos que os recursos orçamentários do PNAES não são suficientes e a instituição não atende às necessidades da comunidade acadêmica em todas as esferas. Pois além da garantia na qualidade do ensino, pesquisa e extensão, é preciso uma efetiva política de assistência estudantil em termos de alimentação, moradia, saúde, cultura, esporte, lazer, acessibilidade, dentre outros.

Ao buscarmos descrever a assistência estudantil no âmbito da Universidade Federal do Maranhão: contexto histórico e sua ramificação ao CCSST – Campus Imperatriz –MA, identificamos que a Política de Assistência Estudantil na universidade veio se constituindo com

ações inicialmente fragmentadas, realidade comum às IFES, e que somente com a criação de uma Pró-Reitoria específica em 2014 (PROAES) é que foi possível uma melhor sistematização das ações. Todavia, ainda não se tem uma política consolidada, sobretudo pela falta de um regulamento próprio, o qual está em fase de discussão para elaboração.

Em termos de concessão de bolsas e auxílios, as ações são alinhadas em todos os campi da UFMA, os quais seguem os editais publicados periodicamente pela PROAES. As ações de caráter mais abrangente, como apoio psicológico, pedagógico, ações de promoção à saúde, cultura, dentre outros, não são alinhadas entre os campi e não é uma realidade de todos. No contexto do campus de Imperatriz, ações desta natureza tem ganhado espaço com a ampliação da equipe a partir do ano de 2016. Entretanto, tem-se ainda o fato de a equipe se dedicar a ações para além da assistência estudantil, a exemplo de atividades demandadas por outras Pró-Reitorias.

A análise do desenvolvimento das ações do PNAES no atendimento aos estudantes do curso de pedagogia contemplados pelas ações da assistência estudantil nos permitiu perceber que as medidas do programa colaboram com a permanência dos estudantes que por elas são alcançados, o que não corresponde a todos os que buscam. Foi possível identificar que a distância entre a oferta e a procura no que se refere às bolsas e auxílios financeiros ainda é expressiva, pois semestralmente é mantido um cadastro de reserva e muitos discentes que possuem o perfil estabelecido no PNAES, permanecem sem atendimento de suas demandas, o que denota que as necessidades de moradia, alimentação, transporte, dentre outras, ainda estão distantes de serem supridas.

Desse modo, concluímos que há uma urgência em superar a condição de bolsificação que o PNAES assumiu e assim ampliar as ações de permanência, a exemplo do atendimento do Restaurante Universitário, o qual não se estende à unidade centro do campus de Imperatriz, onde funciona o curso de pedagogia, ou mesmo da criação de Residências Universitárias, além de outras ações de caráter universal.

Ao nos debruçarmos sobre a realidade do curso de pedagogia do CCSST, identificamos ainda a colaboração da coordenação do curso e de docentes quanto à orientação e encaminhamento dos estudantes à assistência estudantil, mencionada tanto por servidores quanto por estudantes entrevistados. Entendemos, desse modo, a importância do diálogo com a comunidade acadêmica no desenvolvimento do PNAES, pois com o entendimento dos docentes e técnicos administrativos sobre o serviço ofertado, mais discentes podem ser alcançados.

A pesquisa realizada junto a estudantes do curso de pedagogia da UFMA, campus Imperatriz, nos permitiu ainda perceber a assistência estudantil sob o olhar dos beneficiados

pelo PNAES. Dentre outras análises, ficou claro o desconhecimento em relação à existência do programa, além do não entendimento das ações enquanto um direito, mas sim uma ajuda, evidenciando a falta de politização e discussão acerca da temática. Concluímos que há necessidade de debates sobre a política desenvolvida na universidade, oportunizando a participação e maior envolvimento dos usuários na formulação, no acompanhamento e na avaliação das ações do PNAES.

Cabe mencionar que na UFMA não se tem ainda o controle social, seja por parte dos estudantes, ou mesmo dos servidores que lidam com a execução do PNAES nos campi. Identificamos, dessa forma, a necessidade de espaços de debate, transparência de informações, dados e orçamentos, o que é imprescindível no contexto de implementação das políticas públicas.

Em algumas falas dos beneficiados ficou claro o sentimento de gratidão pela “ajuda” recebida da universidade, o que nos levou a relacionar com o fato de a pesquisa está diretamente ligada ao campo de atuação profissional da pesquisadora, o que pode ter influenciado o tipo de resposta dada. Reconhecemos o desafio que foi manter o distanciamento enquanto pesquisadora, estando imersa na realidade de desenvolvimento do PNAES na condição de servidora da UFMA. Ao mesmo tempo foi enriquecedor e proporcionou um maior significado à prática profissional, uma vez que, como já mencionado, não se tem na UFMA um espaço para a avaliação do desenvolvimento do programa.

No que tange à disseminação das informações acerca dos serviços ofertados no âmbito do PNAES, elaborou-se vídeos de curta duração (cartelados) com orientações aos estudantes sobre o acesso às políticas de assistência estudantil no CCSST – UFMA Imperatriz. A pesquisa junto aos beneficiados clarificou a necessidade de estratégias que alcançassem a comunidade acadêmica como um todo, tanto no que se tem ofertado no contexto local, como sobre os procedimentos para acesso.

Nossa pretensão com os vídeos animados de curta duração é que seja um instrumento que dialogue com a realidade dos estudantes e que tenha relevante impacto no desenvolvimento do PNAES no CCSST, para que os discentes se apropriem do seu conteúdo durante sua trajetória acadêmica e produzam suas reflexões acerca da assistência estudantil enquanto um direito.

Garantir a assistência estudantil em sua totalidade é ainda um desafio à gestão do PNAES nas IFES, pois é preciso superar entraves, ir além da renda como indicador para atendimento dos estudantes, promover ações de maior alcance, entendendo o estudante para além da sua condição socioeconômica, pois deve ser questionada a igualdade de oportunidades,

de condições para melhorar o desempenho acadêmico e assim prevenir as situações favoráveis à retenção, evasão, adoecimento físico e mental, sobretudo na conjuntura atual, de desmonte das políticas públicas e de ameaça a efetivação de direitos.

Assim, constatamos que as medidas adotadas no âmbito da expansão da Educação Superior, das quais o PNAES faz parte, não estão desvinculadas de um processo mais amplo, em que ao mesmo tempo que se apresenta como um mecanismo de democratização, atende aos objetivos da produção e reprodução do capital, adequando-se às condições por ele impostas.

O PNAES é essencial à permanência e conclusão de curso dos estudantes da Educação Superior, sendo um instrumento para o usufruto efetivo da educação como direito. Porém, em face da conjuntura adversa do país, como já comentado, a pesquisa nos convida à necessária reafirmação da importância da manutenção da luta pelos direitos sociais.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Luciene da Silva. Reconfiguração do ensino superior brasileiro: direito ou desmonte? **Rev. Inter. Educ. Sup.**, Campinas, SP, v. 3, n. 3, p. 645-677, set./dez. 2017.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Coletiva de imprensa remota: corte no orçamento das Universidades Federais**. Brasília: ANDIFES, 2021. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=87467>. Acesso em: 27 mar. 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (org.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BETZEK, Simone Beatris Farinon. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES na UTFPR Câmpus Medianeira**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus Marília, São Paulo, 2015.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa populacional 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017**. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13530-7-dezembro-2017-785887-publicacaooriginal-154436-pl.html>. Acesso em: 13 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2015.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf). Acesso em: 13 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 3 abr. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº de 2010**. Estabelece o Plano Nacional de Educação - PNE para o decênio 2011-2020, e dá outras providências. Brasília, DF, 2010b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7116-pl-pne-2011-2020&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7116-pl-pne-2011-2020&Itemid=30192). Acesso em: 3 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni. Brasília, DF, 2007a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: MEC, 2007b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf). Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm). Acesso em: 15 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2003:** resumo técnico. Brasília, DF: MEC, 2003. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2004/resumo\\_tecnico\\_050105.pdf](https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2004/resumo_tecnico_050105.pdf). Acesso em: 13 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 9 set. 2020.

BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Presidência da República, 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: 17 maio 2020.

BRASIL. [Constituição (1961)]. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1961. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm). Acesso em: 14 maio 2020.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm). Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: Presidência da República, 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931.** Estatuto das universidades brasileiras. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1931. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D19851.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19851.htm). Acesso em: 14 maio 2020.

BRASIL. **Carta de Lei de 25 de março de 1824.** Constituição política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824). Rio de Janeiro: Presidência da República, 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 14 maio 2020.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O ProUni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 979-1000, 2006.

CARVALHO, Evandicleia Ferreira de. **A expansão da Educação Superior na UFMA (2000 a 2014) no contexto do REUNI**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p. 5-15, set./out./nov./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; SILVA, Mateus Thomaz da. O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni: ampliação de vagas versus garantia de permanência. **Ser Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 489-512, 2012.

CORREIO, Larissa Cavalcanti de Albuquerque. Assistência estudantil na política de Educação Superior no Brasil. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, v. 4, n. 2, p. 44-63, ago. 2018. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES/article/view/2413>. Acesso em: 17 maio 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cyntia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.

DA ROS, Augusto César. Balanço histórico da atuação do FONAPRACE na defesa das políticas de assistência estudantil no ensino superior. In: I CONGRESSO DA ANDIFES, 1., 2020, Uberlândia, MG. **Anais [...]**. Uberlândia, MG, 2020.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. **Universidade e Poder: análise Crítica/Fundamentos Históricos (1930-45)**. 2. ed. Brasília: Plano, 2000.

FERNANDES, Florestan **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez, 1989. Disponível em: <http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/texto-6-2013-a-educacao-superior-no-brasil.pdf>. Acesso em: 21 maio 2020.

FIGUEIREDO, Raquel de Ferreira de. **A assistência estudantil e a permanência das estudantes-mães na UNIFAL-MG**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Alfenas, Vargínia, MG, 2019.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia, MG: ANDIFES; 2012. Disponível em: [http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/1\\_fc3b3rum-nacional-dos-prc3b3-reitores-de-assuntos-estudantis-e-comunitc3a1rios-25-anos3.pdf](http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/1_fc3b3rum-nacional-dos-prc3b3-reitores-de-assuntos-estudantis-e-comunitc3a1rios-25-anos3.pdf). Acesso em: 20 abr. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 46, p. 235-254,

2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GAMBOA, Silvio Sánchez. Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: SANTOS FILHO, José Camilo; GAMBOA, Silvio Sánchez. (org.). **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

GOMES, Nilma Lino; SANTOS, Macaé Maria Evaristo dos; NUNES, Maria do Rosário. Educação e Diversidade Direito e Ação Afirmativa. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 231-252, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/302/472>. Acesso em: 10 out. 2020.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção docência em formação).

GRANEMANN, Sara. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. **Em pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 57-68, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**, 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IMPERATORI, Thais Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICO E CARTOGRÁFICO. **Regiões de desenvolvimento do Estado do Maranhão**. São Luís: IMESC, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=448660&view=detalhes>. Acesso em: 26 nov. 2020.

KONDER, Leandro Augusto Marques Coelho. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRGs, Porto Alegre, 2012.

LEITE, Janete Luzia. Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos? **Revista Ser Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 453-72, jul./dez. 2012.

LIMA, Carla Patrícia Novaes de. A arte da participação e a participação da arte: uma experiência nas casas de estudantes universitárias da UFPE. **Serviço Social em Revista**, Recife, v. 5, n. 1, jul./dez. 2002.

MACHADO, Fernanda Meneghini. Financiamento da assistência estudantil nas universidades federais. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 17, n. 33, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/15560>. Acesso em: 11 abr. 2021.

MACIEL, Danilo Alain Simões. **Políticas Públicas e democratização educacional**: acesso e permanência no ensino superior através do Programa Reuni. Salvador, Bahia, 2014.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. **Assistência estudantil e o seu papel na permanência dos estudantes de graduação**: a Experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2013.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro de. Desigualdade, pobreza e educação superior no Brasil. In: FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia, MG: UFU, p. 88-97, 2012.

MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. Psicologia escolar: pesquisa e intervenção. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 23 n. 83, 2010. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2455>. Acesso em: 14 maio 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “Manifesto do Partido Comunista”. In: Marx; Engels. **Obras escolhidas**. Moscou: Progresso; Lisboa: Avante, 1982.

MELO, Jéssica Regina Teixeira. **O Programa Nacional De Assistência Estudantil - PNAES e os desafios para a inclusão social face à “política da dor**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, 2019.

MENDES, Ezenilde Rocha. **Assistência estudantil**: uma análise do processo de monitoramento e avaliação acadêmica dos bolsistas do Programa Permanência. 2019. Dissertação. (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo. 2008.

MINAYO, Maria Cecília Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MOCELIN, Cassia Engres. Assistência estudantil como política de proteção social: uma possibilidade de seguridade social ampliada e intersetorial. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 45, set./dez. 2019.

MOTTA, Thalita Cunha. **Assistência estudantil e inclusão social**: mudanças discursivas e recontextualização no caso do IFRN. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite. Assistência estudantil e projeto ético-político do serviço social: democratizar acesso ou permanência? **Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**, ano 6, n. 8, set. p. 379-399. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/bitstream/123456789/895/1/assist%c3%aancia%20estu%20dantil%20e%20projeto%20%c3%a9ticopol%c3%adtico%20do%20servi%c3%a7o%20social.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

NASCIMENTO, Clara Martins do. A assistência estudantil consentida: na contrarreforma universitária dos anos 2000. **Universidade e Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 53, p. 88-99, fev. 2014. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1194016701.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2021.

NASCIMENTO, Clara Martins do. Elementos conceituais para pensar a política de assistência estudantil na atualidade. In: FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia, MG: UFU, p. 147-157, 2012. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1194016701.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2021.

NASCIMENTO, Clara Martins do; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. O Serviço Social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão. In: FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia, MG: UFU, p. 167 - 179, 2012. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1194016701.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2021.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A educação superior no contexto atual e o PNE 2011-2020: avaliação e perspectivas. In: Dourado, Luiz Fernandes (org.). **Plano nacional de Educação (2011-2020)**: avaliação e perspectivas. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

ORSO, Paulino José. A educação na sociedade de classes: possibilidades e limites. 2. ed. In: ORSO, José Paulino; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria (org.). **Educação e lutas de classe**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49-63

PEREIRA, Almicar Araújo. **“O mundo negro”**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense Niterói, RJ, 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1254.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

PINTO, Jennifer Christie do Nascimento Gonçalves; BELO, Amanda Silva. A nova configuração da Assistência Estudantil. In: FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia, MG: UFU, p. 114-126, 2012.

RADAELLI, Andressa Benvenuti. Estado e política educacional: reuni e a expansão do ensino superior público durante o governo Lula. *In: XI JORNADA DO HISTEDBR*, 11., 2013, Cascavel, PR. **Anais [...]**. Cascavel, PR, 2013.

RÊGO, Ernny Coêlho; SILVA, José Ronaldo Ribeiro. Acesso e Permanência na Educação: os desafios da Assistência Estudantil. *In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 7, 2015, São Luís, MA. **Anais [...]**. São Luís, MA, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/acesso-e-permanencia-na-educacao-os-desafios-da-assistencia-estudantil.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

ROCHA, Dário do Carmo. **A UNE e a Reforma Universitária**: as motivações históricas e a luta dos estudantes por um projeto de universidade nos anos 60. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e Financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista**, v. 14, p. 4-22, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/12263/11632>. Acesso em: 6 out. 2020.

SANTOS, Gabrielle; FREITAS, Leana Oliveira. Permanência e assistência estudantil na UFMT: desafios para a garantia de direitos no ensino superior. *In: III ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL*. 3., 2015, Vitória, ES. **Anais [...]**. Vitória, ES, 2015.

SANTOS FILHO, José Camilo. Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. *In: SANTOS FILHO, José Camilo; GAMBOA, Silvio Sánchez. (org.). Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poiésis Pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4-17, 2010. Disponível em: <file:///D:/Bibliotecas/Downloads/14035-Texto%20do%20artigo-55684-1-10-20110426.pdf>. Acesso em: 6 out. 2020.

SILVA, Adão Rogério Xavier. **A materialização do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Acre**: texto, contexto, processos e práticas. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Acre UFAC, Rio Branco, AC, 2019.

SILVA, Allana Sousa. **Assistência estudantil na UFMA, dinâmica institucional e significados na formação**: evidências da modalidade vivências acadêmico profissionais. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

SILVA, Elvira Barbosa da. A importância dos eventos culturais no espaço acadêmico: o caso da ECULT na UTFPR em Apucarana -PR. **Revista Percurso – NEMO**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 42- 54, 2019.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, jul./dez. 2010.

SILVA, Thales Fabrício da Costa e. Desafios da atuação do psicólogo na Assistência Estudantil em uma universidade federal. **Pesquisas e práticas psicossociais**, São João Del Rei, v. 15, n. 4, 2020. Disponível em: [file:///D:/Bibliotecas/Downloads/3270-16251-1-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/Bibliotecas/Downloads/3270-16251-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 13 abr. 2021.

SILVA, Juliana Alvarenga; LIMA, Célia Nogueira. O papel dos programas de assistência estudantil no contexto da expansão de direitos e da democratização das universidades públicas brasileiras. In: FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia, MG: UFU, p. 135-146, 2012.

SILVA, Marcelo Nunes; ARAÚJO, Gabriel Pereira de; CLEMENTE, Lúcia Regina Guimarães. Memória Institucional de um Campus Universitário Fora da Sede: Percursos de Organização da Memória dos 40 anos da UFMA – campus Imperatriz. Imperatriz (MA). In: XLIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43., 2020, São Luís. **Anais [...]**. São Luís, MA, 2020. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-1326-1.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2021.

SILVA, Fransuelen Geremias; RADIC, Leila Maria Ribeiro; SILVA, Mateus Gomes da; FONSECA, Paulo Marcus Oliveira. Saraus contemporâneos: a importância dos saraus como espaço político de socialização. **Cadernos Cespuc**, Belo Horizonte, n. 29, 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/view/P2358-3231.2016n29p150/11254>. Acesso em: 5 maio 2021.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A assistência estudantil no ensino superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. Mestrado (Dissertação em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas - UCPEL, Pelotas, 2012.

SOUZA, Camila Cristina de Castro. **A formação profissional em serviço social e questão ético-política no contexto da expansão do ensino superior no maranhão**. 2019. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Tereza Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, MG, v. 31, n. 61, p. 21-44, 2017.

STÁLIN, Josef. **Sobre o materialismo histórico e o materialismo dialético**. Tradução do russo e edição (revista) por CN, 1938. Disponível em: <http://www.hist-socialismo.com/docs/MatDialecticoHist%C3%B3rico.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

TORRES, Carla Michelle Ramos. A União Nacional dos Estudantes: História, Educação, Política no Brasil na década de 1960. In: XI REUNIÃO CIENTÍFICA DA ANPED, 11., 2016, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, 2016. Disponível em: [http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-1\\_CARLA-MICHELE-RAMOS-TORRES.pdf](http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-1_CARLA-MICHELE-RAMOS-TORRES.pdf). Acesso em: 23 maio 2020.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. A política para o ensino superior do Governo Lula: uma análise crítica. **Cadernos da Pedagogia**, ano 1, v. 2, ago./dez. 2007.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Carta de Ouro Preto: entrar, permanecer e disputar a concepção das políticas de assistência e permanência estudantil! *In*: III SEMINÁRIO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNE, 3., 2014, Minas Gerais. **Anais** [...]. Minas Gerais, UFOP, 2014. Disponível em: <https://www.une.org.br/wp-content/uploads/resolu%C3%A7%C3%B5es-seminario-nacional.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **UFMA 54 anos**: instituição amplia ensino superior com mais campus no interior do Maranhão. São Luís: UFMA, 2020a. Disponível em: <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=57334>. Acesso em: 20 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Edital PROAES nº 20/2020**. Edital para concessão da bolsa foco acadêmico para o período de agosto 2020 a julho de 2021. São Luís: UFMA, 2020b. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/edital/u8rC5sRU0BiPs9q.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Edital PROAES nº 12/2020**. Edital para concessão de Auxílio Moradia, na modalidade prestação pecuniária. São Luís: UFMA, 2020c. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/edital/bcO7uIoUMGs8REF.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Edital PROAES nº 10/2020**. Edital para concessão do auxílio alimentação modalidade restaurante universitário – primeiro semestre de 2020. São Luís: UFMA, 2020d. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/edital/0Hw6sWMjAgmlzGQ.pdf>. Acesso em 24 nov. de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Edital PROAES nº 08/2020**. Edital para concessão do auxílio transporte – semestre 2020.1. São Luís: UFMA, 2020e. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/edital/ptzPdO1zbSGOsNb.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Edital PROAES nº 04/2020**. Edital para concessão de auxílio emergencial - fluxo contínuo. São Luís: UFMA, 2020f. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/edital/nwXHwkVev84VjUu.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Edital PROAES nº 11/2020**. Edital para concessão do auxílio de apoio acadêmico - Curso de Odontologia primeiro semestre de 2020. São Luís: UFMA, 2020g. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/edital/w1Gj9BoJO2Sc0lr.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Edital PROAES nº 06/2020**. Edital para concessão do auxílio creche - semestre 2020.1. São Luís: UFMA, 2020h. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/edital/mGCYfUwniJEAJcT.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Edital PROAES nº 09/2020**. Edital para concessão do auxílio bolsa atleta - primeiro semestre de 2020i. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/edital/0X5lH0iLdWkvW6c.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Edital PROAES nº 13/2020**. Edital concessão da bolsa aprimoramento acadêmico - primeiro semestre letivo de 2020. São Luís: UFMA, 2020j. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/edital/ZBPY0LfxItEIEzM.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Edital PROAES nº 02/2020**. Edital para concessão de auxílio para participação em eventos acadêmicos, científicos, tecnológicos, esportivos e culturais. São Luís: UFMA, 2020k. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/edital/Bj8KZYHtWhao1pd.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Edital PROAES nº 05/2020**. edital que dispõe sobre a seleção de professor bolsista de inglês, francês e espanhol para o CEI – curso de estudos de idiomas – ano 2020.1. São Luís: UFMA, 2020l. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/edital/esWd1zOYKamMY38.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Edital PROAES nº 28/2020**. Edital auxílio inclusão digital - modalidade pacote de dados, para acesso à internet – em caráter emergencial 2020.1. São Luís: UFMA, 2020m. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/edital/zzOe62HiBJXPjCE.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Edital PROAES nº 14/2020**. Edital para concessão de bolsas PROMISAES. São Luís: UFMA, 2020n. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/edital/Q9wtqUVq7nW0Url.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Assistência Estudantil na UFMA**. São Luís: UFMA, 2019a. Disponível em: [https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proaes/paginas/pagina\\_estatica.jsf?id=942](https://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proaes/paginas/pagina_estatica.jsf?id=942). Acesso em: 28 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Plano de trabalho do Serviço de Assistência Estudantil e Pedagógica**. São Luís: UFMA, 2019b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Abertas as inscrições para Bolsa Permanência do MEC**. São Luís: UFMA, 2019c. Disponível em: <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=54453>. Acesso em: 7 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Resposta - Apoio Pedagógico e Atendimento Psicológico**. São Luís: 2019d. Disponível em: [https://portais.ufma.br/PortalUnidade/imperatriz/paginas/pagina\\_estatica.jsf?id=1203](https://portais.ufma.br/PortalUnidade/imperatriz/paginas/pagina_estatica.jsf?id=1203). Acesso em: 13 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Conselho Universitário. **Resolução nº 1666 CONSEPE, de 18 de outubro de 2016**. Aprova o Projeto, Político Pedagógico, vinculado ao Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia, Campus Imperatriz e dá outras

providências. São Luís: UFMA, 2017. Disponível em:  
file:///D:/Bibliotecas/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20curso%20de%20Pedagogia.pdf. Acesso em: 7 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Conselho Universitário. **Resolução nº 193 – CONSUN, 13 de fevereiro de 2014**. São Luís: UFMA, 2014. Disponível em:  
<https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=44151>. Acesso em: 7 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Plano de metas 2012**. São Luís: UFMA, 2012. Disponível em: [http://www.ufma.br/arquivos/plano\\_metas\\_2012.pdf](http://www.ufma.br/arquivos/plano_metas_2012.pdf). Acesso em: 13 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Conselho Universitário. **Resolução nº 121 - CONSUN, 17 de dezembro de 2009**. São Luís: UFMA, 2009. Disponível em:  
<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/boZYWHm4X6XtB9a.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Conselho Universitário. **Resolução nº 28/99 do Conselho Universitário, de 17 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre o Regimento Geral da UFMA. São Luís: UFMA, 1999. Disponível em:  
<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/iN2o6GYxQlbj5VE.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2020.

VASCONCELOS, Natália Batista. Assistência estudantil: uma breve análise histórica FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia, MG: UFU, p. 100-111, 2012.

WOOLMAN, Matt. **Motion Design: moving graphics for television, music video, cinema, and digital interfaces**. 1. ed. Brighton: Rotovision, 2004.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A presente pesquisa, cujo título é “*Programa Nacional de Assistência Estudantil: Análise da Implementação na Universidade Federal do Maranhão – Campus Imperatriz, curso de Pedagogia*”, é desenvolvida pela mestrandia Isabela Mendes Costa Campos, aluna do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Formação Docente em Práticas Educativas, da Universidade Federal do Maranhão, sob orientação do professor Dr. Witembergue Gomes Zaparoli. A pesquisa tem como objetivo analisar o desenvolvimento do PNAES na UFMA, campus Imperatriz, visto sua importância para a permanência e conclusão dos estudantes na Educação Superior, com foco para o atendimento aos estudantes do curso de Pedagogia.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que autorizo a minha participação nesta pesquisa por meio de entrevista, cujo conteúdo será gravado no intuito de garantir a integridade das informações prestadas. Fui devidamente informada sem qualquer constrangimento e coerção sobre os objetivos e instrumento de coleta de dados que serão utilizados, já citados neste termo. Fui igualmente informado(a):

- Da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos relacionados à pesquisa;
- Da garantia de retirar meu consentimento a qualquer momento, deixar de participar do estudo;
- Da garantia de que não serei identificado(a) quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados à pesquisa;
- De que, se existirem gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa, portanto não terei nenhum tipo de gasto previsto.

Este termo será assinado em duas vias, sendo que uma delas será entregue ao sujeito pesquisado e a outra será arquivada em local seguro pela pesquisadora.

Imperatriz, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante da pesquisa  
RG:

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador  
RG:

## APÊNDICE B – TERMO DE ANUÊNCIA DA PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PROAES)



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís – Maranhão.

#### PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

#### TERMO DE ANUÊNCIA

Autorizo que a pesquisadora **Isabela Mendes Costa Campos**, mestranda devidamente matriculada no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Formação Docente em Práticas Educativas, pertencente a Universidade Federal do Maranhão, Campus Imperatriz, desenvolva nesta Instituição sua pesquisa intitulada *Análise da implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Maranhão – Campus Imperatriz, curso de Pedagogia*, sob orientação do professor Dr. Witembergue Gomes Zaparoli e que tem como objetivo geral analisar a política de assistência estudantil desenvolvida da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz, como forma de contribuir para a permanência e conclusão dos estudantes na Educação Superior.

Ciente dos objetivos da pesquisa, a pesquisadora está autorizada a ter acesso e buscar o fornecimento de todos os subsídios possíveis, dentro da legalidade, para desenvolvimento de sua pesquisa, desde que seja assegurado o que se segue abaixo:

- 1) A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- 2) Não haverá nenhuma despesa para esta Instituição que seja decorrente da participação na pesquisa;
- 3) A garantia de que os sujeitos da pesquisa não serão identificados durante a divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados à pesquisa;
- 4) No caso do não cumprimento dos itens acima, há a liberação de retirada a minha anuência a qualquer momento da pesquisa, sem penalização.

A referida pesquisa será realizada na Universidade Federal do Maranhão, tendo como foco profissionais que atuam na Política de Assistência Estudantil, assim como estudantes beneficiados e só poderá ocorrer após a concordância dos sujeitos que estarão envolvidos na pesquisa e da aprovação do projeto de pesquisa pela Banca de Qualificação do referido Mestrado. Além disso, contará com realização da coleta de dados através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA.

São Luís, 23 de novembro de 2020

LEONARDO  
SILVA  
SOARES:00881041335  
41335

Assinado de forma  
digital por LEONARDO  
SILVA  
SOARES:00881041335  
Dados: 2020.12.16  
10:57:36 -03'00'

Leonardo Silva Soares

Pró-reitor de Assistência Estudantil – PROAES

Consolidar  
avanços  
e vencer  
desafios

Cidade Universitária Dom Delgado – Prédio CEB VELHO – PROAES  
Avenida dos Portugueses, 1.966 – São Luís-MA - CEP: 65080-805  
Fone: (98) 3272- 8620 / 3272- 8621

## **APÊNDICE C – ROTEIRO COM PERGUNTAS SEMIESTRUTURADAS PARA ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – UFMA**

### **Servidoras A e B**

1. Como eram desenvolvidas as ações da Assistência Estudantil na UFMA anteriores à instituição do PNAES?
2. Quais as principais mudanças identificadas a partir do PNAES e sua implementação na UFMA? a UFMA aderiu de imediato ou gradativamente?
3. Como você avalia a criação da PROAES na UFMA?
4. Quais os principais documentos norteadores da política de Assistência Estudantil na UFMA? Existe Regulamento próprio?
5. Quais os principais desafios/dificuldades para o desenvolvimento do PNAES na UFMA?
6. Como você avalia o desenvolvimento do PNAES nos campi do Continente?
7. Há propostas para melhorias na execução da política de assistência estudantil na UFMA?
8. Na sua avaliação, as ações de Assistência Estudantil têm contribuído para a permanência e conclusão dos estudantes na Educação Superior?

### **Servidor D**

1. Como é realizado o financiamento das ações da Política de Assistência Estudantil?
2. Comente sobre o recurso do PNAES e a execução no âmbito da UFMA.
3. O recurso PNAES destinado à UFMA consegue atender a demanda apresentada?
4. Quais as principais dificuldades quanto à gestão dos recursos PNAES na UFMA?
5. Quais as perspectivas de melhoria quanto ao financiamento do PNAES?

## **APÊNDICE D – ROTEIRO COM PERGUNTAS SEMIESTRUTURADAS PARA ENTREVISTAS COM PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA DO CAMPUS DE IMPERATRIZ**

### **Servidora C**

1. Qual a sua concepção sobre o desenvolvimento da Assistência Estudantil na UFMA?
2. Como se deram as primeiras ações de Assistência Estudantil no campus de Imperatriz?
3. Comente sobre a instituição do PNAES e sobre como foi o processo de implementação no campus de Imperatriz.
4. Na sua concepção, quais foram os principais avanços na política de assistência estudantil na UFMA ao longo do tempo?
5. Como você avalia a criação da PROAES no contexto da atuação da política de Assistência Estudantil na Instituição?
6. Como está organizada a equipe multiprofissional no Campus?
7. Quais são as principais ações desenvolvidas no campus de Imperatriz no âmbito da Assistência Estudantil e na sua concepção, elas estão contribuindo para permanência e conclusão dos estudantes na Educação Superior?
8. No seu entendimento, as modalidades de ações existentes na UFMA atendem às áreas estabelecidas pelo PNAES?
9. Quais os principais desafios/dificuldades para o desenvolvimento do PNAES no campus de Imperatriz?
10. Na sua opinião, qual a principal condição para o melhor atendimento aos objetivos do PNAES no campus de Imperatriz?
11. Comente sobre o atendimento da Assistência Estudantil em relação ao curso de pedagogia? Há alguma particularidade?

### **Servidora E**

1. Como está organizado o Serviço de Apoio Psicológico na UFMA, campus Imperatriz?
2. Como se dá o acesso dos estudantes ao serviço ofertado?
3. Qual o perfil socioeconômico dos estudantes que buscam o apoio psicológico? Existe alguma particularidade?
4. Quais os principais desafios para o desenvolvimento do serviço no âmbito da UFMA?
5. Há alguma particularidade sobre o curso de pedagogia no que tange ao desenvolvimento das ações de apoio psicológico?

**APÊNDICE E – DIRECIONAMENTO PARA ENTREVISTA COM OS  
BENEFICIADOS PELO PNAES**

1. Percepção sobre Assistência Estudantil;
2. Entendimento sobre o PNAES;
3. Relevância das ações para a vida pessoal e formação profissional;
4. Experiência enquanto beneficiários;
5. Participação em outras ações desenvolvidas pela assistência estudantil do CCSST;
6. Desafios e sugestões de melhorias para o desenvolvimento do PNAES na UFMA, campus Imperatriz.

## **ANEXOS**

**ANEXO A – DECRETO 7.234 DE 19 DE JULHO DE 2010**

**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.**

Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição:

**DECRETA:**

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no **caput**, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no **caput** do art. 2º; e

II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

Art. 6º As instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação.

Art. 7º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º.

Art. 8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ  
*Fernando Haddad*

INÁCIO

LULA

DA

SILVA

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.7.2010

## ANEXO B – DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA PARA DISCENTES



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO  
MARANHÃO**

PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL  
Diretoria de Assuntos Estudantis

**EDITAL PROAES N° 13/2020**

### **ANEXO II – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS NECESSÁRIOS PARA DISCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA**

I. Toda documentação socioeconômica exigida neste edital corresponde aos membros integrantes do grupo familiar de referência do(a) discente, isto é, familiares e/ou pessoas que contribuem com a renda familiar assim como os que dela dependem.

II. Os documentos que comprovarão o atendimento dos requisitos estabelecidos neste edital assim como a situação declarada no Cadastro Único deverão ser entregues para análise, em cópias simples, conforme quadro previsto abaixo:

| <b>DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS GERAIS</b>                        |                                    |                                                                                                                                                                     |
|----------------------------------------------------------------|------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Identificação do discente/familiar e vínculo com a UFMA</b> |                                    | Documento de Identidade ou Carteira de Habilitação e CPF do(a) discente                                                                                             |
|                                                                |                                    | Histórico escolar da UFMA referente ao semestre letivo corrente                                                                                                     |
|                                                                |                                    | Documento de Identidade ou Carteira de habilitação de todos os membros do grupo de referência                                                                       |
|                                                                |                                    | Certidão de Nascimento para menores de 18 anos, na ausência de Documento de identidade.                                                                             |
|                                                                |                                    | Dados bancários do(a) discente.                                                                                                                                     |
|                                                                |                                    | Última fatura do consumo de energia elétrica do endereço atual.                                                                                                     |
|                                                                |                                    | Declaração do Núcleo de Acessibilidade/UFMA quando o(a) discente declarar ser pessoa com deficiência e não estiver especificada essa condição no histórico escolar. |
| <b>Comprovante da situação de Moradia</b>                      | Imóvel alugado                     | Cópias dos comprovantes do último pagamento de aluguel ou cópia do contrato de aluguel.                                                                             |
|                                                                | Imóvel financiado                  | Comprovante do valor da parcela mensal do financiamento                                                                                                             |
|                                                                | Aluguel rateado                    | Declaração de Rateio de Aluguel, conforme Anexo VII, com documento de identificação e assinatura de todos(as) que participam do rateio.                             |
|                                                                | Imóvel cedido ou Hospedagem        | Declaração de Moradia, conforme Anexo IV, com cópia do documento de identidade do(a) declarante;                                                                    |
| <b>Comprovante do estado civil dos pais</b>                    | Divorciados                        | Cópia da certidão de casamento com a averbação do divórcio                                                                                                          |
|                                                                | Separados sem reconhecimento legal | Comprovante ou declaração sobre o recebimento ou não de pensão alimentícia, conforme especificado no Anexo V, para o(a) discente menor de 24 anos;                  |
|                                                                | Falecidos                          | Cópia da certidão de óbito                                                                                                                                          |



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO  
MARANHÃO**

PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL  
Diretoria de Assuntos Estudantis

**EDITAL PROAES N°13/2020**

III. As declarações exigidas neste Edital devem ser apresentadas conforme a situação socioeconômica do(a) discente informada no Cadastro Único e encontram-se disponíveis para retirada nos locais listados no Anexo VIII e para *download* no espaço digital da PROAES.

IV. As assinaturas nas declarações devem estar em conformidade com documento de identificação do(a) declarante anexado.

V. Todas as informações fornecidas no Cadastro Único deverão ser comprovadas através de documentos oficiais e atualizados e estarão sujeitas à verificação. Nos casos em que o(a) discente não puder comprovar sua situação por meio de documentos, deverá então esclarecer detalhadamente em declaração redigida de próprio punho.



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO  
MARANHÃO**

PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL  
Diretoria de Assuntos Estudantis

EDITAL PROAES N°13/2020

**ANEXO III – COMPROVANTES DE RENDIMENTO**

| <b>COMPROVANTE DE RENDIMENTOS DO DISCENTE E FAMILIAR</b>                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Trabalhador assalariado ou avulso</b>                                                               | Cópia dos três últimos contracheques; ou declaração atualizada do empregador, do sindicato ou do órgão gestor de mão de obra ao qual o(a) trabalhador(a) esteja vinculado(a) informando a renda bruta recebida nos três últimos meses.                                                                                                                                                                                      |
| <b>Trabalhador autônomo, informal e empregada (os) doméstica (os)</b>                                  | Declaração de Renda, conforme Anexo VI, informando a atividade exercida e o rendimento médio mensal obtido; ou declaração de Comprovação de Rendimentos - DECORE atualizada e válida emitida por contador(a) devidamente inscrito(a) no conselho competente ou por escritório contábil, constando as informações referentes ao tipo de atividade e o rendimento bruto mensal médio.                                         |
| <b>Aposentados(as) e/ou pensionistas e beneficiário(as) do BPC – Benefício de Prestação Continuada</b> | Declaração ou contracheque emitido pelo órgão empregador relativo aos últimos três meses; ou comprovante de recebimento do último pagamento, disponível nos postos de atendimento do INSS e via <i>internet</i> , no endereço: <a href="http://www3.dataprev.gov.br/cws/contexto/hiscre/index.html">http://www3.dataprev.gov.br/cws/contexto/hiscre/index.html</a> .                                                        |
| <b>Desempregado</b>                                                                                    | Declaração de Renda, conforme o Anexo VI, informando o tempo em que se encontra fora do mercado de trabalho e como tem se mantido; e Em caso de desemprego recente (durante os últimos três meses), apresentar também a Rescisão de Contrato e/ou o comprovante de recebimento do segurodesemprego.                                                                                                                         |
| <b>Pessoa que nunca exerceu atividade remunerada</b>                                                   | Declaração de Renda, conforme o Anexo VI, informando tal condição e como tem se mantido.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>Agricultor e pescador</b>                                                                           | Declaração de Renda, conforme Anexo VI, informando a atividade exercida e o rendimento médio mensal obtido ;ou<br>Declaração atualizada emitida pelo sindicato atestando a filiação e informando a atividade que realiza e a renda bruta anual ou a renda média mensal;<br>No caso de proprietário rural, incluir declaração fornecida pelo INCRA (Declaração de Propriedade ou Declaração Anual de Rendimentos Agrícolas). |
| <b>Beneficiário de programas social de transferência de renda (Bolsa Família)</b>                      | Extrato referente ao último recebimento do benefício.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |

## ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
MARANHÃO - UFMA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, CURSO DE PEDAGOGIA-CAMPUS IMPERATRIZ.

**Pesquisador:** ISABELA MENDES COSTA CAMPOS

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 46807721.9.0000.5087

**Instituição Proponente:** Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.721.151

#### Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa tem por objeto o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na particularidade do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia – CCSST, UFMA Imperatriz - MA, apresentando seus avanços, limites e contradições. O programa está inserido em um cenário contemporâneo marcado pela política neoliberal e suas interferências nas políticas sociais públicas, com destaque para a política de Educação. A perspectiva desta pesquisa é de analisar o desenvolvimento do PNAES na UFMA, campus Imperatriz, como forma de contribuir para a permanência e conclusão dos estudantes na Educação Superior, com foco para o atendimento aos estudantes de Pedagogia. Para tanto, utilizou-se, como método norteador das análises, o materialismo histórico-dialético, articulando pesquisa de natureza quanti-qualitativa, com procedimentos de coleta de informações por meio de levantamentos bibliográficos e documentais sobre o contexto histórico, socioeconômico e político e seus rebatimentos na construção da Política de Assistência Estudantil no âmbito nacional e local. Para compreensão da experiência da UFMA, campus de Imperatriz, utilizou-se de entrevistas semiestruturadas com profissionais responsáveis pela execução da política na universidade, bem como com estudantes de pedagogia beneficiados pelas ações referentes ao PNAES. Além disso, foi feita verificação de dados quantitativos sobre a abrangência das ações no curso de pedagogia. Como base para o diálogo utilizou-se de diversos autores como Saviani (2010); Magalhães (2012);

**Endereço:** Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho

**Bairro:** Bacanga

**CEP:** 65.080-805

**UF:** MA

**Município:** SAO LUIS

**Telefone:** (98)3272-8708

**Fax:** (98)3272-8708

**E-mail:** cepufma@ufma.br

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA



Continuação do Parecer: 4.721.151

2013); Kowalski (2012); Betzek (2012); Radaelli (2013), produções a partir do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), entre outros.

### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Analisar o desenvolvimento do PNAES na UFMA, campus Imperatriz, como forma de contribuir para a permanência e conclusão dos estudantes na Educação Superior, com foco para o atendimento aos estudantes do curso de Pedagogia.

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

Como a pesquisa envolve seres humanos (profissionais da educação e estudantes), tem-se o risco de quebra de confidencialidade e quebra de sigilo.

Benefícios:

A produção de conhecimento sobre a temática em questão é ainda escassa no contexto da Universidade Federal do Maranhão, Dessa forma, o investimento em pesquisas nesta área pode contribuir não só teoricamente, mas também efetivamente no aperfeiçoamento da política de assistência estudantil, além de lançar luz a novas questões de pesquisa e norteamientos para intervenções eficazes e modelos de gestão.

### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa esta bem elaborada e com todos os elementos necessários ao seu pleno desenvolvimento.

### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos de apresentação obrigatórios foram entregues e estão de acordo com a resolução 466/12 do CNS.

### **Recomendações:**

Não existem recomendações.

### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não existem pendências.

### **Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

|                                                          |                            |                                |  |
|----------------------------------------------------------|----------------------------|--------------------------------|--|
| <b>Endereço:</b> Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho |                            |                                |  |
| <b>Bairro:</b> Bacanga                                   |                            | <b>CEP:</b> 65.080-805         |  |
| <b>UF:</b> MA                                            | <b>Município:</b> SAO LUIS |                                |  |
| <b>Telefone:</b> (98)3272-8708                           | <b>Fax:</b> (98)3272-8708  | <b>E-mail:</b> cepufma@ufma.br |  |

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
MARANHÃO - UFMA**



Continuação do Parecer: 4.721.151

| Tipo Documento                                            | Arquivo                                       | Postagem            | Autor                       | Situação |
|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|---------------------|-----------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1718982.pdf | 12/05/2021 17:17:27 |                             | Aceito   |
| Orçamento                                                 | Faturas_de_internet.pdf                       | 12/05/2021 17:17:04 | ISABELA MENDES COSTA CAMPOS | Aceito   |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura                | Termo_anuencia_UFMA.pdf                       | 11/05/2021 18:43:54 | ISABELA MENDES COSTA CAMPOS | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | PROJETO_DE_PESQUISA_ISABELA.pdf               | 14/04/2021 15:53:40 | ISABELA MENDES COSTA CAMPOS | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.docx                                     | 14/04/2021 15:52:32 | ISABELA MENDES COSTA CAMPOS | Aceito   |
| Folha de Rosto                                            | Folha_de_rostoassinada.pdf                    | 14/04/2021 15:22:45 | ISABELA MENDES COSTA CAMPOS | Aceito   |

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SAO LUIS, 19 de Maio de 2021

---

Assinado por:  
**FRANCISCO NAVARRO**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho  
**Bairro:** Bacanga **CEP:** 65.080-805  
**UF:** MA **Município:** SAO LUIS  
**Telefone:** (98)3272-8708 **Fax:** (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br